

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

**MARIANE MELO MENDES**

**AS TEMÁTICAS DA CENSURA E DA INTOLERÂNCIA NO TESTEMUNHO DE  
FRANÇOISE FRENKEL: uma leitura da obra *Sem lugar no mundo***

UBERLÂNDIA

2023

**MARIANE MELO MENDES**

**AS TEMÁTICAS DA CENSURA E DA INTOLERÂNCIA NO TESTEMUNHO DE  
FRANÇOISE FRENKEL: uma leitura da obra *Sem lugar no mundo***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, Curso de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Literários. Linha de pesquisa 2: Literatura, Cultura e Representação

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Kênia Maria Pereira de Almeida

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M538  
2024 Mendes, Mariane Melo, 1998-  
As temáticas da censura e da intolerância no  
testemunho de Françoise Frenkel: uma leitura da obra  
"Sem lugar no mundo" [recurso eletrônico] / Mariane Melo  
Mendes. - 2024.

Orientador: Kênia Maria de Almeida Pereira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Estudos Literários.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.94>  
Inclui bibliografia.

1. Literatura. I. Pereira, Kênia Maria de Almeida,  
1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Pós-graduação em Estudos Literários. III.  
Título.

CDU: 82

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos  
Literários

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 250 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,  
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4539 - www.ppglit.ileel.ufu.br - secppgelit@ileel.ufu.br,  
coppgelit@ileel.ufu.br e atendppgelit@ileel.ufu.br



## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Literários - PPGELIT				
Defesa de:	Mestrado Acadêmico em Estudos Literários				
Data:	30 de janeiro de 2024	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:15
Matrícula do Discente:	12212TLT015				
Nome do Discente:	Mariane Melo Mendes				
Título do Trabalho:	As temáticas da censura e da tolerância no testemunho de Fraçoise Frenkel: uma leitura da obra <i>Sem lugar no mundo</i>				
Área de concentração:	Estudos Literários				
Linha de pesquisa:	Linha de Pesquisa 2: Literatura, Representação e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	As temáticas do Holocausto e do antissemitismo na literatura brasileira				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários composta: Professores Doutores: Kenia Maria de Almeida Pereira da Universidade Federal de Uberlândia / UFU, orientadora da candidata; Suzana Maria de Sousa Santos Severs da Universidade do Estado da Bahia / UNEB, Fernanda Aquino Sylvestre da Universidade Federal de Uberlândia / UFU.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Kenia Maria de Almeida Pereira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

**Aprovada.**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Aquino Sylvestre, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/01/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Maria de Almeida Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/01/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Maria de Sousa Santos Severs, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Melo Mendes, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5144113** e o código CRC **6E67867C**.

## AGRADECIMENTOS

No final desta etapa tão importante da minha vida acadêmica, gostaria de começar agradecendo, primeiramente, a Deus e às forças que regem este mundo. A partir da espiritualidade e das intenções divinas, eu consegui compreender mais o meu papel neste plano e a minha capacidade de contribuir com a humanidade, nesse caso, por meio dos estudos que podem me auxiliar no tratamento de temáticas tão sensíveis à história humana.

Agradeço à minha mãe, que sempre foi a minha maior inspiração e impulsionadora, ela abraçou os meus sonhos, apoiou-me nas minhas decisões e acreditou que eu seria capaz de conquistar tudo o que eu sempre almejei na vida. Nas horas em que eu quis desistir, ela foi o meu pilar e me lembrou de quantas vezes eu consegui superar os desafios, especialmente ao longo desses 24 meses de mestrado. Agradeço por me fazer entender que nada é impossível, basta que eu acredite e me esforce para alcançar meus objetivos.

Um agradecimento especial também à minha orientadora, professora Kênia, pela oportunidade de aprofundar mais no universo do Laboratório dos Estudos Judaicos, pela atenção dada aos seus orientandos, por saber ensinar, mas também ouvir todas as nossas angústias ao longo do processo de escrita. Além de agradecer pelo acolhimento e pela orientação, que foram e são fundamentais no processo de formação de pesquisadores.

Agradeço aos meus avós, principalmente ao meu avô, que, mesmo sem entender direito o que estudo e como funciona a academia, sempre acreditou no meu potencial, nunca desmereceu os caminhos que decidi trilhar e sempre enaltece e vibra com todas as minhas conquistas acadêmicas e profissionais. Esse reconhecimento é fundamental para que eu siga trilhando meus objetivos da melhor forma possível.

Agradeço também aos meus familiares e aos amigos, por me ouvirem e me apoiarem em todas as circunstâncias, inclusive nos meus momentos de surto antes e depois da qualificação. A trajetória da escrita dessa dissertação teria sido mais penosa se eu não tivesse esse acalento e abraço amigo.

Agradeço imensamente à Banca de Qualificação - composta pelas professoras Kênia Maria de Almeida Pereira, Fernanda Aquino Sylvestre e Suzana Maria de Sousa Santos Serves -, pelas colaborações, que foram bastante proveitosas e me auxiliaram a melhorar o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa destinada a auxiliar os alunos da pós-graduação a dedicarem-se exclusivamente à pesquisa, fomentando a valorização da ciência.

Agradeço aos colegas do Laboratório de Estudos Judaicos, pelo apoio e os mais diversos encontros virtuais regados a conhecimento e a experiências, em especial aos colegas Cristiane Carvalho e Édson Sousa.

Agradeço à Ana Paula e ao João Lucas, por toda ajuda com questões gramaticais e revisões do texto acadêmico.

Agradeço também à minha professora de Língua Francesa, Arielly Assis, pelas aulas que tanto me ajudaram a compreender os textos em francês e pelo apoio nas traduções que compõem esta dissertação.

*A intolerância é inclinada a censurar, e a censura promove a ignorância dos argumentos dos outros e, portanto, a própria intolerância: um círculo rígido e cruel que é difícil de quebrar.*

Primo Levi<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Epígrafe retirada de: <https://bemnavidadaspessoas.com.br/2023/10/26/nota-do-comite-em-defesa-da-arte-liberdade-de-expressao-e-oposicao-a-censura/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

## RESUMO

Françoise Frenkel é uma sobrevivente da Segunda Guerra Mundial, foi uma judia livreira que, com muita coragem e determinação, conseguiu escapar da prisão nos Campos de Concentração nazistas. Esta Dissertação de Mestrado apresenta, pela primeira vez no Brasil, o estudo do testemunho intitulado *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial* (2018), com foco nas experiências da autora, que denotam ecos do passado e trazem à tona as temáticas da censura e da intolerância nesse período tão dramático do século XX. Dessa forma, tem-se que o objetivo geral dessa pesquisa é explorar mais os temas do cerceamento aos livros, aos veículos midiáticos, bem como o antissemitismo; além de debruçar sobre algumas especificidades da produção literária de Frenkel, que poderiam caracterizá-la como uma Literatura de Testemunho, a exemplo da narrativa de cunho memorialístico. A metodologia adotada foi a análise-teórico-interpretativa, utilizando-se de alguns estudiosos, tais quais: Anders Rydell (2018), Éric Hobsbwan, Fernando Báez (2006), Hannah Arent (2012), Maria Luiza Tucci Carneiro (2002), Márcio Seligmann-Silva (2020), Primo Levi (1988), entre outros.

Palavras-chave: Segunda-Guerra Mundial; censura; intolerância; testemunho; judeus; sobreviventes.

## RÉSUMÉ

Françoise Frenkel est une survivante de la Seconde Guerre Mondiale, une libraire juive qui, avec beaucoup de courage et détermination, a réussi à s'échapper de la prison dans les camps de concentration nazis. Cette Dissertation de Master présente, pour la première fois au Brésil, l'étude du témoignage intitulé *Sans place dans le monde: récit d'une libraire juive en fuite pendant la Seconde Guerre Mondiale* (2018), en se concentrant sur les expériences de l'écrivaine, qui dénotent les échos du passé et font ressortir les thèmes de la censure et de l'intolérance dans cette période si dramatique du XXe siècle. De cette façon, l'objectif général de cette recherche est d'explorer davantage les thèmes de la censure des livres, des médias, ainsi que l'antisémitisme; en plus de se pencher sur certaines spécificités de la production littéraire de Frenkel qui pourraient la caractériser comme une Littérature de Témoignage, à l'exemple du récit à caractère mémorial. La méthodologie adoptée a été l'analyse théorique interprétative, en utilisant certains chercheurs, tels que: Anders Rydell (2018), Éric Hobsbwan, Fernando Báez (2006), Hannah Arent (2012), Maria Luiza Tucci Carneiro (2002), Márcio Seligmann-Silva (2020), Primo Levi (1988), entre autres.

Mots-clés: Seconde Guerre Mondiale; censure; intolérance; témoignage; juifs; survivants.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - FRANÇOISE FRENKEL: AFINAL, QUEM É A AUTORA?.....	15
CAPÍTULO 2 - CENSURA EM TEMPOS SOMBRIOS .....	29
CAPÍTULO 3 - UM OLHAR SOBRE <i>SEM LUGAR NO MUNDO</i> , DE FRANÇOISE FRENKEL .....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	96
REFERÊNCIAS .....	100

## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação dispõe-se a fazer uma análise reflexiva do livro de Françoise Frenkel (1889-1975), uma livreira polonesa e judia que vivia em Berlim, na Alemanha, que, por sua coragem e determinação, conseguiu sobreviver aos horrores da Segunda Guerra Mundial. Na obra intitulada *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial* – lançada pela primeira vez em 1945 e publicada, no Brasil, pela editora Bazar do Tempo, no ano de 2018 – ela descreve sua própria peregrinação para escapar da prisão nos campos de concentração durante o período de 1939 a 1943, ano em que atravessou a fronteira da França com a Suíça. Nesse testemunho, há detalhes do que foi esse momento de censura e intolerância vividos pela autora, que, além de ser dona de uma livraria especializada na venda de livros franceses, era também descendente de judeus.

É importante esclarecer que o interesse por estudar essa obra deu-se ao conhecê-la, a partir da frequência ao Laboratório de Estudos Judaicos. Em um dos encontros, a professora Kênia sugeriu a leitura deste livro, ainda que não tenha apresentado muitos detalhes da história, apenas citou que se tratava de um testemunho de uma sobrevivente da Segunda Guerra Mundial. Com isso, diante do meu interesse pela literatura de guerra, comprei a obra de Françoise Frenkel e já me interessei pelo prefácio. Ao iniciar a leitura da história, percebi o quão potente era aquela narrativa, de uma mulher cujo rosto não conhecíamos, mas que tinha força e perseverança sem iguais, empregadas para sobreviver a todo aquele período de perseguição a que ela e seus conterrâneos foram submetidos. Então, tive grande interesse em desenvolver um trabalho sobre aquele relato tão revelador e obtive grande incentivo da professora Kênia. De saída, fizemos um recorte das temáticas principais que gostaria de estudar e comecei a fazer uma varredura nos materiais acadêmicos sobre o livro. Nas buscas, encontrei apenas um trabalho de conclusão de curso, da Universidad de Valladolid, intitulado *Témoignage et l'expression du vécu dans "Rien où poser sa tête", de Françoise Frenkel*, de autoria de Elsa Valero Pastrana, o qual trata de alguns aspectos da obra, a exemplo da natureza do romance, tratando-a como autobiografia/autoficção (Este foi o único estudo voltado para o gesto testemunhal, mas com outra abordagem, e, no que tange ao Brasil, nada foi encontrado, apenas reportagens e críticas acerca da narrativa. Porém, é válido ressaltar que, diferentemente do que foi estudado fora, no presente trabalho, a autobiografia não será abordada.

A leitura cautelosa dessa produção literária permite compreender um pouco do que foi a atividade censória no que diz respeito aos autores, aos títulos bibliográficos, às representações artísticas e, sobretudo, aos veículos de imprensa ao longo do período de perseguição nazista, principalmente à comunidade judaica. A partir da tessitura da obra de Françoise Frenkel, é possível verificar a importância do testemunho, das memórias e do trauma para o campo da

literatura, especialmente quando esses são caros para o campo específico literário, denominado Literatura do Testemunho ou Literatura do Trauma. Durante o genocídio ocorrido entre 1939 e 1945, muitos relatos de sobreviventes narram que o objetivo dos nazistas era aniquilar todo vestígio de que os mais perversos atos aconteceram dentro dos campos de concentração, por isso compreende-se o testemunho como parte da sobrevivência daqueles que conseguiram sair com vida após vivenciarem um período tão nefasto da história da humanidade.

Ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial, muitas pessoas pertencentes à comunidade judaica foram privadas do direito à liberdade, à expressão e até mesmo à vida. Milhões de judeus foram encarcerados e assassinados dentro dos insalubres campos de concentração, espalhados, cumpre lembrar, por várias partes do continente europeu. Naqueles ambientes, antes de serem mortos, muitos indivíduos eram obrigados a trabalhar arduamente e a viver em alojamentos precários, que não apresentavam condições básicas de higiene, onde vários prisioneiros pereceram pelo fato de contraírem diversas doenças, sendo a febre tifoide a mais comum. Anne Frank, por exemplo, uma judia que ficou conhecida por escrever um diário relatando seus dois anos de confinamento, junto à família, em um cômodo anexo, onde o pai dela trabalhou por um tempo em Amsterdã, foi vítima da doença.

Diante disso, podemos ressaltar que o principal objetivo desta pesquisa é compreender um pouco mais da ação de austeridade e repressão dessa época tão nebulosa ocorrida em meados do século XX. Além disso, trataremos, brevemente, da Literatura de Trauma, a qual pode ser destacada como uma “prova importante”, que denota ecos do passado, atendo-se principalmente à obra de Françoise Frenkel. Trata-se de um material não explorado como objeto de estudos em outros trabalhos acadêmicos brasileiros, despertando, assim, vontade de estudar a obra em detalhes, debruçar-se especialmente sobre as reflexões e contatações que esse testemunho traz desse período brutal em que houve perseguição e aniquilou de milhões de pessoas. Considerando que a dissertação em questão abarca temas relacionados aos judeus, ao Holocausto e ao exílio, importa dizer que será contributiva para a Linha 2 – Literatura, Representação e Cultura da Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia.

A narrativa do livro *Sem lugar no mundo: relato de uma judia em fuga na Segunda Guerra Mundial* é muito clara e objetiva. Na produção literária, Françoise Frenkel relata a sua própria peregrinação no território francês para fugir dos soldados alemães e evitar ser exilada (e até mesmo morta) nos campos de concentração. A partir da leitura, é possível compreender parte das vivências da personagem, sua relação com os livros, as sensações e os sentimentos

tidos pela livreira durante sua história e até o momento em que ela cruzou a fronteira franco-suíça, país onde o nazismo não havia penetrado.

Nessa sucessão de fatos testemunhados pela livreira, podem-se observar momentos de repressão policial, censura aos livros que ela comercializava - cumpre lembrar que ela era dona de uma livraria em Berlim -, intolerância à comunidade judaica e endurecimento das leis que retiravam dos judeus a liberdade de ir e vir. Por isso, tem-se a necessidade de explorar e analisar esse livro a partir do conceito literário da Literatura do Testemunho, abrangendo para as questões do exílio, da representação da figura do judeu dentro da obra, da condição que os refugiados estrangeiros no Mar Mediterrâneo, além de procurar compreender em que medida esse tipo de gesto testemunhal pode contribuir para os estudos históricos e literários desse brutal genocídio elaborado por pessoas cuja ideologia nazista era pautada na “pureza” racial.

Portanto, nessa dissertação, propõe-se a análise e o questionamento de aspectos e detalhes minuciosos do testemunho de Françoise Frenkel, a partir dos conceitos de testemunho, memória, literatura, censura, intolerância e trauma. Desse modo, o maior interesse deste estudo é conseguir extrair do testemunho de Françoise aspectos que ainda não foram estudados na obra. Além disso, o relato da sobrevivente de um genocídio, a impotência da comunidade judaica perante os nazistas, o que pode ser observado na representação dos refugiados e a situação deles na França ocupada, a crença de raças e a perseguição são outros pontos que a serem explorados nesta dissertação, cuja metodologia é: análise-teórico-interpretativa, utilizando-se de alguns autores e estudiosos, quais sejam: Márcio Seligmann-Silva, Maria Luiza Tucci Carneiro, Sandra Reimão, Hannah Arednt, Anders Rydell, Eric Hobsbawn, Jacques Derrida, Primo Levi, entre outros, os quais serão cruciais para integrar o corpo teórico dessa pesquisa, uma vez que se trata de referencial historiográfico. Ainda serão feitas comparações da história da livreira com filmes e outras obras consideradas semelhantes à de Frenkel.

A dissertação está organizada em três capítulos, a saber: Françoise Frenkel: afinal, quem é a autora?; Censura em tempos sombrios; Um olhar sobre a obra “Sem lugar no mundo: relato de um livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial.

No primeiro, apresenta-se a autora do livro objeto da pesquisa, ou seja, a judia polonesa Françoise Frenkel. Apesar da dificuldade de encontrar informações e fontes confiáveis para defini-la, visto que, até há alguns anos, sua obra era desconhecida por muitas pessoas, nessa seção, serão apresentadas as informações que foram possíveis de ser levantadas sobre ela, ressaltando aspectos de sua vida, que, outrora, também eram desconhecidos dos especialistas. Além de delinear acontecimentos importantes da vida dela, como trajetória acadêmica, pessoal e profissional, abarca-se a questão de sua livraria na cidade de Berlim, na Alemanha, até a

motivação que a levou ao início de sua peregrinação na França. Esses fatos terão relevância para a contextualização da obra, uma vez que ajudarão a tentar compreender um pouco mais sobre a elaboração do testemunho de Frenkel.

No segundo capítulo, por sua vez, discorre-se sobre o contexto político e econômico da Alemanha, desde a culminação da Primeira Guerra Mundial até o eclodir da Segunda. Ainda serão discutidos aspectos importantes desse contexto histórico, tais como a censura aos livros, a intolerância e a perseguição aos judeus, a crença da superioridade de raças, o surgimento do movimento e ideologia nazista, a ascensão de Hitler e o totalitarismo.

No terceiro capítulo, por fim, o enfoque recai sobre a obra *Sem lugar no mundo*, de Françoise Frenkel, com a proposta de refletir, em um primeiro momento, a respeito da escolha desse título pela autora, na divisão feita por ela no livro. O fato de o relato ser considerado um testemunho e o porquê ele é caro para os estudos literários serão objetos de discussão. Elenca-se, também, a questão da memória, do esquecimento, do exílio, da impossibilidade da língua para esse tipo de Literatura. É nesse momento que se inicia a análise do gesto testemunhal, proposta para esse trabalho, dando enfoque às temáticas da censura aos livros e da intolerância ao grupo judaico.

## **CAPÍTULO 1 - FRANÇOISE FRENKEL: AFINAL, QUEM É A AUTORA?**

*Os diversos sentimentos que se agitavam em nós — de consciente aceitação, de revolta sem saída, de religioso abandono, de medo, de desespero — confluíam agora, depois da noite insone, numa coletiva, descontrolada loucura. O tempo da meditação, o tempo do julgamento havia acabado, e qualquer impulso razoável derretia-se no tumulto desenfreado, acima do qual emergiam, de repente, dolorosas como punhaladas, as lembranças ainda tão recentes, as boas lembranças de casa (Levi, 1988, p. 14).*

Ao fazer buscas em ferramentas de pesquisas, como a internet e os livros, foram encontrados poucos materiais que permitiram compreender mais sobre quem foi Françoise Frenkel. Alguns sites, a exemplo do *Wikipedia*, trazem algumas informações simplificadas sobre a autora do livro *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial*. Aliás, cumpre lembrar que este título é uma tradução para o português do livro original *Rien où poser sa tête*, publicado pela primeira vez, em língua francesa, em 1945, pela editora Jeheber, em Genebra, na Suíça. Porém, essa produção caiu no esquecimento durante 65 anos, sendo que somente após o escritor Michael Francesconi encontrar um exemplar em Nice, no ano de 2010, ela foi relançada, na França, pela editora L'Arbalète Gallimard e foi considerada, nas palavras de Elsa Venero Pastrana (2019, p. 5), “pela crítica e pelos leitores, um tesouro[...]”<sup>2</sup>. No Brasil, a obra de Frenkel teve sua primeira edição traduzida e lançada em 2018, 73 anos depois da sua primeira edição, com o selo Bazar do Tempo, editora situada na cidade do Rio de Janeiro. Seria, então, interessante pensar por qual motivo essa produção literária ficou tanto tempo esquecida, será que, na época, não ela teve a notoriedade necessária dadas as circunstâncias de reestabelecimento da comunidade judaica e das nações afetadas pela guerra? Os principais levantamentos sobre a vida da livreira dizem respeito, principalmente, aos aspectos básicos de sua vivência, sendo eles: lugar e data de nascimento, nome, estado civil, país de origem, onde morou e para quais idiomas seus escritos foram traduzidos.

Nesse viés, podemos começar, então, a falar sobre Frenkel a partir do que foi encontrado, para, mais adiante, apresentar informações de fontes que podem ser consideradas mais confiáveis, por terem sido publicadas e difundidas em formato tanto digital quanto físico por pessoas que se dedicaram a investigar mais sobre a vida dela, a exemplo da historiadora Corine Defrance. Assim, há de se apresentar que Françoise Frenkel era, na verdade, Frymetta Idesa Rainschenstein-Frenkel, nascida na Polônia, no dia 14 de julho de 1889. Além de polonesa, ela também era de ascendência judaica e teve, durante os anos de 1921 a 1939, uma livraria francesa localizada no município de Berlim, capital da Alemanha. Ainda de acordo com

<sup>2</sup> [No original] “par la critique et par les lecteurs[...]” (Pastrana, 2019, p. 5).

o site *El País*, o jornalista Álex Vicente (2017) afirma que, após a morte de Frymetta, restaram apenas alguns documentos dela, os quais correspondem, respectivamente, à certidão de nascimento, o documento de garantia de recebimento dos valores indenizatórios referentes aos seus bens, que foram confiscados por nazistas no Terceiro Reich, e uma assinatura feita em um registro no momento em que ingressou em território suíço, além de bens que estavam dentro de um baú: “[...] um casaco de pele de lontra, uma capa de chuva preta, dois vestidos de malha, um guarda-chuva, dois pares de sapatos e duas máquinas de escrever. Isso é tudo o que se sabe dela. Até hoje não foi encontrada nenhuma foto da autora” (Vicente, 2017,).

Outra matéria encontrada na internet, vinculada ao site *Jornal Opção*, assinada por Euler de França Belém (2017), cita, assim como o jornal *El País*, o prefácio escrito pelo francês Patrick Modiano, o qual também menciona a dificuldade em obter mais informações sobre Françoise Frenkel, na época em que o livro foi descoberto por ele. A semelhança entre as duas matérias é o que foi certificado no início deste parágrafo, ademais, as limitadas informações obtidas sobre quem foi a autora do testemunho traduzido para outras onze línguas diferentes ao redor do mundo, um outro exemplo de tradução do gesto testemunhal dela foi a versão espanhola intitulada *Una librería em Berlín*, publicada em 7 de fevereiro de 2017, pela editora Seix Barral.

Embora desde 2018 a obra de Françoise Frenkel tenha sido lançada em português, os sites que contemplam as matérias sobre ela se referem ao livro como *Uma livraria em Berlim*, uma vez que se trataria da tradução da publicação espanhola e, até então, não havia previsão de quando o livro seria traduzido e publicado em língua portuguesa. Porém, mesmo sem a circulação dele pelo território brasileiro, o gesto testemunhal de Frenkel já havia despertado interesse de leitores e jornalistas, visto que eles começaram a publicar materiais relacionados ao testemunho e à autora antes mesmo da sua primeira edição traduzida no Brasil.

Uma matéria um pouco mais recente sobre a obra foi divulgada pelo portal de notícias on-line *O Globo*, em 6 de julho de 2018, escrita por Sérgio Luz, que reflete um pouco sobre a história do livro e revela que o consultor editorial francês, Frédéric Maria, foi uma das pessoas que procurou alguns documentos ou quaisquer vestígios sobre a vida da autora. De acordo com o site, em um e-mail, Frédéric Maria afirma que um amigo “caçador de livros” encontrou o volume, pela primeira vez, em 2010. A partir do interesse na titulação dele e pela menção à cidade francesa de Nice, o investigador literário, após algumas pesquisas, descobriu que a história nunca havia sido reeditada e que Françoise Frenkel não havia sido mencionada em nenhum lugar na internet até aquele ano. Assim, houve o interesse de Maria em publicá-lo, além

de ter sido, como descrito pelo jornal, instigado pelo “inexplicável esquecimento de um potente testemunho de uma fugitiva e sobrevivente do Holocausto” (Luz, 2018). Ainda segundo autor:

— Publicado logo após a guerra, numa época em que ninguém queria mais ouvir falar desse período sombrio, o livro sem dúvida não teve nenhum sucesso. Afinal, a colaboração é obviamente uma mancha e uma sombra na história da França. Depois, a editora Jeheber desapareceu. Uma coisa é certa: de maneira nenhuma a Françoise poderia ter imaginado que sua obra esquecida seria reeditada pela Gallimard, prefaciada por um Nobel de Literatura e traduzida em vários idiomas para dezenas de países — especula (Luz, 2018).

É sob esse ponto de vista, ou seja, daquilo que não foi explorado e das lacunas da história de Frenkel que Maria, tal qual é pretendido nesta pesquisa, foi em busca de maiores informações. Em trechos da conversa com ele, lançados pelo próprio *O Globo*, é relatada essa dificuldade de compreender e encontrar documentos sobre quem ela era, a exemplo da nacionalidade, local onde viveu, se havia deixado filhos, a publicação de mais obras, entre outros, mencionando que, por meio de alguns vestígios encontrados ao longo da investigação, foi possível saber mais detalhes da vida da livreira, mas que não foram mencionados no livro, por exemplo, o fato de ela ser casada com Simon Raichenstein – cabe salientar que, em determinado momento, devido à depressão sofrida por ele (a qual foi mencionada pela própria Frenkel em cartas escritas a uma prima) e ao aumento das atividades nazistas no território alemão, este opta por divorciar-se de Frenkel e refugiar-se na França, talvez essa seja a justificativa que sustenta a questão de a autora não ter o mencionado em sua produção literária. Por outro lado, o francês afirma que tal impedimento estava atrelado ao desaparecimento de quase todos os parentes e os familiares de Françoise Frenkel, cujas mortes somam-se a de outros tantos milhões de judeus assassinados durante a *Shoah* (Holocausto).

No prefácio do livro de Frenkel em estudo, Patrick Modiano traz um acoplado de informações, encontradas, aliás, após muita dificuldade, a fim de apresentar para o leitor o pouco do que ele soube a respeito de quem foi ela e o que será encontrado na história da livreira. Nas palavras de Modiano (2018, p. 9 *apud* Frenkel, 2018, p. 9):

O que torna *Rien où poser da tête* tão singular é a impossibilidade de identificar sua autora com precisão. O testemunho de vida de uma mulher perseguida no sul da França e na Alta Saboia durante a Ocupação é ainda mais impactante por parecer um testemunho anônimo, como o foi por muito tempo *Uma mulher em Berlim*, também publicado na Suíça nos anos de 1950.

Nesse sentido, percebe-se que esta impossibilidade a qual Modiano refere-se, isto é, sobre o fato de a autora pode ser comparada também ao interesse em debruçar-se sobre aspectos

relativos à obra, tal como é proposto nessa dissertação, tendo em vista que tanto a vida dela quanto seu relato não foram perscrutados com a devida atenção por outros pesquisadores brasileiros, o que pode ser constatado na ausência de trabalhos acadêmicos publicados em formato digital e pelos escassos artigos encontrados na ferramenta *Google Acadêmico*, que foram todos produzidos em língua francesa vinculadas a pesquisas desenvolvidas fora do Brasil. Dessa forma, tem-se a necessidade de apresentar melhor quem foi Françoise Frenkel, e o prefácio, que antecede o gesto testemunhal da livreira, e um livro escrito por Corine Defrance<sup>3</sup> são as fontes mais confiáveis encontradas, até o momento, para ilustrar melhor quem foi Frymetta Idesa Raichenstein-Frenkel.

Encontramos rastros de Françoise Frenkel nos arquivos de Estado de Genebra, na lista de pessoas registradas na fronteira genebrina durante a Segunda Guerra Mundial, ou seja, aquelas pessoas autorizadas a permanecer na Suíça após cruzarem a fronteira. Essa lista revela seus verdadeiros sobrenome e nome: Raichenstein-Frenkel, Frymetta, Idesa; sua data de nascimento: 14/07/1889; e seu país de origem: Polônia (Mondiano, 2018, p. 8 *apud* Frenkel, 2018, p. 8).

Desse modo, ao apoiar-se nas pesquisas e no próprio testemunho de Raichenstein-Frenkel, reafirma-se, novamente, com base em todos os dados coletados, que Françoise Frenkel (como ela passou a assinar) era uma polonesa de ascendência judaica que residiu na Alemanha, mais precisamente na cidade de Berlim, onde, no ano de 1921, abriu a primeira livraria de literatura francesa do município e a administrou até a ascensão de Hitler e início das perseguições ao povo judeu no país alemão, no ano de 1939, quando já havia completado 50 anos, as quais se estenderam para outros países do continente europeu ao estourar da Segunda Guerra. Sabe-se, ainda, que ela foi uma das sobreviventes deste período tão nebuloso da história da humanidade, em que houve a morte de milhões de pessoas que seguiam o Judaísmo, por um regime militar pautado na crença de superioridade racial e no desenvolvimento de uma sociedade ideal alemã sem nenhuma interferência judia ou de raças consideradas impuras. Para conseguir escapar da prisão no campo de concentração onde se encontrava, Frenkel principiou uma jornada de peregrinação em Paris, passando por outras cidades francesas durante os anos de 1939 e 1943, neste último, não se pode esquecer, ela conseguiu, depois de outras tentativas

---

<sup>3</sup> Corine Defrance é diretora de pesquisa em estudos de identidades, relações internacionais e civilizações da Europa em Sorbonne, na França. Ela se dedica a pesquisas relacionadas à Alemanha dos séculos XX e XXI, à história das relações franco-alemãs no mesmo período, ao estudo da Guerra Fria na Europa, entre outros. Ela é referência fundamental aos estudos relacionados à Françoise Frenkel devido aos seus anos dedicados à investigação sobre quem era essa persona, além, é claro, de sua história de vida, a qual foi publicada em forma de livro, tanto digital quanto físico, pela editora L'arbalète Gallimard, no ano de 2022.

falhas, cruzar a fronteira franco-suíça. Cabe salientar que, durante o Holocausto e as invasões alemãs, a Suíça permaneceu um país livre do domínio nazista, tão crescente na Europa.

A jornada de peregrinação de Françoise Frenkel e as temáticas de cerceamentos aos livros e a austeridade ao grupo judaico são aspectos descritos na obra, os quais avalizam que a história é compreendida como testemunho, uma vez que há a necessidade de narrar a experiência vivida pela livreira. Então, pode-se imbuir na análise daquele período a falta de suficiência do campo da linguagem para rememorar os fatos e os eventos relatados, tendo em vista que se funde à ficção, por se tratar de uma escrita da sua própria história. A isso, é primordial destacar o que fala o estudioso Márcio Seligmann-Silva (2020, p. 46), em *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*, texto de um especialista na Literatura de Testemunho, ou Literatura do Trauma, como também pode ser chamada:

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o ‘real’) com o verbal. O dado inimaginável da experiência concentracionária desconstrói o maquinário da linguagem. Essa linguagem entravada, por outro lado, só pode enfrentar o ‘real’ equipada da própria imaginação: por assim dizer, só com a arte e intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida.

Um aspecto considerado importante, por nós, da vida da autora que não fora mencionado em seu livro-testemunho é o fato de ela ter sido casada com Simon Rainchenstein, de quem se separou. Ele, por exemplo, a ajudou no gerenciamento dos negócios da livraria entre os anos de 1921 e 1933, o que demonstra sua relação para além do campo amoroso. Simon optou por fugir para a França após a ascensão dos ideais nazistas contra o povo judeu, cuja fuga se deu em 1933. Porém, anos depois, foi capturado por soldados nazistas, sendo privado da liberdade e da vida no ano de 1942, quando foi levado para Auschwitz, o maior campo de concentração europeu, localizado na Polônia, onde milhões de pessoas foram mortas, a saber: judeus, ciganos, comunistas, homossexuais, deficientes, etc.. Além disso, convém, mais uma vez, trazer um trecho do que afirma Patrick Modiano sobre a obra e vida de Frenkel:

Prefiro não conhecer o rosto de Françoise Frenkel, nem as peripécias de sua vida após a guerra, nem a data de sua morte. Assim, seu livro será sempre para mim como a carta de uma desconhecida, esquecida no correio há uma eternidade e que você recebe por engano, embora, talvez, ela lhe fosse de fato destinada. A impressão curiosa que senti ao ler *Rien où poser sa tête* foi também a de ouvir a voz de uma pessoa cujo rosto não se distingue na penumbra e que conta um episódio de sua existência. E isso me recordou os trens noturnos de minha juventude, não os “*en sleeping*”, os vagões dormitórios, mas as cabines com assentos, onde se criava uma intimidade muito grande entre os viajantes e onde alguém, sob a luz noturna, acabava por fazer

confidências, como se no sigilo de um confessor. O que dava força àquela súbita intimidade era a certeza de que jamais nos veríamos. Encontros breves. Guarda-se deles uma lembrança em suspensão, a lembrança da pessoa que não teve tempo de nos dizer tudo. Também é assim o livro de Françoise Frenkel, redigido há setenta anos em meio à confusão do presente sob o impacto da emoção (Modiano, 2018, p. 10 *apud* Frenkel, 2018, p. 10).

Outro dado relevante trazido no preâmbulo da obra é a descoberta do endereço da livraria de língua francesa de Françoise Frenkel. Localizada na rua “Passauer Strasse 39; telefone: Bavaria 20-20, entre os bairros de Schoneberg e Charlottenburg” (Modiano, 2018, p. 10 *apud* Frenkel, 2018, p. 10). Nesse local, o comércio teve o maior número de clientes e até mesmo de eventos, tratou-se de uma localização que trazia mais movimento para o negócio e que foi “palco” de cenas de destruição presenciadas por Frenkel. Desse modo, ressalta-se que esta estava situada na capital do país alemão, uma cidade grande e bastante movimentada, mas que, a princípio, não recebeu tão bem negócio dessa natureza, haja vista a situação da Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial após o Tratado de Versailles.

Ademais, cabe destacar que há um alicerce de informações cuja possibilidade de ser elaborado só se deu após diversas averiguações sobre os registros e passos da trajetória da livreira Frenkel, no livro *Françoise Frenkel, Portrait d'une inconnue*, escrito por Corine Defrance e publicado, em 2022, pela editora francesa Gallimard. Esse conjunto de dados é essencial para compreender melhor a cronologia da vida da autora, desde a cidade onde nasceu até os momentos posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial. Porém, nesse momento, não haverá um aprofundamento maior sobre tais eventos, pois adiante serão apontados os elementos mais relevantes sobre ela.

É importante evidenciar que, em diferentes trabalhos e materiais, há divergências quanto à grafia do nome de Frenkel. Frymetta (ou Frymeta, como está grafado na versão francesa) nasceu na cidade de Piotrków, na Polônia, tendo, inicialmente, o nome de Fryma Idesa Frenkel, mas sendo, posteriormente, chamada por seus pais e membros de sua família de “Frymeta”. Ela foi criada em um lar culto e burguês cujos pais eram Baila Berta Horowicz (Bela) e Abrahma Hensel Frenkel (seu pai era banqueiro), destacando que, dos três filhos do casal, ela era a mais velha. Seus irmãos eram Mordechai (Maurice) (1894–1942) e Gucia Golda (1899–1990). O sobrenome Horowicz era de uma das famílias mais tradicionais e ricas de comerciantes e impressores de Piotrków. Segundo Defrance (2022), Piotrków era “uma cidade industrial em plena expansão nos setores de madeira, vidro e têxtil, muito bem utilizado graças à linha

ferroviária que liga Viena à Varsóvia”<sup>4</sup> (Defrance, 2022, p. 11, tradução nossa). Na Polônia, seu país de origem, Françoise escreveu alguns textos, utilizando como plano de fundo traços e silhuetas das ruas da cidade onde morava e de pessoas que lhes eram familiares.

Sobre os primeiros anos de vida de Frenkel, Defrance (2022, p. 15, tradução nossa) escreveu: “Frymeta passou seus primeiros anos em um universo feliz e protetor, cercado de livros e de música. Ela se lembrava de ter sido uma criança mimada/bem tratada”<sup>5</sup>. Em alguns de seus escritos, ela fala sobre seus pais e sobre os carinhos que recebia deles. Quando garota, foi educada por diversos preceptores, os quais a ensinaram o idioma francês e o alemão. Dentro do seu núcleo familiar, Françoise falava o idioma de seu país, o polonês, no entanto, o ídiche era utilizado por ela no dia a dia para a comunicação com os funcionários e com os clientes. O ídiche, aliás, era considerado, pela maioria do povo judeu, o idioma maternal do leste europeu, com base no que foi apontado por Corine Defrance (2022).

Em seus escritos, Frymeta fazia sempre oposição à miséria que existia em sua cidade natal, porque ela tinha o sonho de um país luminoso, como a Itália ou a França<sup>6</sup> (Defrance, 2022, p. 20, tradução nossa). Após o término do período escolar - o que corresponde, no Brasil atual, à finalização do Ensino Médio -, Frenkel decidiu continuar seus estudos na Alemanha, e teve que implorar a permissão de seu pai para conseguir dar prosseguimento aos seus estudos no país estrangeiro. A pátria alemã era, tal qual descrito por Corine Defrance (2022), o primeiro destino dos estudantes judeus russos, em razão da proximidade geográfica e linguística entre as nações. Além de ter os mesmos valores universais de *Haskala* que, por definição, é o Iluminismo Judaico; independente do sentimento de aversão ao povo de ascendência judaica, sendo cada vez maior no continente europeu, o que foi percebido, na Alemanha, no começo de 1910, tendo em vista que alguns estudantes judeus russos não eram bem-vindos no território alemão.

Não há precisamente a data de chegada de Frymeta ao território alemão, em razão da imprecisão dos registros encontrados sobre ela, provavelmente o ingresso deu-se no ano de 1908, quando já havia completado 19 anos, fixando-se, a princípio, em Berlim, onde, imediatamente, inscreveu-se no conservatório Klidworth-Scharwenka, local que formava jovens musicistas. Com o nome “Fanny Frenkel”, foi inscrita sob o número 118, na classe de

<sup>4</sup> [No original] “une ville industrielle en pleine expansion dans les domaines du bois, du verre et du textile, très bien desservie grâce à la ligne de chemin de fer reliant Vienne à Varsovie” (Defrance, 2022, p. 11).

<sup>5</sup> [No original] “Frymeta passe ses premières années dans un univers joyeux et protecteur, entourée de livres et de musique. Elle se souviendra d’avoir été une enfant choyée” (Defrance, 2022, p. 15).

<sup>6</sup> [No original] “Dans ses récits, elle oppose toujours à la misère de sa ville natale le rêve des pays lumineux, ‘la radieuse Italie’ ou ‘la France souriante’” (Defrance, 2022, p. 20).

piano dirigida por Albert Ulrich. O nome dela comparece somente no ano de seu registro e não há nenhum documento que comprove sua inscrição nos anos subsequentes. Conforme o livro de Corine Defrance (2022), entre 1911 e 1912, Françoise instalou-se na cidade de Leipzig e começou a frequentar a Universidade das Mulheres, a denominada *Hochschule für Frauen*, instituição cuja fundação se deu por Henriette Goldschmidt, com a ajuda financeira de Henri Hinrichsen. Ao conviver com Henriette, ela percebeu que se tratava de uma representante nata da burguesia liberal, haja vista a coincidente preferência cultural e literária que as duas tinham em comum.

Depois de alguns anos de estudos feitos no território alemão, Frymeta Frenkel mudou-se para Paris, capital francesa. Lá, e, 1914, pretendia se casar, o que aconteceu em fevereiro de 1914, quando se uniu em matrimônio com Méchoulam Simon Raichinstein, seu primo materno, filho de Menachem e Pesa Horowicz (irmã de sua mãe), nascido no dia 24 de novembro de 1889, em Moguilev, cidade atualmente localizada na Bielorrússia. Porém, de acordo com registros encontrados por Corine, não havia dúvidas de que, na verdade, Frymeta e Simon se casaram fora de Paris, talvez em Berlim, no ano de 1920. Essa constatação só foi possível após registros mostrarem diferentes assinaturas utilizadas por Frenkel em uma biblioteca polonesa em Paris, em junho daquele ano, uma vez que ela assinava como “Frenklówna”, já em novembro adotou “Raichinsteinowa-Frenkel”<sup>7</sup>.

No período em que esteve na França, Frenkel cursou Letras na Universidade de Sorbonne, além de frequentar cursos com um grande mestre dos estudos germânicos da época, chamado Henri Lichtenberger. Acredita-se que a chegada ao país francês deu-se no início do ano de 1914. No ano seguinte, por seu turno, ela obteve seu certificado de estudos franceses e, em 1916, o diploma universitário. Em conformidade com o que foi apontado por Corine (2022), o segundo título adquirido por ela seria correspondente ao que se chama hoje de licenciatura. Após a certificação na universidade, ela começou a trabalhar em uma biblioteca em Paris, onde, tal qual descrito em seu próprio testemunho:

Além dos cursos na Sorbonne, eu trabalhava assiduamente na Biblioteca Nacional, bem como na Biblioteca Sainte-Geneviève, meu lugar predileto. [...] Ao voltar da Polônia<sup>8</sup>, comecei um estágio, todas as tardes, numa livraria da rue Gay-Lussac. Foi assim que aprendi a conhecer os “clientes” (Frenkel, 2018, p. 17).

<sup>7</sup> Os nomes e sobrenomes foram traduzidos para corresponder à fonética e fonologia de cada língua, por isso há variações em suas grafias.

<sup>8</sup> Na página 17, do livro de Frenkel, ela relata que, após a Primeira Guerra Mundial, retorna ao seu país de origem; por isso, há a menção do retorno da Polônia à França.

No ano de 1898, a Universidade de Sorbonne introduziu em sua grade curricular matérias que serviriam de base para alavancar ainda mais o grau acadêmico daqueles que já haviam obtido o diploma de graduação. Essa continuação dos estudos é conhecida, no Brasil, como doutorado. É importante frisar que essa ampliação dos estudos não se deu apenas à população francesa, ela abarcou, também, os estrangeiros residentes no país francês. Françoise Frenkel, então, começou sua tese intitulada *La vie et les moeurs juives d'après le roman polonais moderne*, mas que passou, em 1921, a ter um novo título *Le Juif dans la société polonaise vu à travers de les annales historiques polonaises*, com 217 páginas escritas. No entanto, para a conclusão de seu trabalho, em 1920, ela precisou retornar para a Polônia, com o fito de concluir a pesquisa em seu país. Ao retornar para sua cidade natal, Piotrków, ela se aventurou em escrituras paralelas à tese na revista *Foi et Réveil*, a qual tinha como público-alvo judeus que viviam na França. Dentre os manuscritos de sua autoria, Frymeta escreveu alguns contos, ensaios, reportagens, autobiografias e textos memorialísticos, cuja temática era a mesma de sua pesquisa universitária. Ela se lançou aos estudos a fim de compreender mais sobre a condição de marginalidade e miséria em que se encontrava grande parte dos judeus. Ao final da pesquisa, os estudos feitos por Frenkel passaram a ser intitulados de *Le Juif dans la société polonaise*. Contudo, é importante frisar que, ao finalizar seus escritos, a estrutura do trabalho não respeitava o quadro acadêmico, dessa forma, ela não foi apresentada como uma tese de doutorado, mas sim como um ensaio que fora destinado à publicação. Há de se supor que, a partir dessa constatação e da ausência de informações públicas nos canais de pesquisa de Sorbonne, Frymeta não tenha obtido o título de doutora pela universidade francesa.

Ao concluir seus estudos, Frymeta descreve que “ao chegar a hora de escolher uma profissão, não hesitei: segui minha vocação de livreira” (Frenkel, 2018, p. 18). Nisso, iniciam-se seus planos de abrir uma livraria francesa, a princípio, na Polônia, mas, ao visitar diversas cidades, encontrou em cada livraria onde esteve “belas coleções de livros franceses.” (Frenkel, 2018, p. 19). Antes de regressar para a França, depois da visita às suas raízes, Frenkel decidiu fazer uma parada em Berlim, onde percebeu que, diante das vitrines das livrarias berlinenses, não havia livros de língua francesa. Isso foi compartilhado com o professor Henri Lichtenberger, quem sugeriu que ela abrisse uma livraria na Alemanha. A partir dessa conversa, ela decidiu se aventurar e abrir seu negócio na cidade.

A abertura da livraria ocorreu no ano de 1921, consoante o testemunho de Frenkel, e teve suas atividades finalizadas em 1939, alguns anos depois da ascensão de Hitler ao poder e de as ideias nazistas começarem a circular por toda a Alemanha. Todavia, nos documentos encontrados para a elaboração do livro de Corine Defrance (2022), data-se que o início das

atividades da biblioteca deu-se apenas em 1924. Teria sido essa uma falha da memória de Frenkel? Será que, longe dos olhos das autoridades, a livreira conseguiu, de ímpeto, abrir suas portas antes mesmo da autorização necessária do governo alemão? Ao levantar tais suposições relativas ao esquecimento, pode-se subscrever o que foi afirmado por Márcio Seligmann-Silva (2020, p. 53) e que abarca essa questão, tendo em vista que, ao discorrer sobre a desmemória, evidencia, mais uma vez, características do gesto testemunhal: “Para o sobrevivente, a narração combina memória e esquecimento”.

Ao longo das atividades da livraria, Simon Raichinstein, marido de Françoise, ajudou-a em sua administração até o ano de 1933, em que, munido de um passaporte Nansen (documento emitido pela Liga das Nações, que permite a circulação de refugiados ou de pessoas impedidas de portar seus passaportes nacionais), preferiu deixar a Alemanha e retornar ao território francês, onde viveu até 1942. De acordo com registros, foi nessa mesma data que ele foi levado à Auschwitz. Sozinha, Frymeta assumiu a dianteira do negócio até a sua permanência no país alemão ficar insustentável, porque dificultada pelas diversas imposições sobre estrangeiros e, principalmente, aos de ascendência judia. É importante delinear que Frenkel só demonstrou, de fato, vontade de cessar as atividades livreiras quando as ameaças nazifascistas passaram a reverberar os discursos de grande parte da população e ela sentiu que sua integridade estava em risco.

Durante a estada na Alemanha, a trajetória da livraria chamada *La Maison du Livre*, em Berlim, teve seu momento de ascensão e declínio. A loja de livros estava situada, em um primeiro momento, no endereço citado anteriormente, ou seja, Passeur Strasse, mas no número 37. O público-alvo de Frenkel era, então, os imigrantes, os quais partilhavam da mesma condição de estrangeiros que o casal Frymeta e Simon Rainschenstein. Naquele período, para além da tensão causada pela devastação do país frente à Primeira Guerra Mundial, havia o crescente sentimento de antissemitismo que vigorava cada vez mais na sociedade alemã tradicional. Contudo, em uma enquete feita na época, foi mostrado que, em 1933, havia um grande interesse dos alemães na literatura francesa.

Os primeiros clientes da *La Maison du Livre* foram os russos exilados na Alemanha, ainda segundo os escritos de Corine Defrance (2022). A chegada dos expatriados dava esperança para Frenkel de que seu novo negócio prosperaria. Em seu testemunho, ela frisa que, no início, seu público era “principalmente mulheres, estrangeiras em sua maioria – polonesas, russas, tchecas, turcas, norueguesas, suecas e muitas austríacas” (Frenkel, 2018, p. 21), o que demonstra que, na época, os estrangeiros eram os principais frequentadores da livraria. Vale lembrar, em conformidade com o que já foi mencionado, que Françoise fez um caminho inverso

ao dos mais diversos refugiados. Em vez de retornar ao seu país de origem, ela saiu de Paris e se alojou em Berlim, diferenciando-se daquelas pessoas que ela gostaria que frequentassem seu comércio. Nisso, é válido destacarmos o que Defrance (2022, p. 66, tradução nossa) menciona sobre a clientela da livraria: “Pouco a pouco a clientela francesa, ligada, sobretudo, à representação diplomática, transpôs a entrada da livraria”<sup>9</sup>.

No período de 1925-1926, a elite alemã começou a frequentar a livraria do casal Françoise e Simon. Lá, além da venda de livros, aconteciam aulas para franceses e noites de música e teatro. O ponto alto da *La Maison du Livre* ocorreu no período em que houve conferências e encontros com os autores promovidos por eles. Assim, ao longo dos anos de 1927 e 1931, ocorreu o momento denominado de “anos de prosperidade”, tal qual referenciado por Frenkel (Defrance, 2022, p. 71). Mas, depois de 1932, a trajetória do comércio começou a mudar, uma vez que se encontrava em grande dificuldade financeira com a queda das vendas. Algumas possíveis causas para esse impasse diziam respeito ao contexto econômico-social da época, o retorno dos exilados russos aos seus países, a perpetuação e crescimento do antissemitismo na população da época.

Foi comum ver, a partir de 1933, as queimas de livros. Tudo era orquestrado de forma teatral e em locais públicos, para que tais feitos tivessem notoriedade e impacto suficientes, visando chamar atenção pelo exemplo. A destruição das obras tinha como organizadores estudantes, os quais eram participantes do partido nacional-socialista que vinha ganhando cada vez mais força e criando o cenário perfeito para os futuros atos de Adolf Hitler. Como pode ser lido nas memórias de Stefan Zweig (2014, p. 16), quando ele relembra os penosos momentos vividos durante a agrura europeia do século XX:

Sob meus olhos, vi grandes ideologias de massa crescendo e se disseminando, o fascismo da Itália, o nacional-socialismo na Alemanha, o bolchevismo na Rússia e, sobretudo, a pior de todas as pestes, o nacionalismo, que envenenou o florescimento da nossa civilização europeia.

Os colaboradores das manifestações agiam, segundo o que acreditavam, pelo espírito alemão, taxando os autores judeus como grandes inimigos. Depois do estabelecimento dessa prática de destruir livros e trabalhos de autores, houve mais restrições ao grupo judaico e o início da perseguição contra eles, o que tornou a vida dessa comunidade cada vez mais difícil e a permanência no país alemão insustentável. Essas imposições foram consideradas as mais

---

<sup>9</sup> [No original] “Peu à peu la clientèle, liée surtout à la représentation diplomatique, franchit le seuil de la librairie” (Defrance, 2022, p. 66).

rígidas e limitadoras, ao se analisar todo o histórico do grupo judaico e os percalços vividos por ele, tal qual descrito por Hannah Arendt (2012, p. 21), em *Origens do totalitarismo*:

Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que *não* era judeu ou descendente dos judeus; e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental.

Havia, até o ano de 1933, certa harmonia entre os alemães e a comunidade judaica, que chegou ao fim com a ascensão de Hitler ao poder. Como bem destaca Hannah Arendt (2012), no território alemão, diferentemente das outras nações, eram garantidas aos judeus a cidadania e a nacionalidade. Estas, inclusive, bravamente exigidas em protestos ocorridos em 1933, seguidamente às mudanças no tratamento daquele grupo, sob alegações de que o povo judeu não se tratava de uma minoria. Porém, “[...] os alemães nacionalmente minoritários anunciaram sua solidariedade com a Alemanha, já nazista, e conseguiram o apoio da maioria das delegações dos grupos minoritários, que abraçaram o antissemitismo, florescendo em todos os Estados sucessórios.” (Arendt, 2012, p. 378).

Frenkel, então, foi obrigada a sair às pressas da Alemanha, deixando para trás toda sua vida e profissão para fugir da perseguição aos judeus, levada a cabo com a inauguração do Terceiro Reich. Assim, nos anos subsequentes, ela iniciou seu período de peregrinação, ou melhor, de fuga pelo território francês, a fim de escapar do extermínio em massa promovido pelos nazistas. Durante os anos em que se viu forçada a viver deslocando-se sem saber onde acomodar-se em definitivo, ela contou com a ajuda de algumas pessoas que também não estavam de acordo com os preceitos do Nazismo espalhados, rapidamente, pela Europa do século XX, o que foi fundamental para que Frenkel conseguisse concluir sua rota de fuga em 1943, ano em que ela cruzou a fronteira franco-suíça. Na época da ascensão de Hitler e da perseguição aos judeus, a Suíça era um país livre dos ideais hitleristas e não havia sido invadido por soldados alemães. Especula-se que o livro *Rien où poser sa tête*, cuja tradução em português já foi mencionada anteriormente, tenha sido escrito no mesmo ano em que a autora ingressou no país suíço e publicado, pela primeira vez, em 1945, pela editora Jeheber, em Genebra.

Portanto, diante das breves apresentações acerca da vida tumultuada da polonesa Françoise Frenkel, desde o seu nascimento até à ascensão do nazismo e o início às perseguições aos judeus e a censura às suas obras, temos mais claramente o interesse em nos debruçar sobre

as questões que envolvem esse testemunho. Assim, para compreender melhor as temáticas da censura e intolerância durante a Segunda Guerra Mundial, refletiremos, no próximo capítulo, o tópico do cerceamento e da literatura em tempos sombrios.

## **CAPÍTULO 2 - CENSURA EM TEMPOS SOMBRIOS**

*Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa palavra morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, podia-se com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é ler 'distraidamente'. (Lispector, [s. d.] apud Sant'anna, 1990, p. 157).*

Ao pensar em toda a história dos conflitos e das guerras mundiais, evidencia-se, em algum momento, a força aglutinadora da austeridade contra determinado povo e/ou ações que coíbem pensamentos contrários ao governo vigente, além da restrição dos direitos das pessoas e a censura aos livros, à liberdade de expressão, à livre difusão das ideias, entre outros tantos meios de controle adotados por regimes, em sua maioria, autoritários. Isso foi visto, também, na intempérie da Segunda Guerra Mundial, a qual ficou conhecida, na memória coletiva, como um dos maiores genocídios da humanidade. Embora tenha havido outros assassinatos em massa, por exemplo, de ciganos, de comunistas, este, em especial, teve uma notoriedade mais ampla, por ter acontecido de forma tão brutal e ardilosa, arquitetado por Adolf Hitler, durante o Terceiro Reich, no século XX – o qual teve elevado avanço tecnológico e industrial, sendo considerado, pelo historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 19, grifo do autor), como:

[...] o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. [...] os *pogroms* na Rússia czarista, que, com injustiça, indignaram a opinião pública e impeliram milhões de judeus russos para o outro lado do Atlântico entre 1881 e 1914, eram pequenos, quase insignificantes, pelos padrões de massacre modernos: os mortos contavam-se às dezenas, não às centenas, e jamais aos milhões.

Nesse sentido, é válido relembrar o cenário no território alemão que antecedeu os acontecimentos orquestrados por Hitler. Assim, é preciso salientar, a princípio, que, de acordo com Ângela Mendes de Almeida (1987, p. 7): “A Alemanha desempenhou um papel fundamental no período entre as duas guerras mundiais (1918-1939) e foi, em certa medida, o epicentro dos dois conflitos”. Ainda segundo a autora, no fim do século XIX, a França e a Inglaterra teriam sido ultrapassadas pela Alemanha no setor industrial devido ao seu grande avanço, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Adjacente a esse fato, havia, ainda, a questão da partilha colonial dos continentes africano e asiático, que culminou na efervescência dos conflitos entre os alemães e o país francês. Para além disso, no histórico de relações entre as duas nações, “a derrota humilhante dos franceses na guerra franco-prussiana, em 1871, da

qual surgiu o moderno Estado alemão unificado, mantinha ainda acesa a hostilidade entre os dois países e seus respectivos aliados” (Almeida, 1987, p. 8).

A eclosão da Primeira Guerra, ocorrida entre os anos de 1914 e 1918, era iminente, sendo a morte do arquiduque Francisco-Ferdinando – assassinado por um estudante da Bósnia (região anexada à Áustria-Hungria) – apenas um subterfúgio para o início do conflito, uma vez que havia atribuições que abalavam a relação entre os países. Essas tensões foram descritas na obra de Almeida (1987, p. 12):

De um lado, a expansão industrial alemã que se debatia contra o rígido controle colonial do Terceiro Mundo exercido sobretudo pela Inglaterra e pela França. De outro, o problema das nacionalidades oprimidas, particularmente agudo na Polônia e na região dos Bálcãs, e que ameaçava derrubar as fronteiras de vários impérios históricos como austro-húngaro e o russo. No centro da confrontação achavam-se, de um lado, a França e seu principal aliado, a Rússia dos czares, e de outro, a Alemanha e a Áustria-Hungria.

A guerra não tinha, como observado na obra *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*, de Eric Hobsbawm (1995), objetivos específicos e limitados, mas sim infinitas metas. Dessa forma, tem-se que a Alemanha e a Grã-Bretanha eram os dois principais oponentes, sendo a França também muito ativa nesse conflito mundial. Cada país apresentava propósitos diferentes, em que os alemães gostariam de ter destaque global em relação à política e à posição marítima – notoriedade que era desejada pelos alemães, mas tida pelos britânicos – , enquanto a França gostaria de: “[...] compensar sua crescente e aparentemente inevitável inferioridade demográfica e econômica frente à Alemanha. Também aqui a questão era o futuro da França como grande potência” (Hobsbawm, 1995, p. 31).

O número de mortos na Primeira Guerra Mundial ultrapassou a casa dos milhares, chegando aos milhões de óbitos em decorrência do conflito entre as nações, entre eles havia, não se pode deixar de contabilizar, soldados e civis. Acerca disso, cabe expor o que referenciou Eric Hobsbawm (1995) sobre os dois maiores sentimentos dos sobreviventes do pós-guerra, sinalizando em que grupo se encontrava Adolf Hitler:

Quase todos os que serviram a Primeira Guerra Mundial – em sua esmagadora maioria soldados rasos – saíram dela inimigos convictos da guerra. Contudo, os ex-soldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltarem contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e bárbara superioridade – inclusive em relação a mulheres e não combatentes – que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pós-guerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido *frontsoldat* era a experiência formativa da vida (Hobsbawm, 1995, p. 28).

Esse período conflituoso e sangrento, que tirou a vida de diversas pessoas, teve o final decretado em 1918. As potências da época – Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Itália – saíram vitoriosas e assinaram um acordo de paz, conhecido como Tratado de Versalhes. Tal aliança contemplava cinco ponderações, a saber: o colapso de diversos regimes europeus e o advento do bolchevismo no regime russo, o que foi o ponto de partida para forças revolucionárias surgirem na Europa; o controle da Alemanha – pátria que quase derrotou sozinha os países aliados e, por isso, tornou-se um dos principais interesses da nação francesa; modificações na demarcação dos territórios europeus, com o fito de extenuar ainda mais o território alemão, com as divisões e a nova reformulação territorial do Velho Mundo – “na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar Estados-nação étnico-linguísticos, segundo a crença de que as nações tinham o ‘direito de autodeterminação’” (Hobsbawm, 1995, p. 32); o estabelecimento de políticas internas dentro de cada pátria vitoriosa e as contendas entre eles; e, por fim, o estabelecimento de normas para evitar outro tipo de confronto como aquele finalizado, que devastou o continente. Assim, é importante frisar que o texto com essas considerações foi escrito em uma conferência de paz, em 1919, na cidade de Paris, a qual não contou com a presença dos derrotados, que produziu um documento que trouxe sanções aos alemães e contribuiu para a degradação econômica do país nos anos subsequentes. Semelhante às ideias da autora, apresenta-se o cenário da pátria alemã, apontado por Ivo André Maioli (2004) em suas pesquisas e compilações agrupadas no livro *História da Segunda Guerra Mundial*:

A assinatura do tratado de paz no final da Primeira Guerra Mundial deixou a Alemanha humilhada e despojada de suas possessões. Perdeu seus territórios ultramarinos e, na Europa, a Alsácia-Lorena e a Prússia Oriental. Os exércitos aliados ocuparam a região do Reno, limitaram rigorosamente o tamanho do Exército e da Marinha alemães, e o seu país foi obrigado a pagar indenizações pela Primeira Guerra Mundial que logo provocaram o colapso de sua moeda e causaram desemprego em massa (Maioli, 2004, p. 2).

A Alemanha pós-guerra estava devastada, os confrontos ocorridos por toda Europa deixaram consequências ainda maiores para os alemães, os quais foram culpabilizados pelo conflito mundial. Diante disso, houve a dura crise econômica vivida no país, o que serviu para inflamar o ego dos alemães e afetar duramente a política vigente da nação. Nesse cenário árido e instável, viu-se o crescimento do Nazismo, um movimento cujo propósito utópico de criação de uma sociedade perfeita, por meio da pureza e do sacrifício, para impedir que a humanidade fosse levada à escuridão, tal qual narrado no filme *A Arquitetura da Destruição*, de Peter Cohen (1989). Além disso, a ideologia nazista incluía, também, aos seus objetivos, a responsabilidade

de exterminar o que eles acreditavam ser a “origem do problema” – caso de livros, obras de arte consideradas “impróprias” e pessoas com ascendência judaica, vislumbrando elevar ainda mais, na população da época, o antissemitismo já consolidado nas sociedades nos séculos anteriores e impor a ideia em função da inferioridade de raças. Mesmo datado de anos, o sentimento antissemita só teve mais importância e notoriedade no Terceiro Reich, como pode ser descrito nas palavras de Hannah Arendt (2012, p. 27) no seguinte trecho:

O antissemitismo alcançou seu clímax quando os judeus haviam, de modo análogo, perdido as funções públicas e a influência, e quando nada lhes restava senão sua riqueza. Quando Hitler subiu ao poder, os bancos alemães, onde por mais de cem anos os judeus ocupavam posições-chave, já estavam quase *judenrein* – desjudaizados –, e os judeus na Alemanha, após longo e contínuo crescimento em posição social e em número, declinavam tão rapidamente que os estatísticos prediziam o seu desaparecimento em poucas décadas [...] para um estatístico, a perseguição e o extermínio dos judeus pelos nazistas pudessem parecer uma insensata aceleração de um processo que provavelmente ocorreria de qualquer modo, em termos de extinção do judaísmo alemão.

Além do antissemitismo, o sentimento nacionalista também vinha crescendo ao longo do tempo em outras partes do continente europeu. Alguns filósofos dividiam opiniões diferentes sobre a questão nacionalista e os judeus, mas que, de certa forma, culminaram nos mesmos ideais: fortalecimento da identidade nacional e repressão da comunidade judaica. No livro *Ladrões de livros: a história real de como os nazistas roubaram milhões de livros durante a Segunda Guerra*, de Anders Rydell (2018, p. 62), o autor ressalta que os pensadores “Friedrich Hegel, Johann Gottlieb e Friedrich von Schellin, numa reação ao Iluminismo, começaram a formular o pensamento hoje conhecido como idealismo alemão”. Estes foram reconhecidos pelo legado deixado para os futuros militantes nacional-socialistas vigentes no século XX, como descrito no excerto abaixo:

A ideia de singularidade de Herder da alma de um povo e sua forte ênfase sobre o patriotismo seriam de importância decisiva para o surgimento do nacionalismo alemão. O objetivo de Herder era acima de tudo distanciar a cultura alemã da forte influência francesa da época – a cultura europeia do século XVIII foi dominada pela França. Johann Gottlieb Fichte, outro filósofo muitas vezes chamado de pai do nacionalismo, achava que o povo alemão tinha características únicas [...] Já em Fichte havia antissemitismo plenamente articulado: ele afirmava que haveria danos para a Alemanha caso os judeus tivessem plenos direitos como cidadãos – como havia ocorrido em toda a Europa, em um processo de desenvolvimento político que havia se espalhado desde a Revolução Francesa (Rydell, 2018, p. 62-63).

Ainda de acordo com Anders Rydell (2018, p. 64): “O principal objetivo do emergente nacionalismo alemão na primeira metade do século XIX era a criação de uma Alemanha

linguística e culturalmente homogênea”. À vista disso, nacionalistas incorporaram o poeta Goethe ao que seria considerado “modelo moral da nação alemã”, para isso, distorceram ideias propostas por ele, assim como de outros filósofos – Hegel, Fichte e Herder –, os quais tiveram concepções “[...] usadas de modo equivocado, receberam ênfase excessiva ou até mesmo foram falsificadas para dar legitimidade ao nacionalismo.” (Rydell, 2018, p. 64), o que demonstra o uso de ideia para atender ao *bel prazer* um desejo de determinado grupo. Dessa forma, tudo o que não fosse compatível com a imagem construída de Goethe era dizimado ou deixado escondido sob a sombra de outros documentos. Ainda nas palavras do autor supracitado:

A crítica de Goethe à esfera política foi usada mais tarde por nacionalistas de direita como arma contra a formação de partidos políticos e contra a democracia<sup>10</sup>. Enquanto isso, a esquerda via Goethe como um defensor do liberalismo e do parlamentarismo. A batalha pela alma de Goethe prosseguiu no século seguinte. As fortes tensões internas entre a luz e as trevas de Weimar logo aumentariam violentamente, e o palco para essa conflagração foi simbólico: o Teatro Nacional atrás da estátua de Rietschel retratando Goethe e Schiller (Rydell, 2018, p. 65).

Sob esse viés, é válido reafirmar que, no século XX, a identidade alemã, tal como retratado no documentário investigativo *Hitler: uma carreira*, de direção de Joachim Fest e Christian Herrendoerfer (1977), disponível na Netflix, estava devastada. Multidões ditas nacionalistas caminhavam sob o brado “Acorde, Alemanha”, o qual era, para eles, como um grito de salvação. Foi nesse cenário que Hitler se apresentou com essa postura de “salvador da pátria”, valendo-se de discursos efusivos, cujas palavras e trejeitos eram muito expressivos, objetivando sensibilizar as demais pessoas e a solidificar ainda mais o movimento nacional-socialista, arregimentando aqueles que admiravam e eram devotos à pátria derrotada após a Primeira Guerra Mundial.

Adolf Hitler nasceu no ano de 1889 – mesmo ano de nascimento de Françoise Frenkel –, em Braunau, cidade fronteira entre Áustria e Alemanha (ambos os países eram considerados territórios alemães). Avaliado como um artista medíocre, foi recusado, aos 18 anos, na Academia de Belas Artes, em Viena, por um professor judeu – não se sabe se este fato influenciou no ódio que o austríaco sentia pela comunidade judaica. Assim, sem conseguir ingressar no curso superior que almejava, ao estourar da guerra, inscreveu-se no exército alemão e, de lá, saiu com um sentimento odioso pela derrota e crente de que, devido ao seu local de nascença, ele era um homem com a importante missão de reconstruir a nação diante dos destroços deixados pelo confronto.

<sup>10</sup> Lepenies, 2006, p. 157 *apud* RYDELL, 2018, p. 65.

O ingresso de Hitler<sup>11</sup> na política deu-se a partir de encontros com um pequeno grupo ou facção política, o qual se reunia em adegas, no município de Munique. Eram recorrentes os seus discursos nesses locais, na Baviera, o que levou muitos a desacreditarem dos ideais ou de uma possível notoriedade administrativa dele. Afinal, em um país tão desenvolvido, que valorizava o intelecto e a formação superior de seus representantes, quem daria ouvidos a um homem que esbravejava ideias estapafúrdias sem qualquer qualificação profissional? Foi dessa maneira que ele não foi considerado, por parte da população alemã e pelos veículos de informação da época, uma “ameaça”, visto que ele não aparentava ser o tipo de líder político que tivesse alguma credibilidade perante a sociedade. A isso, é possível mencionar que o escritor Stefan Zweig morava, nessa época, em Salzburgo – cidade vizinha àquela onde Hitler se encontrava com os demais grupos políticos – e, em sua autobiografia, descreve um episódio memorialístico de incômodo despertado em um de seus conhecidos em razão dos discursos raivosos e atormentadores do futuro chanceler do Terceiro Reich:

Só sei que um dia – nem saberia mais reconstituir a data – chegou um conhecido e se queixou de que Munique voltara a ficar turbulenta. E que havia por lá um agitador violento chamado Hitler que organizava encontros com pancadarias e instigava a população de maneira a mais vulgar contra a República e contra os judeus (Zweig, 2014, p. 318).

No início, Hitler estava disposto a dar apoio àqueles que estavam acima dele na hierarquia política, por exemplo, o general Ludendorff, o qual acreditava, assim como outros representantes, que o austríaco seria facilmente manipulável, porém foi mais um ludibriado por ele. É importante mencionar, ainda, algumas coisas que eram odiadas por Hitler, a exemplo de laços reacionários, comunistas, judeus, pretos e a própria República. Com isso, o objetivo maior dele era romper as barreiras sociais, e foi esse propósito que o levou a fazer a caravana denominada *Hitler pela Alemanha*. Percorrer o país alemão possibilitou que ele conquistasse cada vez mais apoiadores, os quais eram, em sua maioria, jovens com menos de 30 anos, muitos, por exemplo, participaram ativamente do grupo paramilitar da SS antes mesmo da ascensão de Adolf Hitler ao poder.

Sendo um ótimo orador, Hitler conseguiu, junto ao seu partido, a simpatia de mais alemães que se viam desesperançosos diante do cenário de desmantelamento e crise econômica visto no país. Os nacional-socialistas representavam a esperança para a juventude – que mais

---

<sup>11</sup> Entre 1919 e 1920, Adolf Hitler ingressou no Partido dos Trabalhadores Alemães, fundado em Munique, cujo nome foi alterado para Partido Nacional-Socialista Alemão (*National-Sozialistische Deutschlands Arbeiterpartei* – NSDAP – em alemão). Após um ano do ingresso no partido, Hitler tornou-se a figura principal do movimento político que ficou conhecido como Partido Nazista.

tarde ficaria conhecida como juventude hitlerista – e não se interessavam pelo público conservador da época. É relevante salientar que, contrariando a própria ideia de destruição do modelo republicano vigente, o nazista utilizou-se dos meios legais para alcançar seu lugar de liderança: “Decidido a chegar ao poder pelos meios legais, Hitler busca demonstrar para os desempregados, marginalizados, pequenos burgueses empobrecidos, escalões militares e alta burguesia que o nazismo é a solução” (Caetano, 2010, p. 3). Percebe-se, então, que ele, dotado de um caráter messiânico, se aproveitava da legalidade para incitar o fim dos inúmeros partidos políticos e da República alemã, afirmando que governos poderiam mudar, mas que uma nação sempre permanecia, recorrendo à noção de um coletivo comum<sup>12</sup>.

Nesse sentido, é lícito ressaltar que foi incutido por Hitler, na multidão que o seguia e ouvia seus discursos, que o Nazismo seria a única opção viável para “[...] salvar” a nação alemã e conseguir aniquilar tudo aquilo que levava o mundo à beira de um desastre. Antes mesmo da derrubada da República de Weimar, no campo literário, o movimento modernista – o Modernismo –, com vistas à “velha elite guilhermina: a aristocracia, a burguesia reacionária e as universidades”, suscitou na sociedade uma reação contrária ao movimento, em que “a resistência à República de Weimar, aos ideais democráticos, à sua cultura e ao modernismo estava fadada a ter uma natureza violenta, reunindo conservadores, nacionalistas e extremistas de direita” (Rydell, 2018, p. 67).

O grupo paramilitar SS estava montado, havia uma formação bem estabelecida que foi vista em alguns ataques violentos a opositores políticos, como relembra Stefan Zweig (2014), em uma reunião pacífica dos social-democratas, em que os participantes foram surpreendidos por caminhões cheios de rapazes armados de cassetetes de borracha, impetuosos e demasiadamente articulados. À vista disso, sem que houvesse uma resposta militar àquelas ações intempestivas dos partidários nazistas, no ano de 1923, houve uma tentativa de golpe para a tomada do poder. Esse ato foi descrito, de maneira sucinta, por Zweig (2014, p. 320-321):

Um dia as autoridades acordaram e Munique estava nas mãos de Hitler, todos os cargos ocupados, os jornais obrigados com revólveres a anunciar triunfantes o êxito da revolução. [...] De manhã começou o famoso *putsch*, que deveria conquistar a Alemanha. Sabidamente, estava terminado ao meio-dia [...]. Hitler fugiu e logo foi preso; com isso, o movimento parecia extinto. Naquele ano de 1923 desapareceram as suásticas, as tropas de choque, e o nome Adolf Hitler caiu praticamente no esquecimento. Ninguém mais pensou nele como possível fator de poder.

<sup>12</sup> Recorte feito, utilizando-se de outros vocábulos, de um discurso exibido no documentário *Hitler: uma carreira*, disponível na plataforma de *streaming* Netflix.

A análise dos acontecimentos progressos à Segunda Guerra Mundial traz à tona o seguinte questionamento: em que medida a ascendência ao poder de Adolf Hitler se tornou possível diante da subestimação de parte da população pela figura política representada por ele? Será que, se houvesse a tomada de consciência das pessoas que almejavam o reestabelecimento da Alemanha como potência, ter-se-ia evitado a chegada de um homem sem instrução acadêmica – um artista medíocre que levou ao fim inglorioso do país - à máxima autoridade? Não há uma resposta simplificada e nem suposições que sejam suficientes para supor que haveria um desfecho diferente para a história violenta da Alemanha caso as atitudes da comunidade fossem outras. Entretanto, no decorrer dos acontecimentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, percebe-se que o desmerecimento da representação e capacidade de Hitler foi um dos fatores determinantes para o êxito de sua campanha política, uma vez que não houve tentativas de abafar aquele movimento que captava centenas de alemães ressentidos e pesarosos perante o enfraquecimento de sua pátria. Sob essa perspectiva, no que diz respeito à guerra, de acordo com Hobsbawm (1995), a eclosão de um novo conflito mundial era esperada, visto que não houve a recuperação econômica mundial aos parâmetros prósperos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Assim, o historiador inglês afirma que:

Talvez a guerra seguinte pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada, se se houvesse restaurado a economia pré-guerra como um sistema global de prósperos crescimento e expansão econômicos. Contudo, após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conheceu desde a Revolução Industrial. E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas num rompimento deliberado com o *status quo* mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos. Daí em diante, uma nova guerra mundial era não apenas previsível, mas rotineiramente prevista. Os que atingiram a idade adulta na década de 1930 a esperavam. A imagem de frotas e de aviões jogando bombas sobre cidades, e de figuras de pesadelo com máscaras contra gases, tateando o caminho como cegos em meio à nuvem de gás venenoso, perseguiu minha geração: profeticamente num caso, erroneamente no outro (Hobsbawm, 1995, p. 35).

Após a prisão dos envolvidos no *Putsch de Munique*, Adolf Hitler viu em seu julgamento uma oportunidade de discursar, mais uma vez, ao figurar como um patriota fervoroso, em vez de se declarar inocente, ele assumiu a responsabilidade de seus atos e os justificou reafirmando as falácias incumbidas de “ideias nacionalistas”. Conseguiu, desse modo, sair triunfante do tribunal e, durante os anos em que ficou preso, escreveu o livro *Mein Kampf*, cuja narrativa, tal qual visto em suas oratórias, era demasiadamente baseada na retórica. Consoante as reflexões de Eliane Hatherly Paz (2015), na apresentação intitulada *Mein Kampf, 2016*, a autora ressalta que, na obra do *Führer*: “A ideologia racial permeia todo o texto,

fundamentando a luta entre ‘raças’ germânica e judaica, considerada por Hitler o principal inimigo, a quem cabe combater e exterminar em nome da autopreservação” (Paz, 2015, p. 3). Além disso, ao escrever a obra, ele visava à conquista daqueles cidadãos que não acreditavam mais na soberania da república e que eram temerários aos movimentos revolucionários e, do mesmo modo, objetivava o fortalecimento do movimento por parte daqueles que já simpatizavam com o Partido Nazista, mesmo sabendo que o alcance maior ocorria por meio da palavra falada, tal qual Hitler descreve em seu manuscrito autobiográfico.

Assim, no âmago da leitura do livro de Hitler, já se denotam as tendências pautadas na raça e no nacionalismo, tal qual sempre fora visto em suas declarações impetuosas. Ao relembrar a infância e o tempo da escola, em que se dedicava apenas às matérias as quais tinha algum interesse, ele afirma: “Quando, depois de muitos anos, examino o resultado daqueles tempos, vejo dois fatos de muita significação: 1º Tornei-me nacionalista. 2º Aprendi a entender a história pelo seu verdadeiro sentido” (Hitler, 1924, p. 10). Outrora, ao defender a união do território austríaco e alemão, enfatizou que: “Povos cujas veias corre o mesmo sangue devem pertencer ao mesmo Estado” (Hitler, 1924, p. 7).

É, sobretudo, claro que as postulações de Hitler exaltavam mais a questão da etnia, segundo as quais a hierarquia de raças existia e a miscigenação delas não era um processo natural, sendo essa mestiçagem um mal à natureza humana, o que causava desarmonia e enfraquecia o homem. Partindo dessa premissa, ele culpabilizou os judeus pelo fracasso da nação alemã diante da grande guerra, visto que muitos alemães estavam em condições de miséria, enquanto a comunidade judaica, com seus negócios, parecia não ter sido abalada economicamente após o conflito, pelo contrário, ele engendrava a ideia de que o cenário de miséria e destruição era favorável aos povos judaicos. Convém, nesse ínterim, frisar que “[...] os judeus foram transformados em *bodes expiatórios* dos problemas nacionais e o ódio aos mesmos se tornou um dos pilares do nazismo” (Caetano, 2010, p. 8), levando em consideração que Adolf Hitler sabia que era mais fácil unificar a população ao atribuir um inimigo em comum ao mesmo tempo que traçava o ideário de unificação da nação ariana (considerada, por ele, a raça superior às demais). Logo, importa evocar a autora Hannah Arendt (2012, p. 28-29), ao tratar dessa questão:

A teoria que apresenta os judeus como eterno bode expiatório não significa que o bode expiatório poderia também ser qualquer outro grupo? Essa teoria defende a total inocência da vítima. Ela insinua não apenas que nenhum mal foi cometido mas, também, que nada foi feito pela vítima que a relacionasse com o assunto em questão. [...] E então o chamado bode expiatório deixa de ser a vítima inocente a quem o mundo culpa por todos os seus pecados e através do qual seja escapar ao castigo; torna-se um

grupo entre outros grupos, todos igualmente envolvidos nos problemas do mundo. O fato de ter sido ou estar sendo vítima de injustiça e da crueldade não elimina a sua corresponsabilidade.

Nesse sentido, nota-se que o destaque econômico dos judeus, os quais emprestavam dinheiro ao Estado em troca de proteção, gerou incômodo até mesmo naqueles que ainda não haviam se despertado para o antissemitismo, de modo que, para aqueles que declaravam abertamente o ódio a essa parcela da população, por exemplo, Hitler, essa inquietação foi utilizada apenas como justificativa para convencer mais indivíduos a conceber-vos como um inimigo em comum, que seria combatido pelo Nazismo. Concomitantemente, destaca-se, também, a questão do povo judaico como “um modelo perfeito de uma nação sem Estado” (Arendt, 2012, p. 335). Isso inquietava os nacionalistas, uma vez que consideravam a comunidade judaica uma sociedade unificada, a qual não precisava de um país para manter suas características sociais e nem para constituir uma nacionalidade.

Retornando à análise da obra antissemita e nacionalista de Hitler – cujo título traduzido para o português é *Minha luta* –, viu-se que, após a sua difusão, houve literatos da época que, depois de lê-la, ativeram-se apenas às questões estilísticas e literárias, contrariando o que era realmente necessário fazer ante à leitura: tecer críticas à mensagem transcrita de ódio e intolerância aos que não eram considerados racialmente puros, de forma a procurar vias de combater a difusão desses ideais sem ao menos haver debates e reflexões previamente estabelecidos. Talvez o ego engrandecedor desses sujeitos os levou a desacreditarem da potencialidade das falas de Adolf Hitler naquele momento tão delicado para a sociedade. É válido lembrar que, durante o regime nazista, esse livro foi amplamente distribuído, sendo mencionado na produção literária de Frenkel, quando ela descreve um sujeito francês que enaltecia as ideias nazifascistas descritos nele e, até mesmo, oferecia-se para emprestá-lo a quem quisesse e traduzi-lo para idioma local. Paralelamente, nas palavras de Zweig (2014, p. 321-322):

Essa mania de erudição foi a principal responsável por induzir os intelectuais alemães a enxergar em Hitler ainda o agitador de cervejarias que nunca poderia ser seriamente perigoso, quando ele, graças aos seus mandachuvas invisíveis, já ganhara poderosos apoiadores nos círculos mais diversos. E mesmo quando ele, naquele dia de janeiro em 1933, se tornou chanceler, a grande multidão e até os que o empurraram para esse posto consideravam-no apenas um ocupante provisório do cargo, e o domínio nacional-socialista, um mero episódio.

É preciso ponderar que, no século XX, a Alemanha era uma sociedade pautada na sobrestima e valorização do conhecimento. Essa mesma população foi enganada com os mais

diversos acordos feitos por Adolf Hitler com o júbilo das áreas e interesses mais contrastantes. No dia 30 de janeiro de 1933, por exemplo, Hitler foi nomeado, por Hindenburg, chanceler do Terceiro Reich, tendo a glória de aceitação de pessoas antagônicas que o tinham em grande estima, uma vez que cada grupo visava um objetivo diferente. Em outras palavras, pretendia-se levar vantagem às custas dele que acabara de assumir o poder, isso incluía também a despreocupação dos judeus perante a imagem do soldado, os quais acreditavam, nas palavras memorialísticas de Stefan Zweig (2014, p. 323), que:

[...] um chanceler do Reich Alemão naturalmente abandonaria as vulgaridades de um agitador antissemita. E, afinal, que violência ele poderia praticar numa nação em que o direito estava firmemente arraigado, em que, no Parlamento, a maioria estava contra ele e cada cidadão julgava garantidas sua liberdade e igualdade de direitos com base na Constituição solenemente jurada?

Esse pensamento se esvaiu, quando, nas semanas que sucederam a nomeação de Adolf Hitler como chanceler, o Parlamento, o conhecido *Reichstag*, foi consumido por chamas. Na época, sem saber ao certo quem havia provocado o incêndio, os nazistas, sob alegação de haver supostos suspeitos pelo crime, iniciaram uma série de prisões, principalmente de comunistas, os primeiros a serem perseguidos pelo exército hitlerista. Após a extinção do *Reichstag*, viu-se que os maiores beneficiados por esse atentado foram os nacional-socialistas, o que levanta suspeitas sobre os verdadeiros orquestradores do ataque. Nas palavras de Anders Rydell (2018, p. 16):

[...] os nazistas haviam conquistado o poder na Alemanha usando outro incêndio – o incêndio do Reichstag em fevereiro de 1933 – como pretexto. Os nazistas alegavam que se tratava de um trabalho de comunistas, que a Alemanha estava ameaçada por uma “trama bolchevique”, e puseram em ação a primeira grande onda de terror, prendendo comunistas, sociais-democratas, judeus e outros integrantes da oposição política. Essas acusações eram alimentadas pelo jornal do Partido Nazista, o *Völkischer Beobachter*, que vinha causando agitação e tumulto havia alguns anos contra judeus, bolcheviques, pacifistas e contra a literatura cosmopolita, preparando o cenário para a ascensão nazista.

Durante os anos de 1933 a 1945, foi comum ver cenas que envolviam o fogo, esse fenômeno tão representativo que teve diferentes significâncias ao longo do Terceiro Reich. Assim, com a ascensão do Nazismo, a população alemã foi afetada por mudanças políticas feitas por Hitler e seus aliados: os direitos dos cidadãos começaram a ser cerceados, os partidos políticos extintos, além de haver rumores das mais perversas atitudes tomadas pelo governo

nazista que ecoavam por todos os lados. Stefan Zweig (2014) relata, em sua autobiografia, a reação das pessoas ao saberem das áreas de exílio vigoradas pelo regime hitlerista:

Horrorizados, ouvimos que havia campos de concentração em plena paz e que nas casernas tinham sido construídos compartimentos secretos em que pessoas inocentes eram eliminadas sem tribunal ou formalidades. Isso só podia ser um surto de uma primeira ira insensata, dizia-se. Algo assim não podia perdurar durante o século XX. Mas foi apenas o começo. O mundo escutava e a princípio não queria acreditar no inacreditável. Mas já naqueles dias vi os primeiros fugitivos (Zweig, 2014, p. 323).

Ante o prelúdio do que viria a ser o poderio de Adolf Hitler, veem-se os primeiros sinais de intolerância e censura que marcariam esse governo totalitário. Assim, há de se mencionar a autora Maria Luiza Tucci Carneiro (2002, p. 21), segundo a qual “a censura assim como a violência física e simbólica fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história”. A eliminação não foi apenas de pessoas, mas também de obras literárias, muitas vezes, pertencente a autores judeus, as quais, em um primeiro momento, sofreram restrições de circulação, depois estiveram, sob aquele regime, fadadas a serem destruídas. Na livraria de Frenkel, assim como relatado no capítulo anterior, houveram batidas policiais, as quais apreendiam obras literárias que figuravam o índice na época, tais inspeções foram ficando cada vez mais recorrentes com o passar do tempo. Dessa forma, é fundamental ressaltar que, conforme considerou Fernando Báez (2006), na história da humanidade sempre existiu a destruição de livros sem sequer conhecer de fato as razões para isso. Ainda de acordo com ele, “há centenas de narrações históricas sobre a origem do livro e das bibliotecas, mas não existe uma única história sobre a sua destruição”. (Báez, 2006, p. 21). Retornando à questão da censura, pode-se delinear outro aspecto da temática pontuado por Tucci Carneiro (2002, p. 30):

Tanto o medo como a censura funcionavam como poderosos instrumentos de controle social emanando, cada qual ao seu modo, *energia* que, por sua vez, colaborava para a sustentação do sistema autoritário. O medo faz calar, tem energia para isso. E, instado pelo pânico (de propagação rápida) o medo sufoca.

A similitude entre a perseguição aos grupos semitas, por exemplo, e a destruição da palavra escrita, isto é, a eliminação dos livros, dá-se a partir de um mesmo pressuposto, isto é, o que se relaciona à memória. Nesse sentido, é importante frisar o que argumenta Báez (2006) sobre a questão da anamnese: “Defendo a teoria de que o livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória” (Báez, 2006, p. 24). Logo, é possível perceber que, ao aniquilar os escritos, elimina-se não somente livros, mas também a identidade social dos seres, isso porque “[...] a memória – e a história – só existe graças à nossa capacidade de (re)inscrever

os traços deixados pelo passado, os nazistas – sobretudo com recurso às câmeras de gás e aos crematórios – tentaram arrancar uma página da história” (Semprún, 1990, p. 90 *apud* Seligmann-Silva, 2020, p. 78). Anders Rydell (2018, p. 16), em seu manuscrito, recorre à descrição da mais célebre destruição de livros:

Em 10 de maio de 1933, na Bebelplatz, na época conhecida como Opernplatz, aconteceu a mais famosa cerimônia de queima de livros da história – um evento que permaneceu como um poderoso símbolo da opressão totalitária, da barbárie cultural e da impiedosa guerra ideológica levada a cabo pelos nazistas. As chamas da fogueira onde os livros queimaram passaram a simbolizar a íntima ligação entre destruição cultural e Holocausto.

É comum ver em governos totalitários o uso da violência e, principalmente, a restrição da livre circulação de ideias, independente do meio empregado para esse feito. Com isso, é sabido que, em virtude do poder dotado nas palavras para a vasta difusão de ideias, o cerceamento começa, quase sempre, a partir dos livros, os quais são vistos pelas lideranças ditatoriais como inimigos e potenciais ferramentas de subversão da ordem. Também, consoante as palavras de Sandra Reimão (2016, p. 9): “A força dos livros enquanto veículo de difusão de ideias é reconhecida e temida pelos regimes autoritários; e deste temos que nascem as atividades censórias contra livros”. Concomitante ao que ocorre com as obras literárias, os autores, quase em sua totalidade, são, da mesma forma, cerceados seja pelos escritos, seja pela ideologia política/religiosa ou pela nacionalidade. No ato memorialístico de Stefan Zweig (2014), o escritor já previa, pelo seu trabalho – talvez pela sua ascendência judaica também –, que não tardaria para que seus manuscritos literários fossem censurados pelo regime nazista:

Como tento aqui ser o mais honesto possível, preciso confessar que, em 1933 e ainda em 1934, nós na Alemanha e na Áustria não acreditávamos nem um centésimo ou um milésimo ser possível o que em poucas semanas mais tarde haveria de eclodir. Claro, era evidente de antemão que nós, escritores livres e independentes, teríamos de esperar certas dificuldades, contrariedades, hostilidades. Logo depois do incêndio do Reichstag eu disse ao meu editor que dentro de pouco tempo não haveria mais livros meus na Alemanha. (Zweig, 2014, p. 324)

E, certamente, Stefan Zweig não estava errado no que disse sobre a livre circulação de suas obras. Posto isto, viu-se, a partir do dia 26 de março de 1930, a recorrência de saques e queima de numerosos livros. À vista disso, pode-se mencionar que “foram produzidas listas de literatura condenável. Em agosto de 1932, o *Völkischer Beobachter* publicou uma lista de autores que deviam ser banidos quando o partido assumisse o poder” (Leonidas, 2001, p. 73-74 *apud* Rydell, 2018, p. 17). Seria o jornal simpatizante do Nazismo o primeiro veiculador de

um possível índice? Assim, sendo Goebbels elevado ao cargo de ministro do Ministério do Reich para Educação do Povo e para a Propaganda, houve a elaboração de um memorando, enviado às universidades cujo propósito era incitar a liquidação de uma literatura considerada danosa ou subversiva. Outrossim, é lícito delinear que Joseph Goebbels assemelhava-se a Hitler por ser considerado um escritor frustrado, visto que os dois tinham em comum a mediocridade no que tange às artes tanto manuais quanto literárias.

Ao longo do ano de 1933, houve um aumento expressivo de cerimônias em que havia a destruição exacerbada de títulos bibliográficos. Fernando Báez (2006) traça algumas datas e locais onde ocorriam essas queimas, tais como assinalados no trecho abaixo:

Em 1º de abril, Wuppertal sofreu saques e queima de livros em Brausenwerth e Rathausvorplatz. [...] Em 11 de abril, em Düsseldorf, destruíram-se livros. [...] Em 2 de maio foram destruídos textos na Gewerkschaftshaus de Leipzig. Mas em 5 de maio começou tudo. Os estudantes da Universidade de Colônia foram à biblioteca e recolheram todos os livros de autores judeus e os queimaram horas mais tarde. [...] No dia 6, as juventudes do Partido Nazista e membros de outras organizações retiraram meia tonelada de livros e folhetos do Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim. [...] Em 8 de maio houve algumas desordens em Friburgo e destruição de livros de que Heidegger participou. [...] Em 10 de maio foi um dia agitado. Membros da Associação de Estudantes Alemães se acotovelaram na biblioteca da Universidade Wilhem Von Humboldt e começaram a recolher livros proibidos (Báez, 2006, p. 242-243).

O regime nazista, em seu caráter totalitário e fascista, visava a manutenção da ordem social. Desse modo, para que isso fosse possível, tendo ciência de que as palavras eram perigosas, haveria de restringir a veiculação de informações e conhecimentos advindos da palavra impressa, a qual era potencialmente transformadora. Paralelamente, pode-se referenciar o que foi dito por Anders Rydell (2018, p. 12) sobre a questão concernente aos livros: “A forte relação entre os humanos e os livros está ligada ao papel que a palavra escrita tem na disseminação do conhecimento, do sentimento e da experiência ao longo de milhares de anos”.

A primazia totalitária era, então, o controle sobre o povo e, para isso, o Estado interferia brutalmente tanto no que concerne ao indivíduo como pessoa quanto à sua individualidade. Logo, não haveria melhor monopólio de poder que não fosse a censura às ideias, especialmente aquelas escritas, cuja perenidade era maior. Em conformidade com Sandra Reimão (2019, p. 11), em sua obra *Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar*, publicada pela Editora da Universidade de São Paulo, “uma das primeiras providências da maioria dos regimes autoritários é censurar a liberdade de expressão e opinião, uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes”.

Sandra Reimão (2019, p. 14) concebe a atitude censória “[...] como parte de um aparelho de coerção e repressão que resultou em enormes prejuízos ao exercício da cidadania e da cultura em geral”. Enquanto para Carneiro (2002, p. 15), “a censura [...] sendo perene, muitas vezes é preciso vê-la sistematizada, ordenada de maneira pedagógica, informada e clara, para termos dimensão de que sua presença funciona como sombra perversa de nossos corpos cidadãos”. Sob esse viés, é relevante citar, novamente, Fernando Báez (2006, p. 241), para quem:

O Holocausto foi o nome dado à aniquilação sistemática de milhões de judeus em mãos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Mas esse acontecimento foi precedido pelo Bibliocausto, em que milhões de livros foram destruídos pelo mesmo regime.

Concernente à eliminação dos livros, há de se destacar dois pontos importantes: a memória e o mal de arquivo. Este *mal de arquivo*, termo cunhado por Freud, mas debatido por Jacques Derrida, diz respeito à ideia de que todo livro tem uma pulsão de morte, isto é, tem como propósito a sua própria destruição, em que “ela trabalha para *destruir o arquivo: com a condição de apagar* mas também *com vistas a apagar* seus ‘próprios’ traços [...] Ela devora seu arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente” (Derrida, 2001, p. 21). Esse ímpeto seria, de tal modo, nas palavras do filósofo: “por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo” (Derrida, 2001, p. 21). Nisso, a anamnese pode ser relacionada a esse apagamento, haja vista que “a memória só existe ao lado do esquecimento: um completa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual se inscreve” (Seligmann-Silva, 2020, p. 53). Assim, nas palavras de Derrida (2001, p. 22):

A pulsão de morte é também, segundo as palavras mais marcantes do próprio Freud, uma pulsão de agressão e de destruição (Destruction), ela leva não somente ao esquecimento, à amnésia, à aniquilação da memória como mneme ou anamnesis, mas comanda também o apagamento radical, na verdade a erradicação daquilo que não se reduz jamais à mneme ou à anamnesis; a saber, o arquivo, a consignação, o dispositivo documental como hupomnema, suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento.

Além disso, é preciso salientar que, para o filósofo, todo arquivo teria um guardião, ou seja, um vigilante cujo poder de filtrar o que uma sociedade pode ou não ter acesso – nos regimes totalitários, isso é ainda mais perverso –, este que é transfigurado como censor nas mais diversas ditaduras. Sob essa perspectiva, é perceptível que a noção extermínio e de cerceamento presente nos registros vai além do próprio registro, envolvendo todo o seu processo de feitura e difusão, desde o pensar do autor do documento até o ponto em que há o dismantelo.

Diante disso, assim como os judeus, tudo o que era cunhado por eles, para os nazistas, significava, também, um adversário em comum do povo. À sombra da perseguição à comunidade judaica, conforme delineado por Fernando Báez (2006, p. 247): “Os livros judaicos foram considerados ‘inimigos do povo’ e estavam proibidos. De 1941 a 1943, os donos das coleções eram deportados e suas bibliotecas confiscadas”. Isso aconteceu, pois, seguidamente à ascensão de Hitler ao poder, “o ataque contra a literatura condenável deixou de ser feito a partir das ruas e passou a ser comandado pela máquina estatal” (Rydell, 2018, p. 17).

Tal fato pode ser semelhantemente visto nas palavras de Stefan Zweig, um escritor judeu que teve sua personalidade literária e suas obras censuradas, como previu. Já sob o novo regime, no âmago da nova liderança militar de Hitler, houve alguns incidentes em que os trabalhos de Zweig estavam diretamente relacionados, a começar pelo filme baseado em sua novela, cujo título é homônimo: *Segredo ardente*. Logo depois do incêndio de *Reichstag*, mais precisamente na manhã seguinte ao ocorrido, contataram-se burburinhos de pessoas postas à frente dos letreiros e cartazes de divulgação do longa-metragem. Esse acontecimento foi suficiente para que, a fim de evitar a subversão das pessoas perante o Estado, fossem retiradas as divulgações de todos os lugares pelos homens da Gestapo, o que culminou no prejuízo de um renomado compositor alemão Richard Strauss, o qual havia, junto ao escritor, criado uma ópera que seria em breve estreada. Contudo, como haveria de ser estreado um trabalho musical cujo colaborador era visto como racialmente inferiorizado pelos adeptos do Nazismo? Para o grupo estudantil, a figura judaica era um oponente à pátria e que deveria haver uma purificação da literatura da Alemanha, de acordo com as palavras de Anders Rydell (2018, p. 18): “Os estudantes afirmavam que o idioma carregava a verdadeira alma de um povo e que por isso a literatura alemã devia ser ‘purificada’ e libertada da influência estrangeira. Eles diziam que o judeu era o pior inimigo da língua alemã.

Os estudantes eram os principais organizadores dos atos de queima de livros, o que pode gerar espanto ao se perceber que grande parte da barbárie nazista estava intimamente ligada às pessoas com um grau de conhecimento elevado, e não àquelas consideradas desprovidas de formação e, aos olhos do senso comum, ignorantes. Acerca disso, referencia-se o que foi posto por Rydell (2018, p. 18) sobre a crença estudantil: “Para esses grupos estudantis, a queima dos livros era uma tradição alemã de desafio e a resistência que remontava aos dias de Martinho Lutero e à Reforma Protestante”. Revela-se, desse modo, que os acontecimentos poderiam beirar ao delírio. No entanto, os universitários, de fato, consideravam Adolf Hitler à imagem e semelhança de Martinho Lutero, tendo eles a mesma representatividade no imaginário

figurativo de um “salvador”. Conforme as palavras de Maria Luiza Tucci Carneiro (2002, p. 29):

Na Alemanha hitlerista, os livros queimados em praça pública simbolizavam a morte da República de Weimar e a ressurreição de uma nova era. A cidade de Breslau orgulhava-se de ter queimado mais de 200 quilos de obras ‘degeneradas’ condenadas pelo Index nazista. Em Frankfurt, na praça de Romerberg foram queimados os livros de inspiração socialista.

Nessa época, houve a criação dos comitês de guerras, instituídos para articular a queima da literatura reputada como “suja” em fogueiras abertas ao público. Tais incinerações deveriam ser consideradas eventos celebratórios, os quais contavam com a presença de oradores, de apoiadores estudantis de antagônicas federações e das figuras de poder nazistas locais. Assim, quem se atrevesse a ser oposição àquela celebração teria que lidar com as ameaças vindas dos simpatizantes e organizadores. Ao observar esses fatos históricos narrados por Carneiro (2002), é possível constatar que o fogo era visto como um elemento primordial para a purificação, tendo feito parte de diversos momentos históricos e religiosos pelo seu “poder” de purificar o mal:

A queima pelo fogo restabelecia a ideia de uma sociedade purificada inocentando os ‘homens da Inquisição’, responsáveis pelo estabelecimento da ordem; enquanto que o culpado era simplesmente acusado pela crise da fé, pestes, terremotos, doenças e miséria social (Balandier, 1982, p. 43 *apud* Carneiro, 2002, p. 27).

Ainda no que respeita às considerações da historiadora Tucci Carneiro (2002), há de se mencionar que a incineração das obras heréticas não ficou limitada apenas à época da Inquisição, uma vez que o ato se repetiu nos anos seculares posteriores, tornando-se uma ação rotineira das nações que eram regidas por governos totalitários. Isso foi bastante visto durante a governo hitlerista, que, em defesa da segurança e preservação da pureza e da raça ariana, foram arquitetados inúmeros ataques que transformaram em cinzas diversas obras literárias. Consoante as palavras de Carneiro (2002, p. 28), “[...] foram ‘purificadas’, em pleno século XX, as sociedades alemã, brasileira ou chilena”.

Os acontecimentos circunstanciais que dizem respeito à censura aos livros sempre podem ser equiparados uns com os outros, dado que os mecanismos dos censores são quase os mesmos, com propósitos semelhantes de evitar a livre circulação das ideias. Em consonância com o exposto, pode-se afirmar que, na história brasileira, houve vários momentos em que ações censórias foram vistas, por exemplo, na Era Vargas, no governo de Jânio Quadros e na Ditadura Militar, os quais se colocam como momentos diferentes do país, mas que se

assemelham pelo cerceamento às obras literárias e artísticas. Essa exemplificação pode ser vista no fragmento abaixo:

Em maio de 1961, o então presidente Jânio Quadros concedeu aos estados o direito de exercer a censura, simultaneamente à legislação que, desde 1946, dava à Polícia Federal a censura prévia a filmes, peças teatrais, discos, apresentação de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral (Reimão, 2019, p. 25).

Ao refletir sobre a atualidade brasileira, vê-se que, há poucos anos, em 2017, houve, na cidade de São Paulo, uma situação que pode ilustrar muito bem a questão da censura às produções de artistas, quando o então prefeito da época João Dória ordenou que funcionários da prefeitura apagassem, com tinta cinza, todas as artes feitas em grafite e as pichações ao longo da Avenida 23 de Maio. Tal atitude foi mal vista por vários paulistanos e repercutiu nas redes sociais, muitas pessoas criticaram esse feito, principalmente a classe artística, que viu seus trabalhos serem marginalizados e desmerecidos, mais uma vez, pela gestão municipal. Dória ficou orgulhoso com essas remoções feitas e chegou a dizer, inclusive, que a ação era uma demonstração de repúdio aos pichadores da cidade.

De acordo com a matéria publicada no site *El País*, outros prefeitos da capital paulista também tentaram, em maior ou menor proporção, coibir a prática de grafite e pichação no município, a qual divide a opinião de diversas pessoas, algumas acreditam que estas são expressão e arte, enquanto outras enxergam as retratações como atos de vandalismo. Então, tem-se que:

A censura está presente em diversos regimes políticos. Seja qual for o regime adotado, os interesses individuais dos grupos políticos em poder da máquina pública são responsáveis pela legitimação de regras que estabelecem valores morais na sociedade. Neste sentido, a censura faz parte dessa ordem social, que é legitimada pelo poder público (Aglinskas, 2008, p. 13 *apud* Garbin, 2013, p. 21).

De tal modo, pode-se citar o que Maria Luiza Tucci Carneiro (2002) considera sobre a figura do homem e potencial do discurso: “Os homens do poder e revolucionários sempre tiveram consciência da força das palavras. É através do discurso oral ou escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes” (Carneiro, 2002, p. 32). À face do exposto, é válido explicitar que o Partido Nazista conseguiu fazer com que muitas pessoas fossem exiladas da pátria alemã, porém só isso não bastava para expurgar suas obras, também era preciso mais tempo. Nisso, instauraram, dentro da sociedade, uma ação

autocensória, em que a população se autocensurava, como delineado no livro de Anders Rydell (2018, p. 23):

Conseguir que as editoras alemãs expulsassem seus autores e impedir a reimpressão era uma coisa, mas controlar o mercado de livros usados era algo bem diferente – sem falar do que já estava nas prateleiras das casas. Na prática, era uma tarefa impossível se livrar totalmente desses livros, e a maior parte dos autores da lista negra continuava disponível durante a guerra – ainda que vendida às escondidas. A ferramenta mais eficiente disponível era a autocensura, o que significava as pessoas se livrarem de parte de seus próprios livros.

Ainda de acordo com o autor, os nazistas ofereceram, como outra alternativa, uma nova literatura aos alemães. Assim, tem-se que “o livro não apenas transfere conhecimento e emoções – ele é fonte de poder” (Rydell, 2018, p. 12). Além disso, vê-se que é por meio da palavra escrita que há a conexão entre as pessoas vivas e mortas, uma vez que essa dissemina conhecimento, sentimento e experiências mesmo que quem a cunhou não esteja mais entre os vivos. Dessa forma, tendo ciência da importância das palavras e do extermínio das obras, o exército hitlerista foi responsável pelo roubo e armazenamento de milhares de livros julgados subversivos:

[...] os nazistas perceberam que, se havia algo que mais dava poder do que meramente destruir a palavra, era possuí-la e controlá-la. Os livros tinham poder. As palavras podiam ser usadas como armas que ressoariam muito depois de o ruído da artilharia ter parado. São armas não só de propaganda, mas também na forma de memórias. Quem possui a palavra tem o poder não apenas de interpretar a história, mas também de escrevê-la (Rydell, 2018, p. 13).

Com isso, reafirma-se o caráter teatral que a queima dos livros com a presença do público tinha. Era preciso realizar essa encenação para inflar a população da época, a qual, desacreditada e sem esperança, via, no movimento nacionalista – que prometia reerguer o país alemão –, uma alternativa para um futuro diferente e promissor. Durante a década de 1930, Goebbels adotou, como citado anteriormente, algumas medidas cerceadoras e intolerantes, dentre elas havia a que dizia respeito à necessidade de “eliminar a ‘influência judaica’ no mundo dos livros por meio da exclusão gradual dos judeus das academias, associações literárias, organizações de escritores profissionais, editoras, livrarias e gráficas” (Rydell, 2018, p. 23).

Os grandes eventos para a destruição dos livros foram considerados cerimônias dramáticas, que não tinham verdadeiramente o propósito de limpar e purificar por completo todas as bibliotecas e livrarias alemãs. Sobre isso, podemos salientar a alegoria presente no que diz respeito ao fogo de que há, por meio desse fenômeno, o expurgo do imoral, isto é, a

purificação da sociedade. Paul Joseph Goebbels compreendia bem a relevância do simbolismo que as fogueiras para queima dos manuscritos demonstravam, tendo-as como uma espécie de batismo, a fim de representar o renascimento da Alemanha, que renunciaria um novo regime no país.

Com base nisso, evoca-se o que foi descrito por Fernando Báez (2006) sobre o significado desse ato de queimar em relação à purificação. Segundo o autor, “ao destruir, o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta movida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir o arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência” (Báez, 2006, p. 23). Isso vai ao encontro do que foi citado anteriormente por Carneiro (2002), tendo em vista que o fogo seria visto como uma ferramenta para expurgar, purificar o “mal” daquela população e reafirmar o poder do atual regime, responsável pela destruição do que é impuro. Quem domina o fogo tem poder, desde o advento da descoberta do fogo, tanto contra animais como nos seres e objetos. A teatralidade das chamas e o seu caráter destrutivo, os quais demonstram o aniquilamento de uma identidade cultural e os riscos a que a comunidade judaica estava exposta, foram observados por Frenkel um dia antes de sair às pressas da Alemanha. Houve vários focos de incêndio por Berlim, os comércios judeus foram destruídos, mas, pelo fato de o nome dela não figurar a lista que os simpatizantes do Nazismo portavam, sua livraria foi poupada de toda a destruição.

Ao falar de censura e a queima de livros, é possível pensar em algumas produções que tratam disso, uma bem interessante e produtiva para ilustrar essa problemática é o filme *Fahrenheit 451*, o qual é uma adaptação do livro de Ray Bradbury e conta a história de uma sociedade futurística que controla a livre circulação de ideias impressas. Apesar de se tratar de uma ficção, o longa-metragem possibilita engendrar como se dá as atitudes censórias de destruição de títulos bibliográficos. Na ficção, os bombeiros, cuja função é, geralmente, conter incêndios provocados por inúmeros eventos e fatores, passam a exercer um papel oposto, em que eles utilizam o fogo para queimar aparelhos e principalmente livros. Isso coloca a figura do bombeiro como a do próprio censor, sendo este responsável, em várias ocorrências, por teatralizar as apreensões de obras impressas, consideradas subversivas, e destruir estas frente às câmeras para o público ovacionar tais atitudes. Essa narrativa é interessante por demonstrar a força do cerceamento da difusão das ideias e a abominação dos censores diante das palavras e mensagens transcritas em obras literárias. Afinal, a leitura de diferentes títulos bibliográficos permite que o leitor tenha um senso crítico mais aflorado devido a seu vasto conhecimento literário, comprovando, assim, o poder que as palavras têm de romper e questionar, principalmente, os regimes totalitários.

Além disso, é conveniente lembrar que os livros não eram somente destruídos, eles também eram furtados por alemães que objetivavam a criação de uma nova “raça” pura e intelectualmente superior aos outros, alcançando isso por meio de estudos. Quando se trata de roubo de títulos bibliográficos durante o regime nazista, convém destacar a obra ficcional *A menina que roubava livros*, de Markus Zusak, lançado em 2005, a qual foi vendida mundialmente e recebeu prêmios por ser considerado um fenômeno da literatura. A história é narrada pela Morte e passa-se na Alemanha nazista, em 1939. Liesel Meminger, a personagem principal, é uma menina de 9 anos que foi recentemente adotado por Hans e Rosa Hubermann, residentes de uma cidade fictícia chamada Molching. A garotinha, ao longo da história, passa a ajudar sua mãe adotiva que era lavadeira, ela buscava as roupas na casa das clientes e levava-as de volta. Foram nessas circunstâncias, nas casas da clientela e nas bibliotecas queimadas pelas autoridades, que Liesel começou a roubar livros e levá-los para casa. O pai, que exercia a profissão de pintor de paredes, em vez de puni-la pelos hábitos furtivos, ensinava-a a ler no porão da casa onde moravam, ainda que a contragosto da esposa. Lá, nesse mesmo local, a família pobre refugiou também um judeu, para evitar que fosse levado aos campos de concentração e, quem sabe, até mesmo assassinado por soldados nazistas.

Logo, após compreender mais sobre a situação política e econômica da Alemanha e como se sucedeu a intolerância e a censura no período Nazista, observa-se que ainda há muito o que ser explorado nas obras de sobreviventes das perseguições e do Holocausto. O testemunho torna-se, dessa maneira, uma prova fundamentada de tudo aquilo que os nazistas queriam exilar. Sem tais gestos testemunhais, não haveria meios que dimensionassem e demonstrassem um pouco do que foi o cerceamento das manifestações literárias e artísticas. Assim, no terceiro capítulo, analisam-se os aspectos discutidos nesse tópico dentro da obra *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira em fuga na Segunda Guerra Mundial*, de Françoise Frenkel.

**CAPÍTULO 3 - UM OLHAR SOBRE *SEM LUGAR NO MUNDO*, DE FRANÇOISE  
FRENKEL**

*Uma vez, ela me disse: 'Quando lemos uma história, nós a habitamos, a capa do livro é como um teto e quatro paredes, uma casa'. Ela gostava, mais que tudo no mundo, do momento em que terminava de ler um livro e a história ficava se repetindo como um sonho vivido na cabeça. Depois, ela gostava de fazer longas caminhadas para tirar da mente todas as emoções e sentimentos que o livro tinha provocado nela. (A LIVRARIA, 2017)*

O livro *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial*, de Françoise Frenkel, como exposto anteriormente, é um testemunho de uma judia polonesa sobrevivente da Segunda Guerra Mundial. Na obra, a autora narra algumas memórias de sua vida e a relação íntima e devocional que tinha com a literatura. Fora apaixonada por diversas coleções e autores, chegando, na infância, a ter uma estante com vidros em toda a sua extensão para exibir seus volumes tão amados. No início do primeiro capítulo, intitulado “A serviço do pensamento francês na Alemanha”, ela descreve esse fascínio por livros, dizendo que eram seus presentes favoritos, nas palavras dessa personagem: “Ainda bem pequena, eu podia passar horas e horas folheando um livro com imagens ou um grande volume ilustrado” (Frenkel, 2018, p. 15).

É válido lembrar que, tal como já descrito no capítulo “Françoise Frenkel: afinal, quem é a autora?” dessa dissertação, a escritora abriu sua própria livraria na cidade de Berlim, na Alemanha do século XX, cujo cenário era dramático. Datada a abertura, conforme a livreira, no ano de 1921, em um bairro residencial, cumpre destacar que, devido à demanda de clientes que aumentava cada dia mais, mudou-a para “o bairro elegante da cidade” (Frenkel, 2018, p. 22). O negócio, cujo nome era *La Maison du Livre*, consoante os escritos dela, teve um bom funcionamento durante os anos em que esteve aberto. No entanto, a partir de 1935, iniciaram-se alguns problemas, ou seja, relacionados à sua origem étnica e ao seu empreendimento. Em 1939, Frenkel, orientada pelo consulado, deixou o país alemão e iniciou sua trajetória de peregrinação no território francês, passando por diversos municípios para escapar dos militares e da prisão nos campos de concentração.

Ademais, no gesto testemunhal, a livreira ordena os fragmentos de suas experiências pessoais em 15 capítulos, os quais são intitulados, em sua maioria, com os nomes das cidades que ela percorreu durante sua trajetória de fuga: i) “A serviço do pensamento francês na Alemanha”, ii) “Paris”, iii) “Avignon”, iv) “Vichy”, v) “Avignon”, vi) “Nice”, vii) “Em algum lugar da montanha”, viii) “Retorno à Nice”, ix) “Grenoble”, x) “Na fronteira”, xi) “Annecy”, xii) “Saint-Julien”, xiii) “Annecy”, xiv) “Na fronteira” e xv) “Rumo à Suíça”. Assim, a costura dos eventos passados que compuseram a história da vida de Frenkel foi utilizada para narrar a sua relação íntima com os livros, a guerra e os percalços vividos até cruzar a fronteira entre a

França e a Suíça. O que não se sabe é quais foram as razões que a levaram a escolher determinados acontecimentos e omitir outros, a exemplo do casamento e do divórcio com seu primo materno Simon, cuja morte ocorreu dentro de um *Lager*. Todavia, essas escolhas contribuíram para que fosse possível compreender um pouco mais da relação de Frenkel com a literatura, além dos desafios enfrentados ao longo dos anos em fuga para sobreviver e manter sua própria liberdade.

O título original do livro foi cunhado no idioma francês: *Rien où poser sa tête* e é por ele que se pode começar a pensar na sua significação. Ademais, cabe frisar que a primeira versão do manuscrito de Françoise Frenkel foi publicada em língua francesa, em 1945, pela editora Jeheber, no município sueco de Genebra, mas, para compor o corpus desta dissertação, foi escolhida a versão em português: *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial*, publicada pela editora Bazar do Tempo, no ano de 2018, na cidade do Rio de Janeiro. Utilizando uma tradução própria, não a da versão adotada para a análise, tem-se que a titulação seria: *Sem lugar onde repousar a cabeça*. Ao analisar esses vocábulos de ambas as impressões, pode-se inferir algumas reflexões sobre a significância que os títulos poderiam ter, a começar pelo fato de a personagem ter sido obrigada a deixar às pressas o país onde decidiu se fixar e abrir uma livraria francesa, devido às imposições hitleristas vigentes na época. Quando se observa esse “sem lugar onde repousar a cabeça” ou “sem lugar no mundo”, é possível inferir a construção da imagem de uma pessoa cujo abrigo foi retirado, baseando-se nas circunstâncias e no momento em que ela teve de deixar, às pressas, a própria casa e o seu negócio, o que a encontrou de surpresa, impedindo-a de se preparar adequadamente, condição, aliás, por que passaram todas as pessoas alvo de opressão dessa natureza. É a partir disso que se pressupõe esse brusco descolamento de Françoise com a sua vida e as suas atividades por forças maiores, e a colocação dela em uma situação de vulnerabilidade, de desconforto, em uma posição que fora arrancada abruptamente do seu lar, sentindo-se que não pertencia a lugar algum e que estava à mercê dos mais variados riscos de privação da liberdade e do exílio em algum campo de concentração. No fragmento retirado do testemunho de Frenkel, é possível perceber essa insatisfação descrita por ela mesma ao longo do seu ermo: “Fiquei sozinha, separada da família e dos amigos, perdida num abismo de tristeza” (Frenkel, 2018, p. 67).

Acredita-se, desse modo, que a escolha de Françoise Frenkel pelas palavras não foi despreziosa, uma vez que elas exprimem as minúcias sentimentais de sua dor e sofrimento, na condição de apátrida, que estava refugiada em um país cuja ideologia nazista não havia sido incorporada, nas palavras de Pastrana (2019): “Com a escolha desse título, a autora resume toda a história e os sentimentos que a heroína, sendo Françoise Frenkel ela mesma, experimentou

durante seu percursos desde Berlim até a fronteira suíça” (Pastrana, 2019, p. 11, tradução nossa)<sup>13</sup>. Em face do dissabor dela perante a guerra, cabe transcrever o poema *As três palavras mais estranhas*, de Wislawa Szymborska (2011, p.107), “Quando pronuncio a palavra Futuro, a primeira sílaba já se perde no passado. Quando pronuncio a palavra Silêncio, suprimo-o. Quando pronuncio a palavra Nada, crio algo que não cabe em nenhum não ser”. Nesses versos, a autora expressa a impossibilidade das palavras futuro, silêncio e nada, o que, em certa medida, pode ser comparado à fragilidade de Frenkel diante a sua aflição e desesperança, uma vez que ela ficou distante da família, dos amigos, perdeu sua livraria, perdeu tudo e, por isso, ficou sem bens materiais e afetivos compartilhados durante a vida. Esse “nada” que pode tê-la motivado a tecer o testemunho dessa parte específica da própria história, em que ela usa as palavras para amenizar o vazio que estava sentindo. Sem perspectiva, ela vê a perda de seu futuro no passado, tal qual Szymborska descreve nas profundidades dos versos. Sobretudo, é interessante observar também que o subtítulo da tradução em português, “relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial”, visto que dá para crer que fora escolhido pelos editores com o fito de ampliar ao leitor sobre o assunto tratado na obra. Isso se dá nos livros traduzidos para a língua portuguesa e impressos pela editora brasileira, o que demonstra que o Brasil foi um dos poucos países cuja escolha destoou dos demais locais onde a obra foi traduzida. Ainda, é conveniente apontar o que Pastrana (2019) sinaliza sobre a tradução do título em espanhol *Una libreria en Berlin*, em que ela fala que este se trata de uma adaptação, a qual reflete partes importantes da história, como a livraria que ela abre em Berlim e o amor pela cultura e literatura francesas. Além disso, também é possível levantar a hipótese de que esta escolha para a língua espanhola se deu pela valorização que o comércio livreiro tinha na época para aquele país, demonstrando o que, para os tradutores, havia de mais relevante na narrativa de Frenkel.

A autora, ao longo da escrita, utilizou-se da primeira pessoa do singular, o que demonstra que ela é a narradora da sua própria história, isto é, o narrador-personagem. Narrar, seria, então, nas palavras de Walter Benjamin (1987), “a faculdade de intercambiar experiências [...]” (Benjamin, 1987, p. 198). Essa habilidade que foi perdida por parte das pessoas em razão de alguns fatores, entre eles o advento da guerra, em que se retira dos envolvidos, sendo soldados ou sobreviventes, a capacidade de comunicar, dificultando a experiência narrativa. Ainda de acordo com o pensador supracitado, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência

---

<sup>13</sup> [No original] “Avec cette phrase qu’elle utilise comme titre, l’auteure résume toute l’histoire et les sentiments que l’héroïne, soit Françoise Frenkel elle-même, a expérimenté durant son parcours depuis Berlin jusqu’à la frontière suisse” (Pastrana, 2019, p. 11).

dos seus ouvintes” (Benjamin, 1987, p. 201). Sob esse âmbito, no capítulo “Eu como testemunha”, do livro *O foco narrativo*, de Ligia Chiappini Moraes Leite (2001), quando o texto é narrado por um “eu”, há a limitação da noção dos acontecimentos, em que pode afirmar apenas sobre a si mesmo, enquanto infere hipoteticamente constatações acerca de outrem. Além disso, ao ser testemunha, o narrador também pode se configurar em protagonista, como é o caso de Françoise, ponto observado no trecho abaixo:

Observar a maneira de alguém segurar um volume quase com ternura, volteando delicadamente as páginas, lendo-as com devoção, ou então as folheando apressadamente, sem atenção, para logo devolver o livro à mesa – às vezes de um jeito tão negligente que os cantos, essa parte tão sensível, ficavam desbeijados – me permitiu, com o tempo, penetrar num caráter, num estado de alma e de espírito. Eu colocava perto do leitor o livro que acreditava combinar com ele, sempre com muita discrição, para evitar qualquer sugestão de influência. Se a pessoa se desse conta de que o livro lhe convinha, eu me sentia radiante (Frenkel, 2018, p. 17-18).

O fragmento acima pode ser colocado como prova de que o narrador-testemunha, no caso, Frenkel, tem consciência somente de si, ao passo que levanta hipóteses sobre o outro, ou seja, ao aproximar determinados volumes e livros dos leitores, ela está limitada apenas aos seus pensamentos e às suas percepções. Ainda, tem-se ela como a protagonista da própria história, tendo em vista que ela escreve as memórias de sua vida, mesmo que esta modalidade literária não seja considerada ficção, ainda há o elemento da ficcionalidade pela impossibilidade da língua de traduzir os eventos traumáticos em sua essência e totalidade. É nessa perspectiva da primeira pessoa que se valida o escrito de Françoise como um testemunho, considerando-se o que declara Márcio Seligmann-Silva (2020) sobre a Literatura dessa natureza:

Literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre literatura e a ‘realidade’. O conceito de testemunho desloca o ‘real’ para uma área de sombra: testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Esse relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do ‘real’. Em um extremo dessa modalidade testemunhal encontra-se a figura do *mártir* – no sentido de alguém que sofre uma ofensa que pode significar a morte –, termo que vem do grego *mártur* e significa testemunha ou sobrevivente (como o *superstes* latino) (Seligmann-Silva, 2020, p. 47).

Seligmann-Silva (2020) defende que a noção de testemunha deve ser “aberta”, isto é, ampla, de forma a abranger não só aquele que viveu o martírio, uma vez que o campo literário contempla esse conteúdo mais testemunhal e a noção do “real” dá-se a partir advento traumático. Ainda, em *Narrar o trauma – a questão do testemunho das catástrofes históricas*, de Márcio Seligmann-Silva (2008), o gesto testemunhal é caracterizado como uma atividade

elementar por depender da sobrevivência, nesse caso do *Lager* ou de algum evento traumático e violento, que desperta no sobrevivente a vontade de narrar. A narrativa do trauma seria, conforme o autor supracitado, o desejo de renascer, de ultrapassar os acontecimentos, de cruzar os muros invisíveis dos campos e das imposições nazistas. Assim, podemos classificar o livro de Françoise Frenkel como parte da Literatura de Trauma, tendo em vista que ela, sendo livreira, polonesa e judia, foi obrigada, em 1939, a deixar rapidamente sua livraria devido à magnitude dos preceitos hitleristas, e passou, a partir de 1940, ao início de uma trajetória de fuga e medo, principalmente em decorrência da sua ascendência judaica.

Ao iniciar o “Preâmbulo”, a própria Françoise coloca-se no papel de sobrevivente ao descrever que: “É dever dos sobreviventes prestarem testemunho para que os mortos não sejam esquecidos nem ignorados seus sacrifícios obscuros” (Frenkel, 2018, p. 13). A partir desse fragmento das notas de Frenkel, o qual também faz culto aos mortos – característica do gesto testemunhal –, pode-se evocar as tristes palavras de Primo Levi (1988), em *É isto um homem?*, sendo ele um homem que sobreviveu aos horrores do *Lager*, para ilustrar a significância que tem o ato de narrar, tanto para os vivos quanto para permitir reviver o sofrimento daqueles que morreram no período de guerra:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento — pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão ‘Campo de extermínio’, bem como o desejo de expressar quando digo: chegar no fundo (Levi, 1988, p. 25).

Primo Levi e Françoise Frenkel partilham do mesmo grupo étnico, ambos eram judeus e, por isso, foram privados do direito à liberdade, além de serem sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Ainda que cada um a seu modo, as ações que lhes impuseram foram semelhantes em vários aspectos, uma vez que lhes retiraram casa, amigos, rotina, família e tudo o que possuíam, reduzindo-os ao sentimento infundável de solidão e desespero, estando sempre temerosos em perder, inclusive, a própria vida. Os discursos de Levi ecoaram por muitos anos, sendo ainda utilizados como objetos de pesquisa, visto que é um importante autor para a Literatura do Testemunho, diferente de Frenkel, que fora apenas mencionada, mas nunca teve o devido destaque dentro desse campo literário. Daí o interesse em estudar sobre a vida e os aspectos relevantes de sua história para a literatura, como a censura aos livros, aos veículos

mediáticos e a intolerância. No gesto testemunhal de Frenkel, ela fala da sensação de inexistência, a qual pode ser comparada ao que foi dito no fragmento anterior de Primo Levi: “A existência tinha se tornado, para todos, desalentadora e desanimada... Assim, havia momentos em que caíamos numa indiferença morna, numa inércia completa” (Frenkel, 2018, p. 86). Porém, ao mesmo tempo, diferem-se as circunstâncias, o homem fora aprisionado em um campo de concentração, enquanto ela peregrinava pelo território francês na esperança de fugir da captura e da perversidade nazista. Quando relatou esse sentimento, ela se encontrava, mais precisamente, no município francês de Nice.

Tendo isso em vista, pode-se mencionar Márcio Seligmann-Silva (2008): “A memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. O testemunho é analisado como parte de uma complexa ‘política da memória’” (Seligmann-Silva, 2008, p. 67). Dessa forma, é percebido que, para haver o testemunho, é preciso ter a capacidade mental denominada memória, que, para a Literatura de Trauma, contempla tanto o individual quanto o coletivo. A partir disso, há a necessidade de estabelecer a relação entre a anamnese, a história e o sobrevivente. Sobre a memória, Jeanne Marie Gagnebin (2006), no livro *Lembrar, escrever, esquecer*, ressalta que:

A exigência de memória, que vários textos de Benjamin ressaltam com força, deve levar em conta as grandes dificuldades que pesam sobre a possibilidade da narração, sobre a possibilidade da experiência comum, enfim, sobre a possibilidade da transmissão e do lembrar (Gagnebin, 2006, p. 54).

É sob essa perspectiva da memória atrelada à ideia de lembrança que é possível delinear a questão de a recordação só coexistir junto ao esquecimento, a qual só existe diante da sua própria resistência. Nas palavras de Seligmann-Silva (2020, p. 56): “A arte da memória, assim como a literatura de testemunho, é uma arte da leitura de cicatrizes”. Isso é possível pois, ao se referir à anamnese, tem-se o limiar entre o lembrar e o esquecer, no fazer e no desfazer, em que um não exclui o outro. Para as vítimas, o testemunho poderia significar o rompimento do silêncio para evitar a desmemória. De acordo com os dizeres de Michael Pollak (1989, p. 4), no artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio*, “[...] no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”, o que seria uma possível explicação para a vontade de Françoise Frenkel de registrar essa parte de sua vida, justamente no mesmo ano em que se refugiou na Suíça. Diante disso, pode-se exemplificar o que foi dito em relação à memória e ao esquecer com as palavras da própria Frenkel, que, já no início do relato, demonstra o primeiro episódio de desmemória

ao relatar os prazeres de sua vida: “Não sei, de fato, com que idade começou minha vocação de livreira. Ainda bem pequena, eu podia passar horas e horas folheando um livro com imagens ou um grande volume ilustrado” (Frenkel, 2018, p. 15). Além disso, nesse trecho, mais uma vez, ela demonstra a relação de paixão e devoção para com os manuscritos.

Portanto, a memória pode ter um caráter tanto individual quanto coletivo. Especialmente no caso da Segunda Guerra Mundial, ela se deu na coletividade, por abarcar um trauma conjunto daqueles que sofreram os horrores do Holocausto, do exílio e da guerra. Com isso, infere-se a ideia do gesto testemunhal como prova de que as mais diversas atrocidades ocorreram, consoante às palavras de Seligman-Silva (2008): “A memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. O testemunho é analisado como parte de uma complexa ‘política da memória’” (Seligmann-Silva, 2008, p. 67). Em outras palavras, pode-se compreender que, para haver o testemunho dos sobreviventes de grandes tragédias, a exemplo do genocídio ocorrido durante o poderio de Adolf Hitler, é preciso que haja uma confluência entre as memórias individuais e aquelas criadas pelo coletivo, tendo nesse emaranhado de vivências a base para a sua formação. Ainda se ressalta que a reminiscência é um constituinte fundamental para a História, a qual, de acordo com Jacques Le Goff (1990), pode abranger três significados: 1º a constituição da ciência pelas ações realizadas pelo homem; 2º busca pelas realizações do ser humano e 3º o sentido da narração, em que se pode narrar uma história verdadeira ou falsa. Porém, será tomada, nesse trabalho, a noção de história como ciência que objetiva o alcance universal e tem por norma, tal qual as outras ciências, a verdade.

Paul Ricoeur (2007), em *A memória, a história, o esquecimento*, por sua vez, considera que “[...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (Ricoeur, 2007, p. 41). Assim, há de se dizer que o discurso histórico encontra-se no campo da inexatidão, o que, de certo modo, justifica a figura do historiador enquanto narrador dos fatos, mas está sempre cercado de incertezas e, talvez, imprecisões. Esse que busca aproximar-se do passado e revivê-lo assertivamente no contexto contemporâneo, no entanto não pode fazê-lo, por ter que reconstituir o espaço e o afastamento histórico.

Diante disso, é possível falar, junto à questão do testemunho e da história, sobre o excêntrico de Linda Hutcheon (1991), para quem “o ex-cêntrico, o *off*-centro: inevitavelmente identificado com o centro ao qual aspira, mas que é negado” (Hutcheon, 1991, p. 88). Em outras palavras, este seria estar na fronteira, nas margens, no entre lugar. Frenkel, então, poderia ser concebida como uma personagem excêntrica, por contemplar, no contexto da pós-modernidade, essa significância, haja vista que ela, ao ser uma sobrevivente da Segunda Guerra Mundial e ao

conceder o seu próprio testemunho desse período que levou ao extermínio de milhões de pessoas, dá voz àqueles que estão marginalizados e não são ouvidos, a exemplo dos judeus, homossexuais, comunistas, deficientes. Além de contribuir para os estudos históricos, ao detalhar, em sua narrativa, situações e acontecimentos factuais, trata-se de utilizá-los para compreender um pouco mais como se deram tais eventos na visão de um marginalizado.

A isso, cabe mencionar, para exemplificação desse comparativo, a questão de Frenkel ser mulher, tendo em vista que Linda Hutcheon aborda tal aspecto ao falar do patriarcado, as mulheres estariam, desse modo, descentralizadas, para além do fato de ela ser judia. Em um episódio descrito por ela, é mencionado o boicote aos comércios judeus protagonizado pelos nazistas:

Sentinelas nazistas postaram-se diante das lojas de judeus com a instrução de avisar os clientes que era contrário à doutrina nacional-socialista comprar em negócios de comerciantes dessa raça. As lojas estrangeiras que haviam escapado à honra de receber tal vigilância fecham as portas em sinal de solidariedade (Frenkel, 2018, p. 32-33).

Com base no trecho acima, é possível perceber a vontade de expurgar os judeus da nação alemã da época. Assim, cientes que Frenkel teve de deixar o país às pressas, por temer pela própria vida, pode-se considerá-la também uma exilada, visto a impossibilidade de regresso à Polônia, por exemplo. Desse modo, tem-se que “o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece” (Said, 2003, p.57). Isso reforça, mais uma vez, a questão de ela ser considerada parte do excêntrico, tendo em vista que são pessoas que estão no entre meio, as quais não pertencem às elites e nem ao centro e, por isso, não têm muitos privilégios de serem vistas e ouvidas. Nesse sentido, pode-se suscitar o conceito de limiar, para Gagnebin (2014, p. 37): “O limiar aponta para aquilo que Platão designou pelo advérbio *metaxu*, aquilo que se situa ‘entre’ duas categorias, muitas vezes opostas, tal qual o demônio Eros que, no *Banquete*, impõe-se entre deuses e mortais”.

Sob esse viés, cabe mencionar o que Paul Ricoeur (2007, p. 170) aborda no que respeita ao tema testemunho. Para ele: “O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’ (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica”. Assim, uma vez que o gesto testemunhal trata de questões memorialísticas que, muitas vezes, retornam ao passado, afirma-se seu caráter transitório, além de este se encontrar no limiar da história e da memória pessoal por abarcar lembranças memorialísticas e eventos do passado.

Françoise Frenkel seria uma boa exemplificação de excêntrico, por se encontrar nesse limiar das questões levantadas anteriormente, visto que ela, enquanto mulher, judia e sobrevivente de um trágico evento ocorrido no século XX, narra sua história atendo-se principalmente ao período da Segunda Guerra Mundial. Então, Frenkel é aquela fora do centro que escreve acerca dos mais variados acontecimentos traumáticos durante esse período tão cruel. Ainda, ela traz fatos históricos contados a partir de seu discurso, em que contém sequências históricas as quais foram selecionadas e compartilhadas de maneira diferente de estudiosos e outros sobreviventes, mas vale destacar que todos esses que narram sobreviveram, de algum modo, à morte. Acerca disso, é importante apontar o excerto de Seligmann-Silva fala (2020, p. 52):

Aquele que testemunha *sobreviveu* – de modo incompreensível – à morte: ele como que a penetrou. Se o indizível está na base da língua, o sobrevivente é aquele que reencena a criação da língua. Nele a morte – o indizível por excelência, que toda hora tentamos dizer – recebe novamente o cetro e o império sobre a linguagem. O simbólico e o real são recriados na sua relação de mútua fertilização e exclusão.

Ainda, de acordo com Roney Cytrynowicz (2020, p. 129), “a experiência do sobrevivente é a de que ele teria sido deportado para outro planeta, tamanha a sensação de isolamento e a falta de compreensão do que estava acontecendo”. Nesse viés, pode-se falar da questão da linguagem, pela sua falta de vocábulos que traduzam as feridas daqueles que estão na margem, ou seja, os sobreviventes. Como mencionado por Márcio Seligmann-Silva (2020, p. 47): “A linguagem/escrita nasce de um vazio – a cultura, do sufocamento da natureza e o simbólico, de uma reescritura dolorosa do “real” (que é vivido como um trauma)”. É dessa maneira que aquele que testemunha se relaciona com a linguagem, excepcionalmente, por tentar traduzir o que não é dito. Por isso, é possível afirmar que ela se caracteriza como uma falta, uma ausência, trazendo à narração dos fatos a ficção, tal ficcionalização atrelada à narrativa testemunhal pode ser vista nas mais variadas formas, a exemplo da descrição de algum ambiente, sentimento ou situação. Abaixo, pode-se delinear a frustração de Françoise Frenkel ao observar o desenlace da guerra e a ruptura de sua relação com o passado, em razão do cenário de conflito:

A França, por sua vez, sangrava. Ainda que voltasse à lembrança dos anos 1914-1918, [...] era impossível achar outras analogias com o presente. O que se via era tão somente um mundo a caminho da destruição. [...] Perdido o contato com o passado, fui precipitada bruscamente no horror da realidade. A realidade da guerra (Frenkel, 2018, p. 57-59).

Vale lembrar, antes de dar prosseguimento à análise do testemunho de Françoise Frenkel, os desafios enfrentados por ela para a abertura da sua livraria em Berlim. Para isso, cabe mencionar um trecho de seu livro, no qual ela ressalta o que ouviu ao ir ao Consulado Geral da França na Alemanha:

– Mas a senhora parece ignorar o clima moral da Alemanha atual! A senhora não se dá conta da realidade! Se soubesse como já é difícil manter os professores de francês que estão aqui. Só uns poucos quiosques vendem nossos jornais. Os franceses precisam vir ao consulado para ter acesso a eles, e a senhora querer abrir nada mais nada menos que uma livraria! Eles vão destruir seu negócio! (Frenkel, 2018, p. 20).

No fragmento, pode-se perceber, na primeira frase “a senhora parece ignorar o clima moral da Alemanha atual”, que havia uma resistência política e econômica entre os franceses e a sociedade alemã. Cabe lembrar que tal qual foi exposto no capítulo anterior, intitulado “Censura em tempos sombrios”, que os alemães saíram devastados da Primeira Guerra Mundial, o que gerou uma grande tensão entre os Estados após as punições impostas pelos países vencedores a eles, lembrando que a França saiu vitoriosa do conflito e participou do Tratado de Versalhes – acordo firmado com o intuito de punir o povo alemão pela guerra. Diante desse cenário, Frenkel, ciente de todos os riscos, prosseguiu com sua vontade de abrir uma livraria para comercializar, em especial, volumes e edições bibliográficas em língua francesa, na cidade de Berlim. Na visita à Embaixada da França, fora desencorajada da ideia por outra pessoa, dessa vez, um jovem, contudo isso não foi o bastante para dizimar a sua vontade tão determinada e desejante de pôr em prática atividade que lhe entusiasmava, ou seja, o trabalho com livros. Essa situação pode ser comparada à história do filme *A livraria*, disponível na plataforma de *streaming* Netflix, que retrata a trajetória de uma viúva chamada Florence Green, quem decide fundar a primeira livraria em uma pequena cidade inglesa, onde residia, no ano de 1959. Nos minutos iniciais do longa-metragem, já é possível notar a primeira dificuldade de Green, uma vez que, para abertura do negócio, era preciso conseguir um empréstimo em um banco da cidadela, o qual foi negado, a princípio. Havia, além disso, outro entrave para começar o empreendimento: a casa onde seria o comércio era visada pela esposa do prefeito, uma senhora poderosa que tinha grande influência nas redondezas.

Assim como Françoise, Florence também ouviu conselhos sobre a ideia de abrir uma loja de livros, o que demonstra a semelhança das adversidades enfrentadas por essas mulheres cujo desejo era serem livreiras e venderem obras que lhes tinham tanto valor pessoal, porque se tratava da disseminação de ideias a partir das letras. Isso possibilita denotar que as questões podem ir além do campo econômico ou social, abarcando a problemática de gênero e de como

a figura feminina era subestimada nessa época no continente europeu. Outro ponto em comum entre as livreiras é: tanto Green quanto Frenkel tiveram de, após algum tempo, abandonar suas livrarias e partir para outras cidades, cada uma por um motivo diferente, mas as histórias relacionam-se de alguma forma, ambas tendo seus imensuráveis sonhos esvaídos por aqueles que se incomodavam com o comércio livreiro.

Complementarmente ao exemplo acima, há a história da famosa livraria *Shakespeare and Company*, situada em Paris, uma das mais famosas do país até os dias atuais, fundada pela imigrante americana Sylvia Beach, em 1919, com o nome de *Le mistral*. A partir do ano de 1919, a livreira e dona da biblioteca viu a ascensão de seu negócio chegar ao ápice, em especial no ano de 1921, sendo obrigada a mudar de local para conseguir comportar mais livros e público, uma vez que, naquele espaço, ela abrigava escritores durante alguma(s) noite(s), realizava eventos literários e festivos, algumas figuras importantes frequentavam o lugar, como Ernest Hemingway, James Joyce e F. Scott Fitzgerald. Isso tudo até o ano da invasão nazista no território francês, em 1940. De acordo com uma matéria publicada no site *360 meridianos*, há rumores de que Beach tenha encerrado as atividades do seu negócio após se recusar dar um exemplar do livro *Finnegans Wake* a um soldado alemão. A *Shakespeare and Company* foi cenário de várias obras artísticas e literárias, por exemplo, os filmes *Antes do pôr do sol* e *Meia-noite em Paris*, além da ficção com teor biográfico *A livreira de Paris*, de Kerri Maher.

Antes do início da Segunda Guerra Mundial e da jornada de fuga de Françoise, em 1935, na cidade berlinense, a livraria de Frenkel passou a receber frequentemente a visita de policiais e inspetores, a fim de verificar se os autores e as obras vendidas figuravam o índice nazista. Essas batidas policiais em seu comércio foram o marco inicial dos movimentos cerceadores de títulos bibliográficos e escritores da época. No testemunho, a livreira descreve: “Foi assim que confiscaram os livros de Barbusse, mais tarde os de André Gide e, finalmente, um grande número de outras obras, entre elas as de Romain Rolland (já colocadas no índice pelo embaixador da França)” (Frenkel, 2018, p. 26). Além de livros, os inspetores também apreendiam diferentes jornais franceses. Assim como ocorreu na Alemanha, os movimentos repressores foram vistos também na Ditadura Militar no Brasil, o que corrobora as considerações de Felipe Quintino (2016) para elucidar a questão das revistas feitas por policiais brasileiros, mas que servem, do mesmo modo, para explicitar esse primeiro momento da censura no cenário alemão: “As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para esse tipo de operação [...] A medida tinha o objetivo de confiscar todo material considerado subversivo” (Quintino, 2016, p. 22).

Frenkel relata que o único jornal permitido, por algumas semanas, foi o *Le temps*, o que a levou a apressar as encomendas de um número suficiente de impressões deste, tendo em vista que os seus clientes estavam ávidos por notícias sobre os eventos ocorridos no exterior. Porém, passados alguns dias, *Le temps* também começou a fazer parte do índice de publicações e jornais proibidos. Em um momento da narrativa, ela descreve a entrada de um sujeito peculiar em sua livraria depois que alguns autores e obras foram recolhidos pela polícia:

Para preencher o vazio produzido nas minhas prateleiras, e em circunstâncias irônicas, um francês que era correspondente em Berlim de um jornal do Midi entrou na livraria justamente nessa ocasião a fim de me entregar sua obra intitulada *En face de Hitler*. Tratava-se de Ferdonnet, que se tornaria tristemente célebre como locutor da Rádio Stuttgart. Num tom cheio de arrogância, pediu que eu colocasse na vitrine um exemplar de sua obra. Respondi que, de acordo com as instruções dos editores, eu não expunha livros políticos. Ele replicou:  
 – A senhora sabe muito bem que me seria fácil *insistir*...  
 E acrescentou, em tom imperativo:  
 – De qualquer modo, estou contando com a senhora para as vendas (Frenkel, 2018, p. 26-27).

Paul Ferdonnet era um jornalista antissemita francês exilado na Alemanha. Ele ficou conhecido como *le traître de Stuttgart*, em português “o traidor de Stuttgart”, porque era simpatizante do regime nazista e, na década de 30, trabalhou na Rádio Stuttgart, onde exerceu um papel de colaborador do Nazismo ao promover um discurso antissemita de promoção aos ideais de Hitler, além de desmoralizar a população francesa. Após a queda de Hitler, o locutor foi preso e condenado por traição em 1945. Porém, ele nega as acusações de ter sido veiculador do discurso de ódio aos judeus e aos franceses naquele período, mas tal alegação foi feita em vão.

Para conseguir importar os títulos franceses, Frenkel precisava requerê-los aos órgãos responsáveis, tendo, inclusive, de apresentar pedidos de clientes e justificativas escritas por professores para comprovar a necessidade daquelas obras em sua livraria. Posteriormente à troca do governo, algumas mudanças foram feitas nesse processo de requerimento de importação. Não demorou muito até que, junto aos papéis burocráticos exigidos pelo novo regime para a compra das obras, as autoridades passassem a questionar a origem dela. No capítulo “A serviço do pensamento francês na Alemanha”, a autora descreve:

Minha correspondência incluía convocações, convites, ordens para assistir a uma determinada reunião e a participar de tal ou qual manifestação ou encontro. As associações de livraria exigiam que eu examinasse os estoques e remetesse ao serviço especial de verificação os livros contrários ao espírito do regime. A todos os formulários juntavam-se os questionários relativos à minha raça e à raça dos meus avós e bisavós maternos e paternos (Frenkel, 2018, p. 28).

Diante dos questionamentos acerca do grupo étnico de Frenkel e de sua família, é relevante salientar o que Hannah Arendt (2012, p. 268) afirmou: “A raça, quer sob a forma de conceito ideológico gerado na Europa, ou como explicação de emergência para experiências chocantes e sangrentas, sempre atraiu os piores elementos da civilização ocidental”. Seguindo ainda o que foi dito pela autora citada, a combinação de racismo e burocracia tinha um forte poder de destruição que não fora percebido antes. Isso pode ser visto com o desenrolar dos anos de 1939 a 1945, principalmente após o estabelecimento dos campos de extermínio pelos nazistas. Nos registros feitos por Frenkel, que precederam a fuga dela, pode-se perceber que havia apenas a certeza que a questão étnica e religiosa seria muito importante para o regime de Hitler e que a intolerância com estrangeiros e judeus causaria muitos problemas a essa parcela da população no território alemão, mas nada que fosse comparado à real perversidade dos feitos nazistas. Nesse sentido, é importante mencionar um episódio descrito por ela:

Acordei com um barulho estranho vindo da rua. Meu relógio de mesa marcava quatro horas. O barulho insólito aumentava e parecia se aproximar. Reconheci o ritmo de uma sirene.

Vesti-me às pressas, supondo que um incêndio acontecia na vizinhança, e saí de casa. Bem em frente, e por toda a extensão da rua, os bombeiros estavam em ação. A loja do comerciante de peles estava em chamas. Três imóveis adiante, o fogo era numa papelaria; mais longe ainda, outros focos de incêndio iluminavam a noite de vermelho. Não saí do lugar, atônita.

‘A sinagoga está em chamas’, alguém cochichou num grupo.

[...] A sinagoga, situada no pátio de um grande terreno, pegava fogo. Os bombeiros lançavam jatos d’água sobre as casas vizinhas para evitar a propagação do estrago.

‘A sinagoga está destruída’, decretou na sombra uma voz autoritária (Frenkel, 2018, p. 34-35).

No trecho acima, tem-se a narração da ocorrência de focos de incêndio em Berlim, no dia 10 de novembro de 1938, episódio conhecido como “o dia inolvidável do grande *pogrom* em toda a Alemanha” (Frenkel, 2018, p.34), demonstrando o que já foi dito sobre a utilização do fogo para a purificação e o extermínio cultural de um povo, no caso supracitado, da comunidade judaica. Essa constatação pode ser feita a partir do momento em que não apenas os comércios – provavelmente pertencentes aos judeus - foram incendiados, mas também se viu a destruição da sinagoga, o que representou bem a imagem de opressão e de censura do Nazismo da época. Assim, pode-se destacar o que Rydell (2018) fala sobre a representação das fogueiras durante os anos de 1930 e 1940:

As fogueiras se tornaram uma imagem de destruição cultural que seguiria das décadas de 1930 e 1940, quando o nazismo passou a controlar a totalidade do idioma, da

cultura e dos meios de expressão culturais de um povo. Mas elas também foram um indício de que os genocídios praticados pelos nazistas contra seus inimigos não eram apenas físicos, mas também tinham um aspecto cultural (Rydell, 2018, p. 27-28).

Ainda, ao focar o que foi narrado por Frenkel, tem-se, mais uma vez, o impacto das palavras que sucederam aquele momento inicial da queima da sinagoga, em que ela relata que papéis estavam espalhados por toda superfície, o que ela acredita se tratar, na verdade, de “um fragmento da Torá, cujos restos esparsos haviam sido lançados ao vento” (Frenkel, 2018, p. 35). Ao constatar o que se tratava, ela discorre:

Naquele momento, um velho avançou para o templo. Segurando uma lata de lixo, começou a recolher aqueles pergaminhos cobertos de caracteres hebraicos. Seus lábios se moviam. Ele parecia recitar uma oração. Era o bedel do templo. Outras pessoas do bairro se juntaram a ele, em silêncio, para recolher as relíquias profanadas, conjunto de sombras dolorosas e patéticas (Frenkel, 2018, p. 35).

Essa retratação evidencia a crueldade e o totalitarismo de um governo que visava, a todo momento, a aniquilação de não-arianos, de modo a destruir suas identidades culturais, políticas, religiosas e sociais. Frenkel, diante dos degraus de sua livraria, viu a aproximação de indivíduos envolvidos naquela barbárie, os quais poderiam, a qualquer momento, também vandalizar aquele lugar, mas, por algum motivo, o nome dela não estava descrito no documento que portavam acerca dos donos de comércios judeus. Então, ela desabafa:

Continui ali. Sentia que, se necessário fosse, defenderia cada volume com todas as minhas forças, até mesmo com a vida, e não só por apego à minha livraria, mas especialmente devido a uma **imensa náusea diante da existência e da humanidade, e a uma nostalgia infinita da morte** (Frenkel, 2018, p. 36, grifo nosso).

Importa chamar atenção, diante dos nossos grifos feitos no excerto de Frenkel, para a representação das sensações sentidas por ela. Primeiro, no que diz respeito à “náusea diante da existência e da humanidade”, naquela ocasião, ela já sabia da existência dos campos de concentração, já vinha acompanhando as atrocidades e as barbáries orquestradas por simpatizantes do Nazismo, então diante daquele dia em que vários incêndios devastaram alguns locais, ela se sentia enojada pelos feitos nazistas, pelo nível de crueldade adotado pela humanidade até ali. Além disso, no que tange à “uma nostalgia infinita da morte”, podemos salientar o significado da morte para o movimento do Romantismo:

O idealismo romântico não vislumbra uma possibilidade efetiva de mudar a realidade que se impõe - daí a estratégia romântica de ver a morte como um retorno ao útero

materno da terra. O romântico não age. Sua forma de luta é uma resistência passiva, na qual a morte comparece como o fim desejado e positivo, que condiciona muito do seu comportamento [...] (Vargas, 2017).

Nesse viés, tem-se que esse sentimento saudosista da morte poderia ter o sentido de retorno ao útero, sendo o objetivo aspirar ao cessar de todos os atos terríveis vistos por Frenkel até aquele momento ou, até mesmo, para que a humanidade retornasse aos primórdios de modo a não houve a incidência dessas barbáries na história da vida humana, elemento que pode indicar utopia de Frenkel, que idealizava dias melhores. A perversidade dos seres humanos causou, em muitas pessoas, o desejo de morte, não para findar de vez a sua própria existência, mas para encerrar as violências e sentimentos tão aterrorizantes que podem ser sentidos em situações difíceis, muitas vezes, é visto como o último recurso para que, de alguma forma, sejam salvas e tenham a paz que tanto almejam.

Ressalta-se, contudo, que o antissemitismo não foi um sentimento restrito à nação alemã, uma vez que no capítulo VI, intitulado “*Nice*”, Frenkel descreve um diálogo do dono do hotel onde estava alocada com clientes. A partir dessa conversa, percebe-se que o ideário antissemita se espalhava com rapidez para além das fronteiras alemãs e já estava ganhando força na França. Na conversa, o homem chamado Thérive comunica aos hóspedes a decisão de fechar as portas do seu negócio, frisando que a prosperidade econômica da época estaria limitada à comunidade judaica:

- Agora só existem pensões e hotéis de luxo, de todos esses judeus que podem mantê-los – ele suspirou.
- Como? – espantou-se alguém. – A grande indústria hoteleira está nas mãos dos judeus?
- Não foi isso que quis dizer. É que chamo de judeus todos os que se dão bem – replicou sr. Thérive.
- Veja bem, sr. Thérive, o que o senhor afirma não combina com a sua dignidade – protestou o coronel. – É uma iniquidade falar mal de indivíduos que são bons franceses, como o senhor e como eu, e além do mais o senhor está ofendendo seus hóspedes israelitas que se refugiam conosco na França.
- Mas estes, bem, para estes eu abro exceção. São pessoas de moral adequada – respondeu sr. Thérive, magnânimo (Frenkel, 2018, p. 89).

Quando Thérive diz que ele chamava a todos os que têm sucesso nos seus feitos de “judeus”, é viável recapitular o que foi citado sobre a crença de que a abonação do grupo judaico estava atrelada à ruína das demais pessoas. Essa ideia foi muito difundida no século XX, mas não estava restrita apenas ao continente europeu, porque houve outros momentos da história, por exemplo, na África do Sul, em que o antissemitismo e o racismo cresceram exponencialmente. No regime hitlerista, a discriminação e o sentimento antissemita foram

utilizados como “[...] armas políticas importantes para a destruição da civilização e o estabelecimento de uma nova estrutura” (Arendt, 2012, p. 292).

Para que houvesse mais adeptos à essa ideologia de raça e extermínio de outrem, foi muito importante que mais pessoas pensassem que a crise política e econômica dos países tinha relação direta com a figura do judeu, assim, o ódio e a repulsa seriam maiores e a ascensão nazista se daria com mais facilidade em diferentes lugares da Europa. Nesse sentido, assinala-se que, durante o regime nazista, especialmente no ano de 1935, foram aprovadas, pelo Estado alemão, duas leis, conhecidas como Leis de Nuremberg, a saber: a Lei de Cidadania do Reich e a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemão. Ambas, inclusive, foram mencionadas pela própria autora: “A promulgação das leis raciais de Nuremberg (no congresso do partido, em setembro de 1935) é que tornou minha situação pessoa muito precária” (Frenkel, 2018, p. 27). Elas compunham, conforme o site Enciclopédia do Holocausto, o plano de perseguição aos seguidores do Judaísmo na pátria alemã. A base para essas normas era estabelecida no antissemitismo, como não havia outro modo de identificar os judeus, por eles não integrarem a definição de raça proposta pelos nazistas, por se tratar um de grupo étnico que não dispunha de cidadania específica, uma vez que se ausentava um Estado próprio – por isso, a nacionalidade se dava em função do país de nascimento -, mas, em alguns casos, compartilhavam preceitos religiosos comuns, eles implementaram tais legislações para que, respectivamente:

- apenas pessoas com sangue ou que tivessem ascendência do povo alemão pudessem ser considerados cidadãos do país;
- os judeus fossem classificados como súditos do Estado;
- fossem retirados os direitos básicos do grupo judaico;
- fosse proibida a união matrimonial entre pessoas judiais e não-judias, além de tornar crime relações sexuais entre diferentes grupos, com a intenção de impedir a miscigenação;
- empregadas domésticas com menos de 45 anos não fossem contratadas por judeus para evitar a mestiçagem.

Em 1940, pouco tempo após o início da guerra, o Nazismo espalhava-se no território francês. No gesto testemunhal de Françoise Frenkel, lê-se, enquanto estava em Nice, a descrição de um sujeito chamado sr. Petijean, um estudante que portava o livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, e era chefe de um acampamento juvenil da cidade. Nas palavras de Frenkel, ele “[...] era um colaboracionista convicto. Por qualquer motivo mencionava os alemães, que eram, dizia, ‘o povo mais saudável da Terra’. Saboreando as arengas antissemitas, ele remetia seus

interlocutores ao *Mein Kampf*, do qual possuía uma tradução que emprestava de bom grado” (Frenkel, 2018, p. 84). Acerca dessa descrição, é plausível mencionar Fernando Báez (2006), segundo o qual, “curiosamente, os destruidores contam com um elevado senso crítico. Os biblioclastas (termo com que são designados os destruidores de livros que possuem seu próprio livro, que julgam eterno)” (Báez, 2006, p. 25), uma vez que foram vistas as mais diversas queimas e censura aos livros, às pinturas, aos autores e aos artistas que foram encabeçadas por um regime cujo líder escreveu uma autobiografia e considerava-se um artista, mas, como já mencionado anteriormente, conseguiu ser medíocre em ambas as suas criações, tanto artísticas quanto literária, mesmo que seu manuscrito tenha tido um elevado número de vendas durante aquele período em que o ideário nazista imperava.

Ao longo da narrativa de Françoise Frenkel, há uma variação de tempo e espaço, principalmente por se tratar de natureza memorialística. Dessa forma, percebe-se que o gesto testemunhal não tem uma cronologia bem determinada como nos romances, visto que há a rememoração de fatos e de acontecimentos da vida do narrador. No testemunho dela, vê-se que há, em certa medida, uma linearidade no relato dos eventos, a qual pode ser percebida no movimento que ela faz de começar a falar sobre a infância e sua relação com os livros, relembrando seu período de estudos fora da Polônia, depois, salientando a sua escolha de profissão e o despertar para o desejo de fundar uma livraria francesa em Berlim, seguido do registro que marca o início de sua fuga até o fatídico dia em que ela cruzou a fronteira da França com a Suíça.

Contudo, em alguns trechos da narração, há a ocorrência de marcações cronológicas de dia e noites devidamente estabelecidas, isto é, ela traz marcas temporais, por exemplo:

- i) “**À tarde**, depois de atravessar o Ródano, eu me sentava numa das grandes pedras planas da beira-rio” (Frenkel, 2018, p. 55, grifo nosso);
- ii) “**Numa tarde de calor escaldante**, passando por uma ruela afastada, parei para admirar a porta e o balcão de uma casa de estilo muito puro” (Frenkel, 2018, p. 56, grifo nosso);
- iii) “**Às seis da tarde**, as primeiras a entrar foram numerosas motocicletas” (Frenkel, 2018, p. 62, grifo nosso);
- iv) “**À tarde**, me instalava nas margens do Ródano e passava horas a fio olhando o curso impetuoso do rio” (Frenkel, 2018, p. 76, grifo nosso).

Ao se fazer uma análise-crítico interpretativa da narrativa, pode-se dizer que a obra de Frenkel desinteressa-se de detalhar todos os acontecimentos vividos por ela durante sua vida, pelo contrário, aparenta-se mais como uma colcha de retalhos, em que ela costura as partes de sua vida que lhe parecerem mais importantes e fundamentais para compor o seu relato,

característica típica de natureza memorialista. Os registros, no decurso da leitura, são todos datados no século XX, ocorrendo, em sua maioria, a partir de 1921 e sendo intensificados em 1939, tendo o final descrito no ano de 1945. Em alguns trechos da narrativa, principalmente nos últimos anos supracitados anteriormente, há determinados momentos que Frenkel traz, com precisão, as datas de determinados acontecimentos, o que pode ser visto nos fragmentos a seguir:

- i) **“Em junho de 1939**, Paris elaborou e confirmou a lista dos meus compromissos” (Frenkel, 2018, p. 38, grifo nosso);
- ii) **“Em 1º de agosto de 1939**, obtive a autorização para a liberação e passei a fazer os pagamentos freneticamente” (Frenkel, 2018, p. 38, grifo nosso);
- iii) **“No dia 25 de agosto**, tendo me liberado de todos os compromissos e às vésperas da viagem para as férias em família, voltei ao serviço comercial a fim de pedir sugestões para proteger a livraria” (Frenkel, 2018, p. 39, grifo nosso);
- iv) **“Em 26 de agosto**, convocaram-me ao consulado. Lá, recebi o conselho de ‘esperar’ em Paris e tomar o trem que em 24 horas retiraria de Berlim os franceses e alguns estrangeiro” (Frenkel, 2018, p. 39, grifo nosso);
- v) **“Fiquei hospedada ali do início de fevereiro de 1941 até 27 de agosto de 1942**, uma data fatídica” (Frenkel, 2018, p. 92, grifo nosso).

A partir dos destaques acima, evoca-se o que Ricoeur utilizou para falar sobre a representação do tempo relacionado à questão da memória. Para ele, “o tempo calendário destaca-se numa seqüência escalonada de representações do tempo que não se reduzem mais que ele próprio ao tempo vivido, segundo a fenomenologia” (Ricoeur, 2007, p. 164). No caso do discurso de Frenkel, percebe-se como é representado o tempo crônico, em que este remete os períodos curtos ou longos do tempo, os quais são circulares, a exemplo de dia, semana, mês e ano. Ainda, os episódios registrados no relato dela são bem definidos em relação aos outros, nos quais é possível compreender a sucessões dos eventos passados, podendo ser bons, ruins, nostálgicos, engraçados ou agoniantes.

A autora Françoise Frenkel sobreviveu à Segunda Guerra Mundial e aos horrores da guerra por sua própria determinação e auxílio daqueles que eram contrários aos atos orquestrados por simpatizantes do Nazismo. Assim, há de se perceber que, no testemunho, seus referentes são bem específicos, quais sejam, as cidades pelas quais ela passou e a estreita relação dela com os livros. Em contrapartida, vê-se que, no que se refere às pessoas descritas na narrativa, há poucos detalhes sobre quem são, algumas tem até mesmo seus nomes ocultados, como é o caso do professor que ela tanto cita, ainda que o leitor esteja impossibilitado de saber

quem é: “Meu velho professor de outrora, amigo sempre devotado, me propôs seguir em sua companhia para Avignon, onde ele iria morar” (Frenkel, 2018, p. 50). Este homem, conjecturase, bem poderia ser o docente Henri Lichtenberge, para quem ela desabafou o resultado de suas andanças durante sua viagem de férias que culminou na ideia da abertura da livraria em Berlim.

Em outros momentos, quando Françoise Frenkel cita algum membro da família, ela não faz menção sequer aos seus nomes, como pode ser visto no capítulo IV, “Vichy”: “Quando meus primos, refugiados de belgas, me avisaram que tinham acabado de chegar a Vichy e sugeriam que eu fosse encontrá-los, senti uma autêntica ânsia de rever esses membros da família” (Frenkel, 2018, p. 59). Ao contar sobre o convite feito por seus parentes ao seu amigo, mais uma vez ela se refere a ele como “meu querido professor”, dizendo que este era “um verdadeiro filósofo”, que a desaconselhou a ir nessa viagem. Até mais ou menos a metade do livro, ela não faz nenhuma menção a qualquer indivíduo com que ela tivesse tido algum contato. A crer na forma como ela estruturou o texto, parece que essas descrições não são relevantes para o seu testemunho, sendo apenas complemento da história, a título de exemplificação, pois ela mesma não se descreve na narrativa.

Não se sabe nada a respeito de sua aparência, sua idade, sua cor e nem mesmo suas expectativas quanto a quaisquer assuntos, tudo isso fica ao encargo do leitor que, com algumas informações sobre ela, consegue traçar, no imaginário, suas características. Cabe suscitar, então, o que Pastrana (2019) infere sobre essa questão, para ela, Frenkel, ao não se descrever, cria-se uma lacuna, em que se abrem múltiplas possibilidades no imaginário para fazer inferências sobre a autora. Talvez essa ausência de descrição chame atenção pelo fato de leitores necessitarem de sempre procurar o máximo de referências sobre o autor e os personagens, porém, nesse caso, o mais importante não são as personagens, mas sim o relato do período de exílio e êxodo vividos por ela.

Em contrapartida, ao falar do senhor e da senhora Marius, Frenkel atém-se a detalhá-los de maneira sucinta, mas isso já os difere de outros personagens. Seria esse detalhamento resultado da ajuda que o casal concedeu a ela para fugir da captura dos judeus orquestrada pelos nazistas? Ela descreve-os fisicamente da seguinte forma: “A sra. Marius, olhos em brasa, tranças pesadas no cabelo negro, era corsa. O sr. Marius, embora meridional, tinha olhos azuis e cabelos castanhos. Era risonho e bem humorado” (Frenkel, 2018, p. 109). É importante frisar o contexto em que se deu o início da relação de amizade entre os três, a qual ocorreu na cidade de Nice, no ano de 1942, durante a espera em uma fila de distribuição de álcool para uso doméstico, naquela época a ocupação nazista em território francês alastrava-se avidamente e os recursos e mantimentos eram escassos. Destaca-se que os esforços do exército francês, a

segurança Linha Maginot<sup>14</sup> e a crença na política pacifista, adotada após 1918, não foram suficientes para evitar a guerra. Tudo se esvaiu quando, dotados de uma estratégia diferente, os alemães conseguiram invadir o país pela capital francesa, a cidade de Paris, em 1940. A partir disso, Frenkel relata os primeiros indícios de censura às notícias no país:

As informações chegavam por meio de alguns jornais estrangeiros que ainda se encontravam na época. [...] Outras notícias, frescas, se propagavam boca a boca, cruzando as fronteiras, enfrentando a censura e os controles, mantendo-nos a todos palpitações de horror. Naquele período, quase que só havia notícias desastrosas. (Frenkel, 2018, p. 82).

Na Alemanha, o regime nazista passou a censurar as transmissões de rádios estrangeiras, tornadas ilegais. Dessa forma, era possível ter o controle sobre quais informações chegariam aos alemães sobre a guerra, considerando tudo o que vinha de fora uma ameaça ao bem-estar dos cidadãos e à segurança nacional do país. Algumas pessoas, ao infringirem essa norma, foram sentenciadas à morte. Ao refletir sobre o ocorrido e o que foi descrito por Frenkel sobre as escassas notícias que tinham a respeito do conflito, pode-se incutir à censura aos veículos midiáticos franceses o mesmo objetivo dos hitleristas, isto é, mascarar a verdade sobre o confronto para a população francesa da época para, talvez, não demonstrar ainda mais as fraquezas do exército e as eventuais consequências daquele embate. Diante disso, ressalta-se o que Carneiro fala a propósito dos governos censores, dos meios alternativos criados para a circulação de informações e a crença de servidão à fé que muitos têm perante tais atividades:

A radicalização por parte dos regimes saneadores de ideias influencia a gestação de uma literatura e de uma imprensa alternativas – sediciosas, segundo Darnton – que se vêem obrigadas a circular nos subterrâneos da sociedade. A partir do momento em que as leis oficializam a censura, a cultura se faz amordaçada. Do lado opressor institui-se o que os cidadãos podem escrever e devem ler. Tais normas alimentam as atitudes de delação consideradas por muitos como ‘um ato de fé’, ou seja: de *estar servindo a Deus* [...] ou *de estar servindo a Pátria*, postura comum nos cidadãos domesticados pelos regimes autoritários ou totalitários (Arendt, 1992, p. ?? *apud* Carneiro, 2002, p. 32).

Ao mesmo tempo que as notícias foram censuradas, os nazistas utilizaram, além da força, a imprensa para a propagação de seus ideais no território francês. Essa mesma estratégia foi descrita por Hannah Arendt (2012) quando ela ressalta que os alemães, nos territórios

---

<sup>14</sup> Projetada por André Maginot, em 1922, foi considerada, ao final de sua construção, em 1936, um conjunto de fortificações mais poderoso construído no mundo, cuja extensão chegava a cerca de 600 quilômetros. Na época, os franceses acreditavam que, para evitar que os alemães tivessem êxito em novas ofensivas, era preciso organizar uma grande fortificação junto a uma elevada capacidade de fogo.

ocupados por eles, aderiram à propaganda antissemita para controlar a população da Europa Ocidental. No testemunho de Frenkel, é possível compreender, sob o viés da autora, como se deu o emprego dos veículos midiáticos para a exaltação do Nazismo. Nos jornais radiofônicos, por exemplo, ouvia-se explicações entusiásticas sobre as teorias que constituíam esse movimento político, o que pode ser visto no excerto abaixo:

O rádio, sob inteiro controle dos alemães, não somente transmitia cotidianamente injúrias contra os judeus contemporâneos; foram lançadas séries de programas didáticos que divulgavam a história dos hebreus e provavam a ignomínia e os malditos desse povo já muito antes da nossa era (Frenkel, 2018, p. 90).

Nesse momento, tendo em vista a narrativa de Frenkel, é possível compreender a relevância do relato dela para a representação das condições em que se encontravam os refugiados na França, durante o período de guerra, no século XX. Muitas vezes, antes mesmo da Ocupação chegar à grande parte da nação francesa, muitos refugiados, temerosos pela própria vida, abstiveram-se de discussões políticas:

Os refugiados não se intrometiam nas discussões. Ofendidos pelas agressões indiretas, consultavam-se sobre as possibilidades de mudar de hotel e de ambiente; mas em todos os lugares falava-se de política com a mesma veemência. Quando pensavam nas perseguições em vigor em vários outros países, sua própria existência lhes parecia quase invejável, e se calavam (Frenkel, 2018, p. 84).

A partir da citação anterior, percebe-se que os imigrantes se encontravam em uma situação desfavorável, em que deveriam, diante de todo o cenário de perseguição e intolerância, sentirem-se “gratos” pela liberdade, mesmo que com restrições, mas, ao mesmo tempo, tinham de optar pelo silêncio perante os discursos deturpadores contra a existência deles. Isso contribuiu muito para o desejo deles de êxodo. Haja vista que, na época, havia restrições para locomover-se de um lugar para o outro, eles contavam com a ajuda de parentes, amigos próximos ou distantes, a fim de concretizar seus planos, o que incluía, também, encontrar refúgio em outros continentes. Fernanda Sylvestre, Kênia Pereira e Lyslei Nascimento (2020) sinalizam que algumas vítimas perseguidas pelo regime nazifascista fugiram e exilaram-se em países da América Latina e nos Estados Unidos, sendo uma delas o já mencionado escritor austríaco Stefan Zweig. Para tanto, diversos imigrantes dedicavam-se à escrita de cartas, solicitações de visto, prostavam-se diante dos consulados por períodos inteiros para receberem informações sobre documentos faltantes ou se atendiam ou não às exigências para tal feito. Então, em meio ao cenário de inexatidão, Frenkel (2018, p. 86) ressalta que:

Empresas, agências e escritórios de imigração davam informações, encarregavam-se de formalidades, prometiam mundos e fundos. Recebiam adiantamentos e depósitos pagos por refugiados entusiasmados e pródigos. As promessas, no entanto, jamais eram cumpridas. O emigrante se via roubado; mas tinha ao menos vivenciado um período de esperança.

Essa situação traz à luz o relato de Nanette Blitz Konig, uma sobrevivente do campo de concentração chamado Bergen-Belsen, em que ela relata que seu pai, Martijin Willem, depositou todas as suas esperanças em uma advogada que prometeu emitir uma certidão que serviria de ajuda para salvar sua família da prisão, uma vez que Helene, a mãe dela, era uma sul-africana cujos documentos não continham informações acerca de sua religião e muito menos que ela era judia. Todavia, assim como retratado por Frenkel no fragmento anterior, a família de Konig também havia sido enganada e, ainda assim, foi transportada para diferentes campos de concentração europeus. Os relatos de transporte de judeus para o Holocausto foram constatados em diversos livros, a exemplo do que apresentou em seu diário Anne Frank (1998, p. 50):

Hoje só posso dar notícias tristes e deprimentes. Os nossos amigos e conhecidos judeus são deportados em massa. A Gestapo trata-os sem a menos consideração. Em vagões de gado, leva-os para Westerbork, o campo para judeus. Westerbork deve ser um lugar horrível. Estão lá milhares de pessoas e não há sequer lavatórios nem w.c. suficientes para todos. Pessoas dormem em barracas, homens, mulheres e crianças, todos misturados. Não podem fugir: quase todos podem se identificar pelas cabeças raspadas e pela aparência judia.

Em *Isto é um homem?*, de Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, há o relato de seu transporte e o de outros judeus para o campo de concentração:

Os vagões eram doze, e nós, seiscentos e cinquenta; no meu vagão havia apenas quarenta e cinco, mas era um vagão um pequeno. Ali estava, então, sob nossos olhares, sob nossos pés, um dos famosos comboios alemães, desses que não retornam, dos quais, com um calafrio e com uma pontinha de incredulidade, tantas vezes tínhamos ouvido falar. Era isso mesmo, ponto por ponto: vagões de carga, trancados por fora, e, por dentro, homens, mulheres e crianças socados sem piedade, como mercadoria barata, a caminho do nada, morro abaixo, para o profundo (Levi, 1988, p. 15).

Paralelamente, Frenkel também viu todo o processo de perseguição e intolerância acontecer no território francês. Após a ocupação nazistas, assim como já mencionado, começaram as propagandas antisemitas nos veículos de imprensa, nisso havia as pessoas que não concordavam com as falácias, enquanto outras, tal qual o sr. Thérive, subscreviam os ideais

nazistas, aliás, em disseminação cada vez mais ampla pelo país e pela Europa. No período de guerra, a adoção de medidas para a distribuição de alimentos e produtos, as regulamentações que levavam os refugiados para os consulados e a mudança de hotel fez com que Frenkel conhecesse indivíduos que seriam cruciais para a manutenção da sua liberdade. Aos poucos, ela narra as mudanças que ocorriam nas regras e na situação dos imigrantes, naquela altura, não emigrava em razão dos afetos e vínculos feitos no continente europeu, porque a situação dos judeus não era muito promissora, ela dizia que “os judeus, vindos de todos os países ocupados e convertidos em deslocados sem destino nem esperança, viviam cada vez mais inquietos e agitados” (Frenkel, 2018, p. 87).

Antes do início às perseguições aos judeus em Nice, no ano de 1940, Frenkel, em uma de suas caminhadas pela cidade, encontra um livreiro, o que já desperta nela interesse pela sua paixão pela literatura e pelos livros. No testemunho, ela relata de que modo aconteceu esse encontro e a conversa com o dono do comércio:

Descobri na rue Gioffredo um velho livreiro. Entre as bancas de livros usados, conversávamos. O homem estava mais interessado em seu comércio do que em seu ofício. Falava comigo de descontos, vantagens, papelaria, clientela, dureza da época. Eu o ouvia enquanto ia examinando seus volumes empoeirados e constatando a existência de exemplares raros entre eles. Disse-lhe que gostaria muito de classificar seus livros. Percebendo sua hesitação, acrescentei que se trataria, bem entendido, de um trabalho voluntário, no interesse da bibliofilia. Ele concordou entusiasmado (Frenkel, 2018, p. 88).

A citação acima comprova, mais uma vez, essa relação intensa de Frenkel com os livros, lembrando que o contato que ela teve com as obras e com um livreiro, naquela ocasião, poderia ter suscitado diversos sentimentos, visto que ela foi uma livreira e, de súbito, teve de abandonar tudo e rumar para Paris, ao desconhecimento do futuro e da sua própria existência. Um pouco antes de deixar a cidade parisiense, ela recebeu notícias sobre a situação dos seus pertences que haviam sido armazenados em um guarda-volumes:

Na véspera de minha partida de Paris, recebi, por meio da Embaixada da Suécia, notícias da livraria: as coleções de livros e discos, colocadas em caixas, bem como os móveis e os objetos, tinham sido depositados num guarda-móveis graças aos bons cuidados dessa embaixada.

Três meses mais tarde, um intermediário suíço avisou que, devido à minha raça, tudo o que estava no depósito havia sido confiscado por ordem do governo alemão (Frenkel, 2018, p. 51).

O confisco dos bens materiais de Frenkel, sobretudo dos livros, era feito puramente pautado na questão racial, ou seja, não tinha “bases legais” e muito menos inquéritos que

provavam a necessidade da apreensão dos objetos. Toda ação censória dos nazistas tinha como propósito o apagamento da memória coletiva. No que concerne às palavras de Báez (2003, p.9) acerca da censura aos mais diversos títulos bibliográficos e aos autores, “alguns[...] acreditavam que eliminando os vestígios do pensamento de uma determinada época, estariam promovendo a superação do conhecimento humano”. Por assim saber, é conveniente lembrar que muitos livros, os quais poderíamos crer que, pelo teor teatral das ações do governo nazifascista, tivessem sido queimados, foram, na verdade, armazenados em acervos de bibliotecas alemãs durante os anos de 1933 a 1945. Tal fato só foi descoberto, de acordo com Anders Rydell (2018), após um levantamento feito da perda de milhares de obras em um incêndio em uma biblioteca de Weimar, em 1990. Só nessa investigação foi demonstrado que mais de 35 mil produções literárias foram acrescentadas ao acervo de lá sem ter os devidos registros que comprovavam, verdadeiramente, a procedência de todo o montante.

Ao se retornar ao excerto que demonstrou o desejo de Frenkel de exercer, novamente, o ofício de livreira, tem-se que o que passou foi diferente do imaginado por ela, devido às restrições impostas aos judeus e aos imigrantes refugiados, ela não teve autorização do governo para exercer qualquer profissão no país. Na visita ao consulado para obter a permissão para trabalhar, um funcionário do local foi protagonista de um episódio dotado de xenofobia ao acrescentar à negativa a seguinte fala: “Todos esses estrangeiros! Comem o nosso pão e ainda por cima querem trabalhar aqui” (Frenkel, 2018, p. 89). Depois disso, ela recebeu, sucessivamente, duas visitas policiais para que eles checassem se ela realmente não estava trabalhando durante a estadia em Nice. Tal fato contribui, assim como em outros episódios descritos pela autora, para compreender a situação em que se encontravam os estrangeiros, muitos, por exemplo, tiveram de optar pelo êxodo, enfrentaram adversidades burocráticas, racionamento de itens básicos para a sobrevivência, entre outros impropérios ao longo do percurso, do mesmo modo que Françoise Frenkel, a qual se encontrava na mesma condição, com o agravante de ser judia.

As filas para tentar obter produtos alimentícios e de uso pessoal eram imprevisíveis, na maioria das vezes, demoravam horas e nem sempre era possível conseguir comprar o que se desejava, tendo em vista que a guerra e a invasão do inimigo na França contribuíam para tal escassez nos mercados. O oportunismo alemão do exército nazista tornou, mais uma vez, a culpabilizar os judeus pela miséria que recaiu sobre a nação francesa devido à ocupação orquestrado por ele mesmo. Frenkel (2018, p. 96) descreve esse feito em sua obra: “A propaganda alemã aproveitou-se da situação originada pela derrota, pelos encargos do

armistício e, acima de tudo, pela Ocupação, que literalmente esvaziou todas as reservas do país, para responsabilizar os refugiados de raça judia.”

Dessa forma, suscita-se o significado do vocábulo propaganda, que, para Flávio Calazans, (1992, p. 17) “o termo propaganda tem sua origem etimológica no latim, *pangere*, plantar. Todo ato de comunicação visa, assim, plantar uma mensagem no receptor, sob a forma de propaganda de produtos (publicidade) ou de propaganda ideológica, política ou eleitoral”. A estratégia de utilizar os veículos midiáticos para a propagação do antissemitismo foi, em grande parte, bem sucedida. Já se via, tal como descrito anteriormente, pessoas na França que culpavam essa comunidade pela falta de prosperidade financeira, outros já incorporavam o discurso de ódio contra ela, enquanto o exército de Hitler seguia o percurso de conquistas durante a guerra e o estabelecimento de uma política de extermínio aos judeus, o que demonstra o êxito do emprego da mídia para a veiculação de ideias antissemitas, mesmo que estas tenham levado milhões de indivíduos à morte.

No documentário *Der ewige jude*, cuja tradução em português é *O eterno judeu* (1940), produzido pelo regime nazista, são mostradas imagens reais dos guetos poloneses, além da veiculação das mensagens de época cuja premissa era de que os judeus foram os responsáveis pelos problemas que acometeram os países ocupados pelo exército de Hitler. Isso pode ser averiguado no trecho a seguir, retirado da produção, o qual confirma o que foi supracitado anteriormente sobre as táticas usadas pelos nazistas, ainda mais quando se consegue observar o poder que a mídia exerce sobre as pessoas, visto que essas, em sua grande maioria, são acostumadas a refletir a postura dos veículos midiáticos e tendem repetir padrões e comportamentos representados nestes:

Os judeus são um povo sem camponeses nem trabalhadores, uma raça de parasitas. Onde quer que o corpo de uma nação apresente uma ferida, eles se agarram e se alimentam do organismo em decomposição. Eles negociam com a enfermidade das nações, portanto, esforçam-se para aprofundar e prolongar todas as condições de enfermidade. Os judeus têm sido assim em toda sua história (O eterno judeu, 1940)

Além disso, a fim de ilustrar essa narrativa, no longa-metragem, há a comparação dos judeus com ratos, uma vez que esses animais têm alto índice reprodutivo e consegue, de maneira rápida, disseminar algumas doenças, como a disenteria, a cólera, a lepra e o tifo:

Paralelo a esta peregrinação judia pelo mundo, temos a migração de um incansável animal: o rato. Os ratos têm sido parasitas da humanidade desde o nosso surgimento. São oriundos da Ásia, de onde migraram em gigantescas hordes sobre a Rússia e dentro da Europa, através dos Balkans. Em meados do séc. 18, eles já haviam se

espalhado por toda a Europa. [...] Onde quer que os ratos apareçam, levam a destruição à Terra, destruindo mercadorias e alimentos e espalhando pragas e doenças [...] eles representam os elementos da dissimulação e destruição subterrânea entre os animais, da mesma maneira que os judeus fazem na humanidade (O eterno judeu, 1940).

Com isso, pode-se falar um pouco sobre a “política da inimizade”, termo de Mbembe (2007), em que a contemporaneidade privilegia o movimento de separação, o sentimento de ódio, a hostilidade, a luta contra um inimigo em comum, o que dá notoriedade para o militarismo e voz aos discursos autoritários. Tal fato foi amplamente visto durante a Segunda Guerra Mundial, quando os alemães, utilizando um discurso totalitário, criaram um cenário hostil cujo o rival causador de todos os males eram os judeus. Dessa forma, cabe mencionar o que Pêcheux fala sobre as denominadas “línguas de vento”, as quais são formas de linguísticas flexíveis que constituem parte da expressão política e/ou de grupos influentes (esta denominação se refere à linguagem utilizada pela publicidade):

[...] ‘as línguas de vento’ se aperfeiçoaram consideravelmente desde os anos 30 na arte da anestesia e da asfixia. Do médium em transe que se tornou visível pela sua voz na Alemanha radiofônica de 1933, até os fantasmas audiovisuais das mídias contemporâneas, que progressos na arte de fazer marchar as massas, fazendo-lhes o invisível (Pêcheux, 1990, p. 19).

Não demorou muito para que os refugiados com ascendência judaica situados no território francês fossem expurgados para campos de concentração, do mesmo modo que ocorreu em outros países da Europa. Todavia, antes que isso de fato começasse a acontecer por todo o país, – tendo em vista que alguns judeus, no final de 1942, já haviam sido deportados – , tiveram outras questões que tornavam a estada de tais pessoas no país cada vez mais difícil. Nessa conjuntura, Frenkel estava hospedada no hotel La Roseraie, onde “hospedavam-se [...] refugiados de nacionalidades e classes sociais as mais diversas. Era um mundo completamente heterogêneo que tinha em comum a expectativa de paz” (Frenkel, 2018, p. 97). Ainda de acordo com ela:

O terceiro andar era o dos imigrantes. Todos eles judeus educados – advogados, médicos, professores – que passavam o tempo a preparar sua imigração posterior. A cada partida, aqueles que ficavam recuperavam a coragem e aguardavam sua vez com uma nova reserva de paciência (Frenkel, 2018, p. 99).

Até aquele momento, alguns indivíduos conseguiam permissão para partir e renovar a residência no município, mas havia aqueles que não conseguiam tal feito e ficavam expostos às

medidas policiais por estarem irregulares no país. Isso aconteceu também com Frenkel após a extinção da Presidência do Conselho:

Enfrentei essas vicissitudes como todo mundo. A autorização de residência ‘até o término das hostilidades’, que me tinha sido concedida em 1939, foi anulada após o armistício: a Presidência do Conselho foi extinta, e as recomendações dos seus funcionários não eram consideradas válidas pelas novas autoridades (Frenkel, 2018, p. 103).

Como apontado no testemunho, por mais que imprevistos acontecessem ao longo do processo de renovação de vistos, tudo se resolvia no final e poderiam se tranquilizar até o prazo seguinte. Muitos, durante esse tempo, sofriam com preocupações e nada conseguia aliviá-los daquele sentimento. Nas palavras de Frenkel (2018, p. 104): “A base da existência era a espera, espécie de esboço em que uma esperança cada vez mais tênue e um raciocínio cada dia mais aflito uniam-se para bordar arabescos nostálgicos”. A espera tornava a vida dessas pessoas mais pesada devido às incertezas do futuro; as aspirações giravam em torno de uma única esperança: a sobrevivência. A vida e a segurança são direitos fundamentais que deveriam ser de todos, mas que, em uma época hostil como aquela, eram privilégios que nem todos gozavam.

A partir de março de 1942, ordenou-se que judeus informassem suas origens em suas declarações, caso não o fizessem, poderia recair sobre eles uma pena de reclusão. Frenkel assinalou o que isso significava, uma vez que ações taxativas, ocorridas na Alemanha, anunciaram as perseguições que viriam a seguir. Muitos viam-se perdidos quanto ao que colocar nos questionários, bem como havia aqueles esperançosos de que as omissões passassem despercebidas, outros otimistas por estarem na França, alegando que, por ser um país que os abrigou, era digno de confiança. Sob esse âmbito de incertezas, ela descreve:

Foi nessa atmosfera de perplexidade e hesitação que se preparou o famoso recenseamento. E aí chegou o último dia para a entrega dos questionários. Era preciso decidir e agir. A maioria das pessoas declarou a verdade. Eu fui uma delas.  
[...] No início de julho começou a deportação de estrangeiros de raça judaica de Paris; em Lyon, começou em 15 de julho. Sentia-se o perigo iminente na França inteira, mas ninguém sabia ao certo quais providências convinha tomar (Frenkel, 2018, p. 105).

Foi, então, diante dessas notícias, que muitos, atônitos com o que aconteceria a seguir, lotaram os consulados americano, espanhol, suíço e sueco, para tentar, em uma atitude desesperada, um visto para conseguir sair do país, ainda que grande parte desses serviços não estivessem mais em vigor. Nesse sentido, Frenkel fala sobre o seu sentimento e o dos demais refugiados perante a situação: “Nós nos sentíamos prisioneiros sitiados” (Frenkel, 2018, p.

106). Ela também foi uma das pessoas que tentou sair da França para exilar-se em outro lugar que não estivesse sob domínio nazista; por exemplo, recebeu de amigos da Suíça a confirmação de que ela poderia contar com o visto de entrada lá, juntou-a à recomendação que tinha de 1939 e solicitou a saída do território francês. No documento que ela portava, constava a seguinte mensagem:

*A senhora F\*\*\* administrou por muitos anos, com dedicação e inteligência, uma livraria fundada por ela em Berlim em 1921 e que foi consagrada exclusivamente ao livro francês. Ela prestou à França valiosos serviços à difusão do livro francês no exterior. Almejamos que desfrute no nosso país, em prol do qual trabalhou com afinco, de todas as liberdades e de todos os benefícios (Frenkel, 2018, p. 52).*

Contudo, mesmo munida de documentos considerados, na sua leitura, relevantes, houve a negativa do pedido, visto que, naquela altura, o governo anterior era considerado indigno e um funcionário da prefeitura alegou que os padrões para quem ela havia trabalhado já não eram mais relevantes. Contrariada, Frenkel (2018, p. 106) protesta: “Fique sabendo, senhor, que os padrões a quem servi por mais de vinte anos se chamam Boileau, Molière, Corneille, Racine, Voltaire, e muitos outros imortais do seu país”. Tal protesto suscitou no homem lembranças escolares, que, a princípio, sinalizava algo bom, mas que fora desmantelado quando ela foi questionada acerca de sua origem, pois afirma:

– Inútil fazer a solicitação! Temos uma ordem rigorosa de não permitir mais a saída da França de estrangeiros de raça judaica. Essa regra logo vai ser aplicada também aos franceses. A senhora sabe, os alemães é que mandam – acrescentou em voz baixa, como se confessasse algo (Frenkel, 2018, p. 107).

Após esse fatídico acontecimento, no dia 26 de agosto de 1942, Frenkel relata que saiu para as compras de manhã, como sempre fazia, ocasião em que ficou um pouco surpresa devido à quantidade de pessoas no mercado ser menor do que aquela que ela habitualmente estava acostumada a presenciar. Ao retornar para o hotel onde estava hospedada, por hábito, olhou para o quinto andar, que não tinha ninguém. Mas, ao voltar os olhos para o terceiro andar, percebeu o sr. Sigismond fazendo gestos com os dois braços para ela. De início, ficou confusa com a situação e achou que se tratava de uma brincadeira, só depois que compreendeu que os gestos eram voltados para ela e eles direcionavam para uma pequena rua que dava para a frente do hotel. Assim, ela narra:

Ao chegar à avenida, me deparei com uma aglomeração. Vários ônibus estacionavam, cercados por numerosos policiais civis. Depois, chegaram os gendarmes, empurrando à sua frente ou segurando pelos braços homens, mulheres e crianças.

– O que está acontecendo? – perguntei a um caminhoneiro.

– **Estão recolhendo os judeus** – responderam várias vozes ao mesmo tempo.

– Agora **eles caçam gente** – observou um operário em tom de reprovação (Frenkel, 2018, p. 108, grifo nosso).

A partir desse fragmento do testemunho de Frenkel pode-se discorrer um pouco mais sobre esse capítulo tão traumático da história da humanidade. A começar pela fala “estão recolhendo os judeus”, quando se analisa essa frase, é possível perceber a desumanização das pessoas pelo ato de “recolher alguém”, de forma a diminuir a existência daquelas pessoas a nada ou a um parasita, tal qual ocorreu na propaganda nazista, como se não tivessem valia, principalmente ao olhar toda a conjuntura da época de marginalização delas, em que retiraram aos poucos essa essência do ser. Elas não tinham direito mais de ir e vir, muitas foram privadas de seus lares, de estarem com a família, foram-lhes retirados, algumas aos poucos e outras com mais virulência, tudo o que tinham.

Já não bastassem os estragos feitos por uma guerra, em que se perde milhões de civis durante o conflito, os nazistas expandiram isso, isto é, passaram a retirar um grande número de indivíduos do convívio social, punindo-os por serem quem eram, por terem um grupo político, étnico, social, religioso diferente, colocando-os em campos de concentração para viverem na escravidão e serem brutalmente assassinados, fosse pelas condições insalubres, fosse pela falta de comida, ou até mesmo pelo ceifar da vida deles pelas mãos de soldados. Primo Levi (1988, p. 25, grifo nosso) discorre sobre isso em seu testemunho:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento — pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão ‘Campo de extermínio’, bem como o desejo de expressar quando digo: **chegar no fundo**.

Quando o operário fala “agora eles caçam gente”, no excerto de Frenkel, percebe-se que havia pessoas contrárias ao que estava acontecendo, que alguns até mesmo poderiam ter a magnitude da barbárie dos alemães e dos simpatizantes do Nazismo, por entenderem o quão desumano e perverso era aquilo, e, ao mesmo tempo, importa fazer um comparativo com o que disse Levi, ou seja, com “chegar ao fundo”. A partir dessa reflexão, pode-se apresentar o que

Frenkel fala sobre aqueles que abandonaram a Alemanha por discordarem do regime vigente na época, antes mesmo de ela ir para a França:

Houve alemães que abandonaram a pátria, bens e trabalho para não participar da obra nacional-socialista; outros se ilharam entre as paredes de suas casas para salvar a própria liberdade de pensamento. [...] Meu pensamento também se volta para ‘os *habitués*’, amigos fiéis da livraria. O que foi feito deles? A gigantesca onda que afogou os impulsos de liberdade justiça carregou aqueles *homens de boa vontade*? (Frenkel, 2018, p. 42).

Então, tem-se que esse movimento de apreender pessoas e desumanizá-las foi tão devastador que é possível inferir que os seres humanos que chegaram ao que se pode considerar “fundo do poço” no momento em que começaram a aprisionar e matar milhões vítimas, com um discurso odioso de “purificação de raça”, ao mesmo tempo se orgulhavam, muitas vezes, de tal feito, enquanto havia aqueles, como sinalizado por Frenkel, não desejosos de fazer parte de uma plano pautado no fascismo, na violência e na intolerância. Porém, seria errado simplificar esse período da história apenas como consequência do antissemitismo, é preciso compreender outras nuances que levaram aos mais variados genocídios ocorridos pelo mundo, sendo elas a questão da racionalização e da burocratização do mundo, o que culmina na busca pela ordem.

Diante disso, é conveniente ressaltar a questão levantada por Zygmunt Bauman acerca da Modernidade e do Holocausto. Para ele, há uma conexão entre os dois fenômenos que ultrapassa a área de estudo das Ciências Sociais e que implica em contribuições da História, da Filosofia, da Literatura e da Psicologia. Bauman (1998, p. 14) salienta que há duas formas de subestimar o advento do Holocausto: (i) apresentá-lo como um evento próprio da história judaica, um “conjunto unitário”, sendo resultado do antissemitismo cristão-europeu; (ii) compreendê-lo como um caso extremo, com uma vasta categoria de fenômenos sociais, “uma categoria seguramente abominável e repulsiva com a qual podemos (e devemos) conviver”.

Então, tem-se o advento do Holocausto como um problema social e cultural, não como um evento singular da história da humanidade. Nas palavras de Bauman (1998, p. 10):

[...] O Holocausto não foi simplesmente um *problema judeu* nem de fato da *história judaica* apenas. O Holocausto nasceu e foi executado na *nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura.*

Isso foi possível de ser compreendido ao analisar que, na verdade, esse advento, demonstrou outra face da modernidade, em que o avanço da tecnologia industrial consumiu a

vida, e essa força da indústria europeia levou o continente ao domínio do mundo. Feingold, citado por Bauman, afirma que Auschwitz foi a continuação do sistema fabril da modernidade, comparando a matéria prima aos seres humanos e o produto final à morte, a qual foi registrada pelos nazistas, cujo papel foi relacionado ao do administrador. Ainda segundo o autor supracitado:

As chaminés, que são o próprio símbolo do moderno sistema fabril, despejavam uma fumaça acre de carne humana sendo queimada. A malha ferroviária da Europa moderna, com sua brilhante organização, passou a transportar uma nova matéria-prima para as fábricas. E da mesma maneira que fazia com outros tipos de carga. Nas câmaras de gás as vítimas inalavam gases letais desprendidos por pelotas de ácido prússico, produzidas pela avançada indústria química da Alemanha. Engenheiros projetaram os crematórios; administradores de empresa projetaram o sistema burocrático, que funcionava com um capricho e eficiência que nações mais atrasadas invejariam. Mesmo o próprio plano global era um reflexo do moderno espírito científico desvirtuado. O que testemunhamos não foi nada menos que um esquema de engenharia social em massa... (Feingold, [s. d.] *apud* Bauman, 1998, p. 19).

Além da tecnologia, cita-se a civilização como uma condição necessária para perpetrar o Holocausto, considerado realização de sucesso de uma população afeita ao rigor extremado da burocracia. Tal fato é suficiente para suscitar o que foi mencionado por Max Weber acerca da administração moderna na obra de Bauman:

A burocratização oferece acima de tudo a possibilidade ótima de realizar o princípio das funções administrativas especializadas de acordo com considerações puramente objetivas... O desempenho 'objetivo' de um negócio significa basicamente um desempenho segundo regras mensuráveis e 'sem consideração com pessoas' (Weber, [s. d.] *apud* Bauman, 1998, p. 23).

A partir disso, é possível ressaltar a relevância do Holocausto para compreender o meio moderno burocrático da racionalização, uma vez que

[...] o extermínio em massa numa escala sem precedentes dependeu da disponibilidade de especializações bem desenvolvidas e firmemente arraigadas e de hábitos de meticulosa e precisa divisão do trabalho, da manutenção de um fluxo suave de comando e informação ou de uma coordenação impessoal e bem sincronizada de ações autônomas embora complementares: daquelas habilidades e hábitos, em suma, que melhor se desenvolvem e medram na atmosfera do escritório. A luz lançada pelo Holocausto sobre o nosso conhecimento da racionalidade burocrática chega a ser estonteante quando percebemos a que ponto a própria ideia da *Endlösung* [solução final] foi um produto da cultura burocrática (Bauman, 1998, p. 24).

Diante do exposto, podemos dizer, brevemente, que o advento do Holocausto só ocorreu e teve êxito no regime nazista quando houve um rompimento entre a política e a ética, tendo

em vista que a modernidade passou a funcionar nos mesmos parâmetros que a tecnologia industrial, em que o interesse do Estado se sobressaiu aos demais, e toda a civilização passou a funcionar como um mecanismo administrativo. O que pôde se perceber disso tudo, nas palavras de Bauman (1998, p. 162), é que:

*A importância atual do Holocausto está na lição que ele traz para toda a humanidade. A lição do Holocausto é a facilidade com que a maioria das pessoas, colocadas numa situação em que não existe boa escolha ou que a torna muito cara, arranja uma justificativa para escapar ao dever moral (ou não consegue aderir a ele), adotando em vez disso os preceitos do interesse racional e da autopreservação. Em um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade*

Frenkel, após compreender que judeus estavam sendo apreendidos e também estava em perigo, afastou-se da multidão e de onde transcorria toda a movimentação. As pessoas eram direcionadas até os ônibus em grupos de duas a cinco pessoas, enquanto ela observava sentada próximo ao mar dali. Por um instante, perante aquele pesaroso acontecimento, ela sentiu vontade de gritar dizendo para que os guardas a levassem, pois era igual àqueles que estavam a caminho das prisões. Porém, sentiu-se tomada pelo instinto de preservação e calou-se. Nesse momento da narrativa, ela desabafa: “A amargura dessa verdade **me pesa hoje e me pesará até o fim dos meus dias**”. (Frenkel, 2018, p. 109, grifo nosso).

O peso que a autora diz sentir é comum àqueles sobreviventes dos campos de concentração. Muitos acreditavam que não deveriam ter sobrevivido, na maioria das vezes, por não achar que mereciam essa oportunidade que os outros não tiveram e/ou por serem os únicos ou uns dos poucos da própria família que restaram. Os horrores da guerra ficam arraigados nas profundezas da memória daquelas pessoas, algumas não conseguem sequer descrever os eventos que testemunharam. Nesse sentido, Seligmann-Silva (2020, p. 48) fala que “[...] a história do trauma é a história de um choque violento, mas também de *desencontro* com o real (em grego, vale lembrar, ‘trauma’ significa ferida)”. Daí, tem-se que essa dificuldade de narrar estaria estritamente relacionada às marcas da violência sofrida, em que a linguagem se torna uma resistência daquilo que foi vivenciado, por, de acordo com Antonello (2020), reconstruir a própria história e reapropriar-se de si por intermédio da escrita. Contudo, muitas vítimas, em razão desse sofrimento, não conseguem testemunhar e dar formas de representação à sua experiência traumática.

Para fugir dos policiais, Frenkel entrou no Marius – Salão de Cabeleireiros cujos donos era aquele casal simpático que ela havia conhecido em uma das filas para comprar alimentos. Os dois já tinham ciência da situação e do que estava ocorrendo na cidade, pois eram

veementemente contrários àquelas apreensões e estavam dispostos a conceder abrigo a ela por algum tempo. O sr. Marius contou sobre uma conversa que teve com um conhecido, os recolhimentos continuariam durante alguns dias, mas havia uma pausa logo depois, o que seria uma saída para Frenkel, que deveria esperar esse momento junto a eles. Na residência do casal, ela pôde receber alguns amigos, um deles o vizinho de quarto que a afastou do hotel gesticulando, sobre cuja visita ela relata:

O sr. Sigmund me contou que às oito horas da manhã a polícia tinha chegado ao hotel e prendido dois casais de israelitas; os outros, sem dúvidas alertados, não estavam lá. Os gendarmes haviam deixado uma lista de locatários de raça judaica e ordenado à direção que proibisse sua entrada nos quartos e os encaminhasse de imediato à delegacia do bairro. Meu nome figurava nessa lista. No momento em que eu voltava do mercado, três policiais se encontravam parados justo na porta do hotel. Sem o alerta do meu vizinho, eu teria caído inevitavelmente em suas mãos (Frenkel, 2018, p. 112).

Por uma boa ação, Frenkel foi poupada, naquele momento, de ir para a prisão junto aos outros judeus. Durante esse tempo, ela precisou ficar escondida na casa dos Marius, tomando todas as precauções possíveis para não ser descoberta, uma vez que a casa era junto ao salão de cabeleireiros do casal. Nas noites que ficou por lá, ela pôde distrair-se e sentir a agradabilidade do lugar diante de sua “situação trágica e perigosa”. (Frenkel, 2018, p. 113). As prisões transcorram ao longo de 8 dias seguidos nos Alpes Marítimos. Os prisioneiros eram colocados em delegacias, casernas e até mesmo em um mercado coberto da place Mássena, locais transformados em prisões temporárias.

Ao chegar o dia de renovar os cartões de abastecimento, a polícia aproveitou-se desse momento para conseguir prender aqueles que conseguiram, de alguma forma, escapar das volumosas apreensões ocorridas nos dias anteriores. Porém, poucos foram os indivíduos que se apresentaram pessoalmente para tal feito. Justamente por isso, os policiais, para se vingarem daqueles que haviam tido compaixão pelos judeus e, de certa modo, os ajudados, prendeu cidadãos franceses que foram fazer a retirada dos cartões dos foragidos. Com isso, um tempo depois, houve a formulação de uma nova medida, a qual foi descrita por Frenkel (2018, p. 114, grifo nosso):

[...] as crianças judias deviam ser separadas dos pais. Elas eram jogadas nos caminhões, seus documentos rasgados ali mesmo. **As autoridades marcavam-nas com um número de matrícula.**

Cenas trágicas acompanharam a execução dessas medidas. Mães cortavam as veias, outras se jogavam sob as rodas dos veículos no momento em que estes partiam com sua carga trágica. Num hotel da Côte d’Azur, uma mulher que tinha escapado das batidas se atirou pela janela com o filho. Ela se recuperou com fratura das pernas. A criança morreu, esmagada na queda.

Policiais civis e gendarmes iam à caça com desenvoltura e infatigável atividade. Executavam as diretrizes de Vichy de maneira firme e inexorável. Nesses homens subservientes, **a cólera acumulada após a derrota era violenta, e eles pareciam querer despejá-la sobre os mais infelizes e mais fracos.** Esses representantes nada tinham de heroico, nem nas suas tarefas nem nas suas atitudes.

A marcação das crianças com um número de matrícula foi uma prática muito característica dos campos de concentração. Os prisioneiros, quando da chegada, recebiam números que substituiriam suas identidades, a partir da realização de tais tatuagens numéricas. Logo, não seriam mais lembrados, naquele ambiente, nem pelo nome, nem por quem eram antes dali. Primo Levi (1988, p. 25-26) descreve como foi o processo para marcar a sequência numérica 174.517 em seu braço esquerdo:

A operação foi um pouco dolorosa e extraordinariamente rápida: colocaram-nos numa fila e, um por um, conforme a ordem alfabética dos nossos nomes, passamos um por um hábil funcionário, munido de uma espécie de punção com uma agulha minúscula. Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só “mostrando o número” recebe-se o pão e a sopa. Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o número, de modo a não atrapalhar as cotidianas operações de distribuição de víveres; necessitamos de semanas e meses para acostumarmo-nos ao som do número em alemão. E durante muitos dias, quando o hábito da vida em liberdade me levava a olhar a hora no relógio, no pulso aparecia-me, ironicamente, meu novo nome, esse número tatuado em marcas azuladas sob a pele.

No que tange ao sentimento de derrota dos franceses e a virulência de seus atos contra os mais frágeis para que conseguissem descontar a qualquer custo aquela raiva, é possível perceber que o ditado “o pior ditador é aquele que já foi oprimido” se faz verdadeiro. Primo Levi também relata isso ao falar dos superiores e da impiedade deles ao tratar seus iguais, pelo simples fato de ocuparem cargos maiores dentro dos campos, havia hierarquias nas quais colocavam alguns prisioneiros em posições superiores aos outros e estes, em vez de terem compaixão pelos companheiros de aprisionamento, os tratavam algumas vezes com mais violência do que os próprios soldados da SS. A passagem de vítima para opressor revela um lado cruel dos seres humanos que muitos não conheceriam se não houvesse essa inversão de papéis.

No decorrer de sua estadia nos Marius, Frenkel insistiu em determinados momentos para que mudasse seu esconderijo a fim de poupar seus protetores, mas eles insistiam que ela ficasse ali, diziam que eles tinham o dever de “[...] expiar [...] as injustiças de que eram cúmplices seus compatriotas cegos ou coagidos pelas autoridades” (Frenkel, 2018, p. 115). Como o quarto do casal era contíguo ao salão, algumas clientes que vinham conversar com a senhora Marius viram

que eles escondiam uma pessoa, logo o boato espalhou-se, o que culminou em uma inspeção inesperada no local. Durante esse momento, Frenkel escondeu-se em um armário, o que levou o soldado a desabafar aos residentes sobre o papel da polícia após a ocupação:

– **Vocês sabem, estão nos tratando como burros.** Recebemos o dia inteiro informações e denúncias! Droga de trabalho, o nosso, agora! **Perseguir gente que não cometeu crime algum, isso deixa a pessoa enjoada!** Mas ai de quem quer dar sua opinião. Seríamos apanhados na hora. Precisamos dar de comer à família. Sem rancor nenhum, patrão! (Frenkel, 2018, p. 116, grifo nosso).

Ao se analisar a fala do soldado, pode-se relembrar, mais uma vez, da obra de Hanna Arendt (2012), que trata das questões do antissemitismo, imperialismo e do totalitarismo, termos bastante vistos na história ao se tratar da questão do extermínio de judeus. Quando ele fala sobre tratarem-nos como burros e menciona a perseguição às pessoas que sequer cometam algum crime, suscita-nos o que foi dito pela autora supracitada, segundo a qual:

[...] nos campos de extermínio nazistas os judeus eram assassinados de acordo com a explicação oferecida por essas doutrinas à razão do ódio: independentemente de vício ou virtudes pessoais. Além disso, os próprios assassinos, apenas seguindo ordens e orgulhosos de sua desapaixonada eficiência, assemelhavam-se sinistramente aos instrumentos ‘inocentes’ de um ciclo inumano e impessoal de eventos, exatamente como os considerava a doutrina do eterno antissemitismo (Arendt, 2012, p. 33).

Tal comparativo possibilita compreender o condicionamento a que a maioria dos indivíduos estavam submetidos. Era preciso que vigiassem, perseguissem e prendessem judeus sem precedentes, sem questionar ordens, para evitar ter punições iguais ou semelhantes aos perseguidos. Eles deveriam submeter aquelas pessoas a condições subumanas antes de as encaminharem para o destino final: a morte. Em alguns casos, como o descrito pela Frenkel, eles sequer estavam de acordo com as novas funções que lhes foram atribuídas, eles eram parte de um sistema e deveriam seguir aquela cadeia de extermínio com o propósito de cumprir a escala dada de trabalho. Afinal, era preciso estarem vivos e levarem o alimento aos seus lares.

Após a primeira busca feita nos Marius, Frenkel teve ciência da situação de risco que se encontravam aqueles que davam asilo aos judeus. “A polícia vigiava dia e noite, entrava à força se fosse necessário, prendia os refugiados que encontrava e junto com eles levava também os donos da casa” (Frenkel, 2018, p. 116). Foi depois dessa constatação que ela suplicou para que encontrassem algum esconderijo nos arredores da cidade. O primeiro lugar que ela se refugiaria fora dali seria com uma castelã que morava com seus dois filhos a mais ou menos 20

quilômetros de Villefranche. Tudo seria pago pelo casal e eles se encarregariam de levar os mantimentos para mantê-la durante sua estadia no castelo.

Assim como no caso dos seus primeiros benfeitores, Frenkel descreveu, também, as pessoas com quem viria a partilhar a casa por algum tempo. Ela dizia que “[...] a nossa castelã, que devia me levar à sua vivenda perto de Villefranche. Era uma mulher de quarenta e poucos anos, o aspecto masculino e o olhar frio [...] uma fumante fervorosa” (Frenkel, 2018, p. 119). Além disso, a anfitriã também partilhou com eles suas opiniões políticas, sua aversão aos alemães e o sentimento satisfatório por poder abrigá-la. Os filhos dela eram “[...] uma moça loura de vinte anos, extrovertida e amável, e [...] um rapaz de dezesseis anos” (Frenkel, 2018, p. 121).

A trajetória de deslocamento da casa dos Marius até o castelo iniciou-se às seis da tarde. Frenkel e a castelã foram de bonde até o ponto de partida do ônibus para a cidade de destino. Ali, havia uma circulação muito intensa de policiais e gendarmes. Durante o intervalo de espera em que esteve sozinha, ela foi pega de súbito ao presenciar um inesperado acontecimento: um homem fugia correndo de dois policiais, os quais conseguiram apreendê-lo. Nisso, ela desabafa: “Quando a castelã voltou, eu me sentia inteiramente surpresa por ainda estar no mesmo lugar: em pensamento, havia partido ao lado do jovem **judeu que acabara de ter seu destino selado**” (Frenkel, 2018, p. 120, grifo nosso). Naquela altura, já se sabia que todos os presos eram encaminhados aos campos de concentração e, depois disso, ninguém mais teria notícias deles.

A estada no castelo com aquela família composta por três pessoas durou vários dias, o que trouxe para Frenkel uma sensação de proteção, uma vez que estava abrigada em um lugar reservado. Porém, em um sábado, o filho da castelã, após a ida à aldeia para buscar alimento, como fazia habitualmente, foi alertado por três gendarmes e um policial que era necessário que ele passasse na Gendarmaria. Lá, relataram que havia um boato de que eles abrigavam uma estrangeira que não tinha se declarado à polícia local. Diante desse ocorrido, a castelã, em um ímpeto de medo, pediu para que ela saísse de lá de imediato e dizia que não teria sido uma boa ideia hospedarem-na naquelas condições, mas Frenkel conseguiu convencê-la de deixarem pelo menos mais algum tempo para se preparar para a partida. Afinal, nas palavras dela: “Eu não me arriscava a ser presa e deportada quando descesse à cidade?” (Frenkel, 2018, p. 122).

Os protetores dela, o casal Marius, mais uma vez se prontificaram a procurar algum outro lugar para que ela pudesse se refugiar, contudo esbarravam em alguns obstáculos, acerca dessas questões ele dizia: “Ou eram vizinhos favoráveis à ‘colaboração’, ou era o filho da família que servia na polícia. Ele me propôs voltar para a casa deles enquanto esperava”. (Frenkel, 2018, p. 125). Antes de sua partida, a castelã e seu filho ficaram atônitos com a

possibilidade de Frenkel ser apreendida e contar à polícia o local onde havia se hospedado pela última vez, a fim de que eles ficassem mais tranquilos em relação a isso, ela escreveu, em um papel, uma carta à castelã afirmando que havia usufruído da hospitalidade dela para alojar-se no castelo sem ter lhe contado sua verdadeira origem e, dessa forma, para evitar aborrecimentos, teria decidido abandonar a localidade.

Ao retornar a Nice, Frenkel, à espera do sr. Marius, começou a contar a quantidade de policiais que estava ao redor da praça da cidade, e, na sua contagem, o número chegava a 28. Neste momento, Marius chegou de bicicleta ao seu encontro. Pela segunda vez, o casal havia encontrado um esconderijo, agora ela iria se hospedar junto a uma jovem operária que tinha um quarto vago em sua residência, o que a deixou animada com a proposta. O local tinha uma característica mais pública, o que daria um certo alívio para todos de que não seria um lugar que levantaria suspeita aos policiais e muito menos teria muitas ocorrências de inspeções. Então, Frenkel (2018, p. 130) descreve sua atual anfitriã: “Marion era uma mulher de trinta e poucos anos, alta, magra, elegante. Os cabelos e os olhos negros, a grande boca sensual e a beleza um pouco vulgar davam-lhe um fascínio singular”. Em outro momento, ela narra mais algumas características que, durante a convivência, havia notado:

Marion amava o dinheiro, claro, mas explicava que era apenas porque tinha ‘experiência da vida e da perfídia dos homens’. [...] Era uma moça de bom coração, porém desprovida de caráter. Malgrado a simpatia que me testemunhava, iria muito em breve se mostrar aberta a influências nefastas (Frenkel, 2018, p. 132).

A experiência que a levou a considerar Marion uma mulher sem princípios ocorreu depois de algum tempo de estadia na casa. Tudo transcorria muito bem, até que, um dia, Marion entrou no quarto dela cochichando que havia um homem da polícia que estava na porta querendo falar a sós com Frenkel. Este seria um homem com idade entre 25 e 28 anos, dizia-se que era um ex-soldado da Marinha que havia sido destinado à polícia secreta cuja missão era encontrar os refugiados que se encontravam escondidos. Ele, por ver que ela era uma mulher de idade mais avançada, alegou estar com pena de entregar-lhe às autoridades e pediu-lhe uma quantia para que ficasse em silêncio sobre aquela descoberta. A princípio, Frenkel, sem desconfiança, perguntou a ele qual seria o valor, mas quando lhe foi informado o mesmo numerário de uma cobrança chegada há três dias, logo percebeu que se tratava de uma farsa. Marion sabia que ela havia recebido uma proposta de sete mil para reaver uma máquina de escrever apreendida pela polícia no quarto de hotel em que estivera hospedada antes do início das prisões em Nice.

Nisso, foi preciso, novamente, contatar os Marius para que pudessem ajudá-la a encontrar outro local seguro para se esconder. A pessoa que hospedaria Frenkel, pela terceira vez, seria, agora, alguém conhecido, a saber: a sra. Lucienne, “grande, robusta, muito morena, com belos olhos castanhos [...] usava vestidos de cores vivas, longos brinco de pingente, enormes broches chamativos e, em sete dos dez dedos, anéis de pedras coloridas” (Frenkel, 2018, p. 136). Elas haviam se conhecido anteriormente em um restaurante que frequentavam, mas, devido ao pouco senso crítico que a senhora tinha e às “[...] aulas de história judaica que acompanhava pelo rádio e os ‘malfeitos seculares’ desse povo a tinham levado a admitir que **as medidas em questão** talvez fossem, embora penosas, necessárias” (Frenkel, 2018, p. 137, grifo nosso). As medidas a que se refere o fragmento anterior seriam relativas às perseguições aos judeus, essa concordância com os feitos nazistas só foi possível graças à propaganda apelativa já mencionada anteriormente, a qual auxiliou na alienação dos cidadãos franceses para que eles colaborassem com os ideais nazifascistas e entregassem os refugiados às autoridades. Frenkel alonga-se ainda mais ao falar de Lucienne e a nova estadia:

A sra. Lucienne tinha sido, por 25 anos, enfermeira num hospital de Marselha ao qual se dedicara de corpo e alma. Aposentada, tinha se mudado para Nice, cidade de seus sonhos, onde com suas economias criara um lar aconchegante e acolhedor. Ela tinha equipado com tudo aquilo que havia se privado durante um quarto de século de trabalho duro. Tecidos de padrões alegres, numerosas almofadas, bibelôs divertidos enfeitavam a decoração; colibris de cores vivas, canários e periquitos, um papagaio verde e falante, um melro e até mesmo um pardal machucado, recolhido por piedade, enchiam duas gaiolas ou vojavam no cômodo (Frenkel, 2018, p. 136).

Ao estar com uma pessoa conhecida, Frenkel (2018, p. 135) desabafa: “[...] desabei em lágrimas abundantes. Minhas decepções e minha amargura se esvaíram, aplacadas por um imenso sentimento de gratidão”. Episódio semelhante de sensação de afago e de proteção aconteceu em momentos que antecederam a ida dela para a casa de Marion, ao chegar na casa dos Marius ela declara: “[...] fui invadida por um sentimento de segurança absoluta. Esqueci temores e perigos, e a tensão permanente em que vivia desapareceu como por encanto” (Frenkel, 2018, p. 130). Essas sensações podem ser relacionadas com a sua condição de exílio, quando se traz à luz que ela, uma livreira que morava em Berlim, teve de abandonar toda sua rotina às pressas e vir para a França sem saber qual seria seu futuro e o dos seus, o que reafirma a necessidade de considerar a situação de desamparo.

Poderíamos supor que, naquela ocasião, em meio às prisões, florescia cada vez mais dentro dela a falta de segurança, de pertencimento, ela vivia de um lugar a outro em busca da

liberdade e proteção. Dessa forma, é possível citar Edward Said (2003) para falar sobre a questão do exílio.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de se experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (Said, 2003, p. 46).

A inquietação por não estar em um lugar que não é seu, a lacuna deixada na história e a tristeza que não é superada, ambos aspectos apontados no fragmento acima são frequentemente vistos no testemunho de Frenkel, isso poderia ser explicado pela condição dela de exilada, em que o “[...] o termo ‘exilado’ [...] traz consigo um toque de solidão e espiritualidade” (Said, 2003, p. 54). No período de espera para sair do castelo e retornar para Nice, ela teve de ser instalada em meio à natureza. No dia estava frio e ela tentava dormir, procurava pensamentos reconfortantes e, por isso, nesse momento ela indaga:

Mas qual? Minha mãe adorada estava bem longe; havia dois anos que não tinha notícias dela nem de nenhum dos meus; o mundo inteiro sangrava por causa da guerra; Por todo lado luto e desespero. Pensava nos Marius, nos amigos suíços, em minha irmã já fora de perigo. A lembrança deles me serenou (Frenkel, 2018, p. 124).

Somente ao pensar naqueles que seriam o que afago e o aconchego, que ela conseguiu de fato sentir-se mais tranquila. Nos momentos em que Frenkel chora e descreve seus sentimentos é que se consegue perceber a tristeza e a angústia que ela estava sentindo. Não era fácil a condição de refugiada, mas mais complicado ainda era ser uma estrangeira perseguida, sem direito à liberdade e tendo de viver à sombra para não ser descoberta. Era preciso contar com o apoio dos amigos para manter-se viva e a salvo, vivia no medo, na insegurança, mas, ao mesmo tempo, podia-se perceber a garra que ela tinha ao lutar pela própria sobrevivência. Nesse sentido, tem-se que “os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado” (Said, 2003, p. 50). Sem contato com o mundo exterior e com a própria família, mais uma vez é possível apresentar um episódio de inquietude de Frenkel:

Sem notícias de minha mãe e de toda a família, eu definhava de inquietação. Enclausurada, impossibilitada de sair, sem me mover, sem ar, sofria de insônia que aumentava minha tensão nervosa a um grau insuportável. A título de recreação, não tinha mais que a Rádio Paris e o jornal francês da minha anfitriã. Ambos me deixavam arrasada com o anúncio regular das derrotas dos Aliados

e a defesa apoteótica da colaboração. Desse lado, nenhuma luz, nenhuma esperança (Frenkel, 2018, p. 140).

Nas palavras de Said (2003, p. 52): “O *páthos* do exílio está na perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão”. De fato, estava fora de questão a volta de Frenkel à Polônia (lugar onde nasceu) ou para a Alemanha (país onde ela escolheu viver), ambos estavam sob o domínio do regime nazifascista e isso impossibilitava a sua existência enquanto judia naqueles locais. Diante da insegurança a que estava submetida, ela gostaria de se deslocar até a fronteira para tentar penetrar o país suíço, uma vez que

o perigo persistia, ameaçador. As prisões eram diárias. A polícia às vezes agarrava no meio da rua um infeliz que tinha se atrevido a sair por uma necessidade insuperável de movimento e de espaço, ou para tomar uma providência importante e urgente.

[...]

Muitas prisões ocorriam em frente aos consulados suíço e americano, aonde os refugiados iam se informar sobre a possível chegada de um visto ou uma notificação em seu nome. Nenhum deles tinha endereço fixo onde pudesse ser encontrado. (Frenkel, 2018, p. 140).

Durante a análise das possibilidades para fazer a trajetória até a fronteira franco-suíça, houve um episódio que colocou a segurança da estadia de Frenkel na casa da sra. Lucienne em risco. Os amigos que vinham visita-la sempre reportavam aos Marius que o fariam, então, em um domingo, um antigo vizinho dela iria visitá-la depois que todos se recolham. O homem, ao chegar, avistou uma mulher que estava parada na entrada do edifício, então ele a questionou se ela estava aguardando-o para leva-lo até Frenkel, porém tratava-se da zeladora do prédio que não sabia de nada. Após esse incidente, ela foi em todos os andares anunciando que havia uma estrangeira escondida em um dos apartamentos. Lucienne ficou assustada com o que se passou, visto que ela sempre prezou por ser correta e estava indo contra as leis, o que comprova o que Hannah Arendt (2012, p.487) delinea: “[...] a propaganda nazista especializava-se em tirar proveito do anseio das massas pela coerência [...]”. Assim, foi preciso que os Marius recebessem de novo Frenkel em sua residência. Algumas pessoas não toleravam atos que infringissem as normas estabelecidas pelo novo regime que foi instaurado após a Ocupação, enquanto outras tinham aversão aos ideais nazistas e ajudavam os refugiados, como foi o caso daqueles franceses que se organizaram para abrigar os imigrantes, alimentá-los e ajuda-los a conseguir documentos para fugir do país. Sobre esses atos dos caridosos, Frenkel (2018, p. 143) diz:

Seria possível escrever um livro inteiro sobre a coragem e generosidade dessas famílias que, arriscando as suas próprias vidas, ajudaram os fugitivos em todas as províncias e até mesmo na França ocupada. Não era raro o uso de documentos de identidade de franceses, o que liberava as viagens sem autorização especial. E havia por toda parte na França pessoas de boa vontade que não hesitavam em emprestar seus documentos.

Era preciso que os refugiados portassem identificações de cidadãos franceses devido ao controle das autoridades alemãs e da polícia francesa nas ferrovias e rodovias nacionais. Nos pontos de embarque, a exemplos das estações, vários gendarmes abordavam passageiros para examinar a documentação que carregavam. Durante os trajetos feitos de trem, havia batidas policiais de fiscalização a qualquer momento, enquanto nas estradas, por sua vez, os veículos eram parados para a checagem dos viajantes. Como bem pontuou Frenkel (2018, p.142, grifo nosso): “Todos os estrangeiros estavam proibidos de sair de casa, a menos que tivessem um salvo-conduto. **Este documento não era entregue aos estrangeiros de raça judaica**”. A entrega ser restrita apenas àqueles que não eram judeus demonstrava uma aversão a eles e que os alemães seguiam firme em seu propósito de perseguição, uma vez que essa proibição tornava mais difícil a circulação dos perseguidos e mais fácil para os soldados identifica-los em uma possível fuga. Acerca das identidades, Frenkel (2018, p. 144) discorre:

Os documentos de identidade falsos serviam também para aqueles que não podiam fugir. Durante a Ocupação, numerosos estrangeiros surpreendidos na França pela guerra, tanto judeus como meros cidadãos de países em luta contra a Alemanha – ingleses, belgas, holandeses, noruegueses, poloneses e russos –, tiveram de se esconder sob tais nomes. Eles não precisavam conseguir cartões de abastecimento falsos porque o estado civil autêntico que haviam declarado lhes dava direito a obter cartões verdadeiros.

Tais documentações necessárias e requeridas pelos gendarmes e policiais foram, em determinado momento, oferecidas gratuitamente por organizações francesas clandestinas. Havia, nelas, desenhistas e gravadores que traziam a perfeição àqueles papéis adulterados, além de benfeitores que ajudavam com dinheiro e roupas os desprovidos de tudo. Com isso, a organização policial endureceu ainda mais o seu controle em Vichy, aumentando o número medidas e a vigilância local, além da instalação de arames farpados em todos locais e a adoção de cães para ajudar nas buscas.

O endurecimento das normas fez com que muitas pessoas deixassem de aventurar-se sozinhas, elas recorriam, então, a guias que tinham conhecimento de caminhos e trilhas dentro da natureza. Quando o plano de travessia da fronteira por esse meio dava errado, os indivíduos “[...] eram submetidos à triagem e, segundo sua idade e nacionalidade, enviados aos campos de

concentração franceses ou aos fortes militares. Ali, uma nova classificação os conduzia a deportação definitiva”. (Frenkel, 2018, p. 145). Sobre os campos de extermínio na França, Frenkel (2018, p. 145) descreve-os:

Entre os campos franceses figuravam: Noë, para velhos, doentes e deficientes, Récébédou, perto de Toulouse; Masseur (Gers); Rivesaltes (Pirineus orientais); o centro de Rabès (Corrèze); Gurs (baixo Pirineus), para os judeus da Alemanha, Holanda, Platinado e grão-ducado de Baden.

Esse último campo recebeu, a partir de 1941, todos os refugiados judeus estrangeiros, sem distinção de nacionalidade. Era o mais terrível de todos os campos, um verdadeiro inferno. No inverno de 1940-1941, de quinze a 25 pessoas morriam ali diariamente, de esgotamento, doenças, frio e epidemias.

O campo de Drancy (Le Bourget), por fim, recolhia os estrangeiros de raça judaica vivendo há muito tempo na França, bem como os refugiados recentes, destinados à deportação.

De acordo com a Enciclopédia do Holocausto, o campo de Drancy era um dos campos denominados de “campo de trânsito”, locais para onde os judeus, os quais estavam refugiados em países ocupados pelos alemães, eram enviados, geralmente, antes de serem transportados ao seu destino final: os centros de extermínio que estavam concentrados na Polônia, país dominado pelo exército de Hitler. Nesses locais, os prisioneiros, antes de serem mortos, eram submetidos às mais variadas situações de abuso: faziam trabalho forçado, sofriam com o racionamento de água e alimentos, tinham seus cabelos raspados, sofriam com o frio e as doenças provenientes da falta de higiene.

Antes de seguir o curso rumo à fronteira, Frenkel precisou, de novo, arranjar outro lugar para ficar, essa era a quarta vez desde que as perseguições na França começaram que ela precisou deslocar-se para outro abrigo. Dessa vez, ela foi residir em um novo prédio junto a duas senhoras, mãe e filha: “Eram extraordinariamente parecidas, altas e magras, com antipatias e gostos iguais” (Frenkel, 2018, p. 146). Percebe-se, mais uma vez, que havia uma descrição maior daqueles que, de certo modo, a ajudaram e a acolheram em seus lares para evitar que fosse aprisionada. Talvez essa preferência por descrever uns personagens e não outros se dá pela contribuição destes para a manutenção da sobrevivência dela e para o testemunho dessa fase tão hostil de sua própria vida. Ainda no que concerne às mulheres: “[...] as duas eram trabalhadoras, econômicas, excelentes donas de casa. Patriotas ao ponto do chauvinismo, viviam afligidas por dois defeitos insuportáveis: um, a **xenofobia**, lado do avesso do seu patriotismo excessivo; o outro, a inveja” (Frenkel, 2018, p. 147, grifo nosso).

A xenofobia, consoante o dicionário Soares Amora (2009, p. 780), significa “aversão às pessoas e coisas estrangeiras”. Tal repulsa pode ser vista nas ações de perseguição aos

estrangeiros, sobretudo aos judeus, que estava ocorrendo na cidade de Vichy. Nas palavras de Souto Novaes (2018, p. 70): “Nesse período, os estrangeiros foram duramente perseguidos principalmente pelo governo do general Pétain<sup>15</sup> em Vichy no ano de 1940. Pétain dizia ter como objetivo trazer a ‘pureza’ e unidade da França e nisso os estrangeiros não estavam inclusos”. Frenkel viveria, então, com pessoas que não gostavam da sua condição de estrangeira, as quais poderiam ser, também, colaboracionistas do governo. Porém, elas necessitavam de alguém para pagar-lhes aluguel, não estavam em uma boa situação financeira e seria perfeito recebê-la, ainda mais que ela estava pagando bem por isso. Essa estadia não durou muito tempo, houve a ocupação italiana e, temporariamente, os judeus e os estrangeiros sem regulamentação em dia puderam viver livres e sem preocupações diante de novas possíveis apreensões.

Durante esse tempo, Frenkel planejou seu trajeto de fuga até a fronteira com a França, a qual haveria de atravessar clandestinamente com ajuda de guias que a levariam até lá. Ao concluir do plano e chegado o dia de partir, ela se aventurou junto a outras pessoas na tentativa desesperada de sair do país. Porém, não tiveram êxito durante o percurso e foram interceptadas por gendarmes, a princípio, foram levadas até uma prisão em Grenoble, depois enviadas à Annecy, onde, no tribunal, ela não recebeu uma sentença de ficar reclusa por algum tempo, pelo contrário, conseguiu a liberdade. Isso a levou a mais uma tentativa de chegar ao país suíço.

Ao longo da leitura, é possível perceber que o testemunho de Françoise Frenkel é uma produção literária que ainda abarca muitas questões que podem ser exploradas, mas, nessa dissertação, o objetivo foi mirar principalmente as temáticas da censura e da intolerância. Dessa forma, é prudente que não haja mais delongas no tratamento de todos os episódios da história e que sejam salientadas as palavras finais dela ao conseguir atravessar a fronteira franco-suíça, sendo estas:

Eu chorava... Suavemente, as lágrimas por tanto tempo guardadas começaram a correr... Foi como se uma fonte cálida inundasse meu rosto. Engolia aquela água amarga e o pranto me aliviava de um peso esmagador.

---

<sup>15</sup> Henri Philippe Pétain foi um colaboracionista do regime nazista na França durante a Ocupação no país. Em 1916, ele teve um papel fundamental contra a ofensiva alemã na Primeira Guerra Mundial, o que o levou a ser chamado de “Salvador de Verdun”. Com isso, ele ganhou o posto de marechal, assumindo o comando das Forças Armadas francesas. Em 1934, assumiu o Ministério Francês da Guerra. Em 1940, já com 86 anos, tornou-se chefe de Estado francês e, no dia 22 de junho do mesmo ano, assinou, junto a Hitler, o Segundo Armistício de Compiègne, “que dividiu a França em parte ocupada e outra livre, o ‘Etat Français’; que tinha a cidade de Vichy como sede” (Previdelli, 2023). No comando da “zona livre”, exerceu um papel duplo por colaborar com os atos nazifascistas, auxiliando na deportação de vários judeus para os campos de concentração, entre outros feitos, mesmo sabendo que o país era parte integrante dos Aliados.

Discretamente, o soldado suíço caminhava na minha frente, carregando a lastimável trouxa, minha companheira de fugas sucessivas e que continha tudo o que levava da França, além de um coração desolado e um cansaço mortal (Frenkel, 2018, p. 230).

Diante disso, importa fazer uma breve reflexão acerca da significação da água frente à descrição do choro de Frenkel. Para Gaston Bachelard (2018, p. 139), “a água se oferece pois como um símbolo natural para a pureza; ela dá sentidos preciosos a uma psicologia prolixa da purificação”. Além disso, a água também pode ter o sentido de renascer, nesse caso, pode-se considerar que as lágrimas de Frenkel tinha essa mesma significância, tendo em vista que elas representavam o alívio diante toda aquela atribulação de sentimentos que ela havia sentido há anos, eram um sinal de recomeço para quem lutou muito pela própria sobrevivência, aquela que ficou na sombra e na penumbra apenas por ser judia. Aquele choro significava que agora ela estava segura, era a renovação da vida de Françoise Frenkel.

Ao final desse capítulo, compreende-se, de maneira um pouco mais aprofundada, as principais características da produção literária *Sem lugar no mundo*. Com isso, a apresentação dos conceitos de memória, história, testemunho e exílio possibilitaram ampliar ainda mais a análise do livro, além de auxiliar na compreensão das tendências ficcionais que a língua contempla e qual é a função dessas no gesto testemunhal dela. Compreenderam-se, de forma mais aprofundada, as temáticas da censura e da intolerância que permeiam a narrativa e como elas foram descritas na visão de uma sobrevivente, essas que podem ocorrer em diversos lugares do mundo, em diferentes regimes, independente da questão ideológica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Quanto aos sobreviventes, dispersos na Europa, fora dos campos de concentração, das prisões ou dos seus esconderijos, resignaram-se, com dificuldade, à luta pela existência* (Frenkel, 2022, p. 200, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Durante a elaboração desta dissertação, foi possível compreender mais sobre o contexto histórico de censura e intolerância em que se deu a escrita do testemunho de Françoise Frenkel. Ainda, apresentar quem é a autora do livro, sua origem, família, trajetória acadêmica, a decisão de abrir uma livraria e os momentos que precederam a sua fuga para o território francês, uma vez que esta é desconhecida e ainda não há estudos aprofundados sobre ela no Brasil; ao estudo, análise e contextualização sociopolítica da situação em que se encontrava a Europa, retomando à Primeira Guerra Mundial e conceituando o evento historicamente a partir de seus desdobramentos, que culminaram na efervescência da ideologia nazista e o estourar da Segunda Guerra Mundial; a apresentação analítica do processo de censura a livros e a intelectuais, compreendendo mais o que foi o processo de queima das obras, da proibição de jornais na época e o significado de purificação que esse ato teve, a questão do mal de arquivo proposto por Derrida, buscando dar mais ênfase ao cerceamento e à austeridade durante a ascensão nazistas e perseguição aos judeus antes e durante a Segunda Guerra Mundial; a apresentação dos conceitos de Literatura do Testemunho, memória e história, utilizando, principalmente, a teoria do estudioso Márcio Seligmann-Silva; a uma análise do gesto testemunhal de Françoise Frenkel, a começar pela escolha do título pela autora, o papel do narrador, em explicar o porquê esse livro poder ser considerado uma literatura dos sobreviventes, nos sentimentos que a personagem teve durante sua peregrinação, a relação dela com os livros, no início do movimento censor na livraria *La Maison du Livre*, os primeiros sinais de intolerância sofrida pela comunidade judaica, os personagens, a censura aos veículos midiáticos da época, a situação dos refugiados na França durante a Ocupação, a trajetória de fuga dela.

A história de vida de Frenkel, no início dessa pesquisa, era uma incógnita, sabíamos apenas informações mais genéricas, mas, a partir da descoberta de uma publicação recente da historiadora Corine Defrance, pôde-se explorar mais os aspectos íntimos dela. A paixão pelos livros é percebida já na obra *Sem lugar no mundo* e foi confirmada com as informações obtidas sobre sua família, educação e trajetória acadêmica. No Brasil, pouco se sabe sobre quem é ela, os estudos até mesmo fora do país ainda estão muito recentes e concentrados principalmente na França, país onde ela concluiu o ensino superior e fez uma ampla rede de amigos. Durante a elaboração da dissertação, foi possível descobrir, também, que havia outros textos de autoria

---

<sup>16</sup> [No original] “Quant aux réscapés, éparés en Europe, sortis des camps de concentration, des prisons ou de leurs cachettes, ils ne se résignèrent que tant bien que mal à la lutte pour l’existence” (Frenkel, 2022, p. 200).

dela escritos em diferentes fases da vida, publicações em revistas. A descoberta mais recente foi de uma compilação de escritos dela de diferentes gêneros publicado em um único livro pela editora L'arbalète Gallimard, no ano de 2022, este que só se encontra na versão física e no território francês. Frenkel não foi apenas uma livreira apaixonada pela literatura, ela também era uma escritora ávida e tudo isso só foi possível de ser descoberto por nós em pesquisas feitas na internet por materiais teóricos.

A pesquisa permitiu observar os diferentes estágios e a forma como se deu o progresso do movimento nazista e as políticas cerceadoras a partir da visão de uma sobrevivente, nesse caso, Frenkel, que teve seu testemunho utilizado como objeto de pesquisa dessa dissertação, a começar pela Alemanha e estendendo-se ao território ocupado por eles na França. Foi possível perceber, inclusive, alguns aspectos que não seriam explorados a princípio, por exemplo, a situação dos refugiados no Mar Mediterrâneo e o cerceamento aos veículos midiáticos. Pelos poucos estudos e pela amplitude de temáticas que poderiam muito bem ser estudadas nessa produção literária, atemo-nos a focar principalmente nas temáticas da censura e da intolerância, falando brevemente acerca da Literatura do Trauma e da questão da memória, tópicos que são muito vastos e que serão explorados na continuação desse trabalho no Doutorado. Tal decisão foi tomada a partir da constatação da falta de interesse sobre esse tipo de campo literário no Brasil e do encontro de outros textos de autoria de Frenkel.

Ao se falar de sobreviventes de períodos traumáticos, como foi o caso da Segunda Guerra, percebemos que o silenciamento das vítimas. Por isso, é tão importante dar voz a elas, para que elas possam se dizer no mundo e não ficar nas margens e esquecidas, porque, ao não poderem se apropriar de um discurso, tornarem-se sujeitos na sociedade, dá-se a impressão de que, na verdade, elas não sobreviveram a nada, devido a essa falta de interesse e cuidado pelas suas histórias, o que leva ao apagamento delas. A palavra, então, torna-se importante por contribuir para a construção de um discurso que dá visibilidade para um indivíduo posto à margem de narrativas oficiais, ou seja, quem sofreu feridas que jamais serão cicatrizadas, para que a voz daqueles que não conseguiram sobreviver não sejam silenciadas outras vez.

A presente pesquisa demonstrou que o discurso de Françoise Frenkel e de outros sobreviventes servem como comprovação para a história e para o mundo das atrocidades e do genocídio orquestrados pelos nazistas contra um determinado povo, denotando os ecos do passado que ainda permeiam a sociedade contemporânea. Esta que ainda sofre com as consequências desse crime brutal contra parte da população, considerando que muitas provas foram destruídas pelos soldados hitleristas antes mesmo do final da guerra. Além disso, o testemunho de Frenkel mostrou-nos uma íntima relação dela com os livros, os quais eram muito

caros para ela, demonstrando-nos o quanto ela era uma leitora ávida em busca de conhecimento, poderíamos até mesmo supor que ela estava à frente do seu tempo pela dedicação à leitura e ao conhecimento. Tal devoção já foi vista e explorada em outras obras, a exemplo do escritor austríaco Stefan Zweig, mas nunca na produção literária *Sem lugar no mundo* assim como foi visto nessa análise.

Ainda, é passível de enfatizar que essa dissertação deu notoriedade à voz de Françoise Frenkel, que ficou silenciada durante 75 anos até o livro ser redescoberto em uma banca de livros em Nice, na França. Após a reedição e um novo lançamento da obra, foi possível perceber a imensidão da escrita e a força dos sentimentos de uma sobrevivente, uma pessoa que estava marginalizada e talvez passasse despercebida se não fosse a vontade de narrar toda a experiência traumática vivida que traz à luz todos os acontecimentos sobre o olhar daquela que foi perseguida. Todo esse emaranhado de vivências contido no relato pode ser considerado uma ferramenta para estudos e discussões que visem a não reprodução de movimentos fascistas, de modo a informar e conscientizar as pessoas sobre esses eventos históricos.

Portanto, diante de todo o exposto, reafirmamos a relevância do gesto testemunhal de Françoise Frenkel para o campo literário, haja vista que temáticas de censura aos livros e intolerância são ainda bem atuais ao se analisar a tendência que as pessoas têm de repetir as mesmas ações, um exemplo que pode ser bem citado é a proibição de determinadas obras literárias, em diversos lugares do mundo por diferentes motivos, muitas vezes, pautados pela aversão ao comunismo ou às temáticas que sejam consideradas absurdas por grupos extremistas. Ao se reprimir autores, obras e até mesmo movimentos políticos, também há o atraso e/ou o desmantelamento de estudos que poderiam estar mais avançados, mas que, por interesses ideológicos e/ou políticos, passam a ser descartados, destruindo todos os resultados já obtidos, além de apagar parte da memória cultural coletiva.

## REFERÊNCIAS

- A LIVRARIA. Direção de Isabel Coixet. Alemanha, Espanha e Reino Unido: Diagnol! TV, 2017.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987.
- A MENINA que roubava livros. Direção de Brian Percival. Alemanha, Estados Unidos: 20th Century Fox, 2013.
- AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANTONELLO, Diego Frichs. *Trauma, memória e figurabilidade*. Curitiba: Appris, 2020.
- ANTUNES, Luiza. A lendária história da livraria Shakespeare and Company em Paris. *360 meridianos*, Belo Horizonte, set. 2018. Disponível em: <https://www.360meridianos.com/dica/shakespeare-and-company-paris>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ARQUITETURA da destruição. Direção, produção e roteiro de Peter Cohen. Suécia: [s. n.], 1989. Disponível em: [https://youtu.be/cQv8eT1mO\\_o](https://youtu.be/cQv8eT1mO_o). Acesso em: 10 jun. 2023.
- ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- BELÉM. Euler de França. História da livreira judia Françoise Frenkel é real, mas poderia ser uma ficção de Patrick Modiano. *Jornal Opção*, Goiânia-GO, fev. 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/historia-da-livreira-judia-francoise-frenkel-e-real-mas-poderia-ser-uma-ficcao-de-patrick-modiano-88814/>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Abril Cultural, 1987. p. 197-221. Coleção Obras escolhidas. Disponível em: [http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/O-Narrador\\_Walter-Benjamin-1.pdf](http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/O-Narrador_Walter-Benjamin-1.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.
- CAETANO, Tiago Lemanczuk Fraga. Mein Kampf e o ideário nazista. *Colisilium - Revista Eletrônica de Direito*, Brasília, DF, v. 1, n. 4, p. 1-18, maio/ago. 2010. Disponível em:

[https://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium\\_04\\_01.pdf](https://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium_04_01.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

CALAZANS, Flávio Mário de Alcantara. *Propaganda subliminar multimídia*. São Paulo: Summus, 1992. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/525921593/Flavio-Calazans-Propaganda-Subliminar-Multimidia>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CARDONA, Gabriel e VÁZQUEZ, Juan. 1940 – Terra invadida: a França de Joelhos. In: *Coleção 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial*, v.6. São Paulo: Abril Coleções, 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEODPS e as minorias silenciadas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP: Fapesp, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 123-138.

DEFRANCE, Corine. *Françoise Frenkel, Portrait d'une inconnue*. Lyon: L'arbalète Gallimard, 2022. <https://doi.org/10.14375/NP.9782072938429>

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FAHRENHEIT 451. Direção de Ramin Bahrani. Estados Unidos da América: HBO Films, 2018.

FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. São Paulo: Editora Geek, 1998.

FRENKEL, Françoise. *Zone de la douleur*. Lyon: L'arbalète Gallimard, 2022.

FRENKEL, Françoise. *Sem lugar no mundo: relato de uma livreira judia em fuga na Segunda Guerra Mundial*. 1. reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018 [1. ed. 1945].

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. 1. ed. São Paulo: Editora H34, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 1. ed. São Paulo: Editora H34, 2006.

GARBIN, Raissa Oliveira. *Os livros e a censura durante o Regime Militar: uma análise a partir de três obras de destaque a respeito do tema*. 2013. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6106/1/2013\\_RaissaOliveiraGarbin.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6106/1/2013_RaissaOliveiraGarbin.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. [S. l.: s. n.], 1924. Disponível em: <https://doceru.com/doc/s8511xn>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HITLER: uma carreira. Direção de Joachim Fest, Christian Herrendoerfer. Alemanha: Movie Max, 1977.

HOBBSAWM, Eric John. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod\\_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: História, Teoria, Ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

KONIG, Nanette Blitz. *Eu sobrevivi ao Holocausto*. São Paulo: Universo dos livros, s.d.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. 10. ed. Editora Ática: São Paulo, 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4864345/mod\\_resource/content/0/Chiappini\\_O%20Foco%20Narrativo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4864345/mod_resource/content/0/Chiappini_O%20Foco%20Narrativo.pdf). Acesso em: 12 jun. 2023.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/levi-primo-c3a9-isto-um-homem-1988.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LUZ, Sérgio. *Obra de memória conta a história de livreira judia que escapou do Holocausto*. *O Globo*, Rio de Janeiro, jul. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/obra-de-memorias-conta-historia-de-livreira-judia-que-escapou-do-holocausto-22856229>. Acesso em: 9 jun. 2023

MAIOLI, Ivo André. *A história da Segunda Guerra Mundial*. [S. l.: s. n.], 2004.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2017.

MEDINA, Bruno. O Despertar do Gigante. *GI*, jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/platb/instanteposterior/2013/06/17/o-despertar-do-gigante/>. Acesso em: 5 dez. 2023

NOVAES, Elis Souto. *A ascensão do discurso xenófobo na França: a contribuição do partido Frente Nacional (1982-2017)*. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28284/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Elis%201-converted.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28284/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Elis%201-converted.pdf). Acesso em: 29 nov. 2023.

O ETERNO judeu. Direção de Fritz Hippler. Alemanha: [Produtora não localizada], 1940. (65 min.).

PASTRANA, Elsa Valero. *Témoignage et l'expression du vécu dans Rien où poser sa tête, de Françoise Frenkel*. 2018-2019. 62 f. Trabajo fin de grado (Grando em Linguas Modernas y sus Literaturas) – Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2018-2019. Disponível em:  
[https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/39467/TFG\\_F\\_2019\\_151.pdf?sequence=1](https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/39467/TFG_F_2019_151.pdf?sequence=1).  
 Acesso em: 11 dez. 2023.

PAZ, Eliane Hatherly. Mein Kampf, 2016. In: *XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS E COMUNICAÇÃO*, 2015, Rio de Janeiro, RJ. Anais. Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015. p. 1-15.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, n.19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>. Acesso em:  
 20 nov. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em:  
[https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 11 dez. 2023.

PREVIDELLI, Fábio. Pétain: o marechal francês condenado à morte por colaborar com os nazistas. *Aventuras na História*, São Paulo, ago. 2023. Disponível em:  
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/desventuras/petain-o-marechal-frances-condenado-morte-por-colaborar-com-os-nazistas.phtml>. Acesso em: 29 nov. 2023.

QUINTINO, Felipe. “Zueno, Zoany, Zwenir”: rastros da vigilância ao jornalista Zuenir Ventura durante a Ditadura Militar. In: REIMÃO, Sandra (org.). *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. p. 13-33.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

REIMÃO, Sandra. *Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RYDELL, Anders. *Ladrões de livros: a história real de como os nazistas roubaram milhões de livros durante a Segunda Guerra*. Tradução Rogério Galindo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.46-60.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1990. Série Fundamentos, v. 67.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes*. 10. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 59-89.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. 10. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos Testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65–82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>

SYLVESTRE, Fernanda Aquino; PEREIRA, Kênia Maria de Almeida e NASCIMENTO, Lyslei. *Da Inquisição ao Holocausto: representações da violência na literatura. Letras & Letras*, Uberlândia, MG, v. 36, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/59066>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SZYMBORSKA, Wislawa. Instante. In: SZYMBORSKA, Wislawa. *Poemas*. Tradução Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VARGAS, Antonio. *Nostalgia e morte: a estratégia romântica para viver*. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 169-176, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v51n3/v51n3a11.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

VICENTE, Álex. O testemunho da perseguição nazista encontrado em um sebo francês. *El País*, Paris, fev. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/06/cultura/1486396878\\_226457.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/06/cultura/1486396878_226457.html). Acesso em: 9 jun. 2023.

ZWEIG, Stefan. *Autobiografia: o mundo de ontem: memórias de um europeu*. Tradução Kristina Michahelles. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.